



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Daniel José Conceição Azenha

**A FIXAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM CIDADES UNIVERSITÁRIAS
DE MÉDIA DIMENSÃO: ABORDAGEM
GEOGRÁFICA DO CASO DE COIMBRA**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Geografia Humana,
Planeamento e Territórios Saudáveis, em Geografia Humana,
orientado pela Professora Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de
Castro e pelo Professor Doutor Paulo Nuno Maia Nossa e
apresentado ao Conselho de Formação de Professores da
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro de 2021



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Daniel José Conceição Azenha

**A FIXAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM CIDADES UNIVERSITÁRIAS
DE MÉDIA DIMENSÃO: ABORDAGEM
GEOGRÁFICA DO CASO DE COIMBRA**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Geografia Humana,
Planeamento e Territórios Saudáveis, em Geografia Humana,
orientado pela Professora Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de
Castro e pelo Professor Doutor Paulo Nuno Maia Nossa e
apresentado ao Conselho de Formação de Professores da
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção
do grau de Mestre.**

Setembro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

A FIXAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM CIDADES UNIVERSITÁRIAS DE MÉDIA DIMENSÃO: ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CASO DE COIMBRA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	A Fixação de Estudantes do Ensino Superior em Cidades Universitárias de Média Dimensão: Abordagem Geográfica do Caso de Coimbra
Autor/a	Daniel José Conceição Azenha
Orientador/a(s)	<i>Professora Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de Castro</i> <i>Professor Doutor Paulo Nuno Maia Nossa</i>
Júri	Presidente: Doutor Rui Jorge Gama Fernandes Vogais: 1º Doutora Maria José Boavida Miguel Caldeira 2º Doutor João Luís Jesus Fernandes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Mestrado em <i>Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis</i>
Área científica	Geografia
Especialidade/Ramo	Geografia Humana
Data da Defesa	10 de setembro de 2021
Classificação	18 Valores



*À memória da minha avó Maria,
por tornar possível este sonho
que foi ser estudante da Universidade de Coimbra.*

Agradecimentos

Primeiramente, expresso o agradecimento à Professora Doutora Fátima Velez de Castro e ao Professor Doutor Paulo Nossa, pela orientação, pela disponibilidade durante todo o meu percurso académico, mas principalmente por serem a imagem de uma docência que dignifica, todos os dias, a nossa tão querida *Alma mater*.

Aos colegas de curso e docentes, agradeço por toda a confiança e companheirismo ao longo destes anos.

Aos amigos, que foram família nos bons e maus momentos, que me permitiram sonhar, sem nunca me abandonarem, um especial agradecimento. A saudade que levo de Coimbra é da responsabilidade de todos os que, com muito carinho pude ao longo deste percurso, chamar de “amigo”.

À Associação Académica de Coimbra.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

À Universidade de Coimbra.

Ao pai, à mãe, à irmã e à madrinha, pelo esforço, carinho e sobretudo pelo orgulho sentido neste meu trajeto.

A todos e a todas que tiveram a oportunidade de tornar esta minha passagem por Coimbra, um tempo que nunca irei esquecer, o meu mais sincero obrigado.

Resumo

A fixação de população jovem, com formação universitária, deve ser encarada como condição essencial para o crescimento sustentável das áreas urbanas, uma vez que este capital humano é potenciador de desenvolvimento social e económico. São vários os benefícios de as cidades garantirem que os jovens se podem fixar, nomeadamente, a capacidade de apresentarem ferramentas mais eficazes para ultrapassar crises financeiras e sociais, terem uma maior flexibilidade em se adaptar a novos hábitos e costumes, a necessidade de investimento financeiro em bens e materiais e tendencial preocupação com o ambiente e a sustentabilidade do-ambiente.

A presente dissertação, intitulada como “*A Fixação de Estudantes do Ensino Superior em Cidades Universitárias de Média Dimensão: Abordagem geográfica do caso de Coimbra*”, tem como principal objetivo identificar as potencialidades das cidades com instituições universitárias, a forma de fixar jovens universitários, identificando as suas necessidades, com especial foco no concelho de Coimbra.

Através da revisão bibliográfica, da análise estatística de diversos domínios de sete concelhos com instituições universitárias e do inquérito realizado aos estudantes da Universidade de Coimbra, foi possível perceber como a construção dos mapas mentais, o significado dos geossímbolos e da interpretação dos espaços vividos, interfere na perceção dos jovens sobre a dinâmica, perspetivas e oportunidades das cidades universitárias, que nem sempre vai ao encontro das aspirações individuais e da realidade económica e social destes territórios, o que vai interferir nos fatores de decisão e nos mecanismos que permitem que os jovens universitários se possam fixar.

Palavras-Chave:

Geografia; Jovens; Ensino Superior; Cidades Universitárias; Coimbra.

Abstract

The establishment of a young population, with a university education, must be seen as an essential condition for the sustainable growth of urban areas, since this human capital is an enhancer of social and economic development. There are several benefits of cities ensuring that young people can establish, including the ability to present more effective tools to overcome financial and social crises, having greater flexibility in adapting to new habits and customs, the need for financial investment in goods and materials and tending concern for the environment and environmental sustainability.

This dissertation, entitled "*The Settlement of Higher Education Students in Medium-Size University Cities: Geographical Approach to the Case of Coimbra*", has as main objective to identify the potential of cities with university institutions, the way of settling young university students, identifying their needs, with a special focus on the municipality of Coimbra.

Through the bibliographical review, the statistical analysis of several domains of seven municipalities with university institutions and the survey carried out among students at the University of Coimbra, it was possible to understand how the construction of mental maps, the meaning of geosymbols and the interpretation of lived spaces interfere in the perception of young people about the dynamics, perspectives, and opportunities of university cities, which does not always meet the individual aspirations and the economic and social reality of these territories, which will interfere in the decision factors and mechanisms that allow young university students if they can fix.

Key words:

Geography; Youth; University education; University Cities; Coimbra.

Índice

Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	viii
Abstract.....	x
Índice de Figuras.....	xiv
Índice de Gráficos.....	xvi
Índice de Tabelas.....	xx
Introdução.....	22
Enquadramento Teórico.....	29
1. O espaço vivido: importância da percepção geográfica e dos mapas mentais para a construção dos territórios.....	29
1.1. O espaço geográfico e as relações humanas.....	29
1.2. Da percepção geográfica à construção espacial: os mapas mentais.....	31
1.3. O espaço vivido a importância das especificidades individuais/ sociais.....	34
2. A cidade, os geossímbolos e a imagem territorial: da construção do pensamento geográfico à percepção sobre os lugares.....	36
Área de Estudo.....	42
3. Qualidade de vida nas cidades universitárias de média dimensão.....	42
3.1. Abordagem do conceito de “Qualidade de Vida”.....	42
3.2. Impacto das Instituições de Ensino Universitários nas Cidade de média dimensão.....	45
3.2.1. População.....	48
3.2.2. Ambiente, Energia e Território.....	50
3.2.3. Educação.....	51
3.2.4. Habitação, conforto e custo de vida.....	53
3.2.5. Saúde.....	54
3.2.6. Justiça e segurança.....	55

3.2.7.	Economia, emprego e mercado de trabalho	56
3.2.8.	Empresas, inovação e tecnologia	57
3.2.9.	Cultura	58
3.2.10.	Turismo	59
4.	Sistema de análise da qualidade de vida nas cidades de média dimensão com Instituições Universitárias.....	60
5.	Estudo do caso de Coimbra	65
5.1	Caraterização geográfica do concelho	65
5.1.1	Redes de acesso rodoviárias e ferroviárias na área de Coimbra e no Continente	65
5.1.2	Demografia.....	67
5.1.3	Estrutura Etária.....	69
5.1.4	Educação e Ensino	71
5.1.5	Equipamentos de saúde	73
5.1.6	Justiça e segurança	74
5.1.7	Economia, emprego e mercado de trabalho	74
5.1.8	Turismo	75
5.1.9	Desporto e cultura	76
	Apresentação e Discussão dos Resultados	78
5.2	Caracterização da amostra no inquérito.....	78
5.3	Apresentação e discussão dos resultados.....	81
	Conclusão	100
	Referências Bibliográficas.....	108
	Webgrafia	112
	Anexo 1	114
	Anexo 2	118

Índice de Figuras

Figura 1 - Imagem explicativa sobre o surgimento do mapa mental. Fonte- Adaptado (Malanski, 2013).....	33
Figura 2 - Imagem descritiva da relação entre pessoas, paisagens e geossímbolos Fonte: Strachulsk (2015), adaptado.	39
Figura 3 – Mapa do território nacional, com distribuição de Instituições de Ensino Superior por NUT III. Fonte: Direção-Geral de Ensino Superior, 2020.	47
Figura 4- Mapa de Portugal, com a localização de Coimbra na região Centro. Fonte: Pordata (2021).	65
Figura 5- Mapa de Portugal, com infraestruturas rodoviárias principais, autoestradas, IP's, ferrovias e IC's, em 2014.	66
Figura 6-Densidade populacional do Concelho de Coimbra. Fonte: censos 2011.....	69

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Estudantes matriculados no Ensino superior em Portugal, 2020. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.....	46
Gráfico 2- Número médio de indivíduos por km ² , em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.....	48
Gráfico 3- Índice de dependência de idosos e jovens em %, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.....	49
Gráfico 4- Índice de envelhecimento, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.	50
Gráfico 5- Despesas dos municípios em ambiente por mil habitantes, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.....	50
Gráfico 6- Número médio de alunos por computador com ligação à internet no ensino básico e secundário, em 2019. Fonte: Pordata, consultado em 29/03/2021.	51
Gráfico 7- % da População matriculada por nível de ensino, em 2020. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.....	52
Gráfico 8- Poder de compra, em 2017. Fonte: Pordata. consultado a 29/03/2021.....	53
Gráfico 9- Valor médio dos prédios transacionados, em 2019. Fonte: Pordata. consultado a 29/03/2021.	54
Gráfico 10- Crimes registados por mil habitantes, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/21.....	55
Gráfico 11- Taxa de natalidade e mortalidade das empresas não financeiras, em 2018. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.	57
Gráfico 12- Taxa de sobrevivência das empresas não financeiras, em 2018. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.....	58
Gráfico 13- % de População residente por grandes grupos etários, 2011-2019. Fonte: Pordata, consultado a 27/02/2021.....	70
Gráfico 14- Estabelecimentos de Ensino por Grau, em 2019. Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar, consultado a 27/02/2021.	72
Gráfico 15- Alunos matriculados segundo Grau de Ensino, em 2019. Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar, consultado a 27/02/2021.	72
Gráfico 16- Crimes registados por mil habitantes, em 2011 e 2019. Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, consultado a 27/02/2021.....	74

Gráfico 17- Total de despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto, em 2019 (milhares de euros por mil habitantes). Fonte: Pordata. consultado a 27/02/2021.....	76
Gráfico 18- % de estudantes inquiridos, por género. Fonte: Elaboração Própria (2021).	79
Gráfico 19- % de idade dos estudantes inquiridos. Fonte: Elaboração Própria (2021)..	79
Gráfico 20- % de estudantes inquiridos, por faculdades. Fonte: Elaboração Própria (2021).	80
Gráfico 21- Ano letivo da 1º matrícula, dos estudantes inquiridos em %. Fonte: Elaboração Própria (2021).....	80
Gráfico 22- Local da morada fiscal dos inquiridos, em %. Fonte: Elaboração Própria (2021).	81
Gráfico 23- % de respostas à questão “Achas que Coimbra oferece condições para te fixares?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	81
Gráfico 24- % de respostas à questão “Ficarias a viver em Coimbra, caso tivesses condições?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	82
Gráfico 25- % de resposta à questão “Achas que a tua formação académica tem margem de progresso em Coimbra?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).....	82
Gráfico 26- % de resposta à questão “Com que frequência vais a casa por mês?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).....	83
Gráfico 27- % de respostas à questão “Qual foi a razão pela qual escolheste a Universidade de Coimbra?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	84
Gráfico 28- % de respostas à questão “Quais os fatores que consideras mais relevantes para te fixares num concelho?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	85
Gráfico 29- % de respostas à questão “Quais os 3 fatores que consideras menos relevantes para te fixares num concelho?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	86
Gráfico 30- % de respostas à questão “Em que distrito gostarias de te fixares?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	87
Gráfico 31- % de respostas à questão “Que distrito achas que reúne as melhores condições de vida para te fixares?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	88
Gráfico 32- % de respostas à questão “Inquiridos que escolheram Coimbra como preferência para se fixar, mas que identificaram outro distrito com melhores condições de vida”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	89

Gráfico 33- % de respostas à questão “Inquiridos que escolheram o distrito do Porto como preferência para se fixar, mas que identificaram outros distritos com melhores condições?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	90
Gráfico 34-% de respostas à questão “Inquiridos que escolheram o distrito do Lisboa como preferência para se fixar, mas que identificaram outro distrito com melhores condições”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	91
Gráfico 35-% de respostas à questão “Aspetos atrativos na cidade de Coimbra”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	92
Gráfico 36-% de respostas à questão “Aspetos repulsivos na cidade de Coimbra?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).	93
Gráfico 37- % da relação entre a morada oficial dos inquiridos e o motivo de escolha da Universidade de Coimbra. Fonte: Elaboração Própria (2021).	98

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Domínios de avaliação para a Qualidade de Vida.....	27
Tabela 2- Habitantes por farmácia, por farmacêuticos e por médicos, em 2019. Fonte: Pordata, consultado em 29/03/2021.	55
Tabela 3- Desempregados por mil habitantes em 2019, trabalhadores por conta de outrem por mil habitantes e diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal em 2018. Fonte: Pordata. Consultado em 29/03/2021.	56
Tabela 4- Despesa, receitas e saldo das Câmaras Municipais em cultura e desporto por mil habitantes, em 2019.....	59
Tabela 5- Proveitos totais dos alojamentos turísticos, número de alojamentos turísticos e dormidas por 1000 habitantes, em 2019. Fonte: Pordata, consultado em 29/03/2021. ...	59
Tabela 6- Pontuações atribuídas por domínio aos concelhos em análise.	61
Tabela 7- Concelhos com pontuações mais elevadas, por domínio.	64
Tabela 8- Distância em tempo e km entre Coimbra – Lisboa e Coimbra – Porto. Fonte: tempos estimados google earth, consultado em 13/04/2021.	67
Tabela 9- População Residente, Variação e Densidade no concelho de Coimbra e NUT III Baixo Mondego - 2011 e 2019. Fonte: Por Data, 27/02/2021.....	67
Tabela 10- População residente: total e por grandes grupos etários, 2011-2019. Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, 27/02/2021.....	70
Tabela 11- Índice de envelhecimento e de dependência jovem, em 2019. Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, 27/02/2021.....	71
Tabela 12- Taxa bruta de Natalidade e Mortalidade, em 2019. Fonte: INE - Estatísticas de Nados-Vivos e Estatísticas de Óbitos, 27/02/2021.....	71
Tabela 13- Número de médicos e farmacêuticos por mil habitantes, em 2019. Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, 27/02/2021	73
Tabela 14- Desempregados inscritos nos centros de emprego e número médias de empresas, por Km ² . Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, 27/02/2021.....	75
Tabela 15- Taxa de variação de alojamento turístico, dormidas e rendimento do alojamento turístico (€), entre 2011 e 2019. Fonte-INE - Estimativas Anuais da População Residente, 27/02/2021	75

Tabela 16- % de estudantes inquiridos, por idade, que responderam à questão “No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra, caso entendessem que oferecia condições?”	94
Tabela 17- % da relação de estudantes inquiridos que responderam à questão “No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra?” e pelo número de vezes que vão a casa.....	95
Tabela 18- % da relação entre os estudantes inquiridos que responderam à questão “No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra, caso entendesses que oferecia condições?” e área de residência oficial.	96

Introdução

O desenvolvimento urbano tem sido, ao longo dos tempos, um fenómeno acompanhado por todos os grupos de estudos, setores da sociedade e agentes políticos. Este acompanhamento prende-se pela capacidade de influência que as áreas urbanas têm no quotidiano de todos nós, seja por serem as áreas em que vivemos e trabalhamos, seja pelo ambiente que nos envolve, pelo tempo que demoramos em nos deslocarmos, ou até por estarem diretamente relacionadas com a capacidade que têm em influenciar a qualidade de vida dos cidadãos. Assim, o crescimento urbano e a condição em que este se desenvolve, para além de pensado, tem de ser acompanhado, sob pena de condicionar negativamente o quotidiano das populações e o desenvolvimento dos territórios. Baseada nesta ideia, defende-se o princípio de que é essencial promover o pensamento geográfico como área científica estratégica para que as cidades possam ter um desenvolvimento com bases sociais, económicas e políticas sólidas, capazes de responder às necessidades das populações, de uma forma equilibrada e sustentada.

Por outro lado, nem sempre as implementações das mesmas políticas urbanas se traduzem nos mesmos resultados, uma vez que são várias as condicionantes que temos de ter em conta no desenvolvimento de uma área geográfica, principalmente nas áreas urbanas, assim como o comportamento dos fatores, que podem não ser idênticos em áreas geográficas distintas. Esta realidade, onde a teoria nem sempre tem repercussões na prática, é visível na cidade de Coimbra que elegemos como área de estudo. É justamente com o ponto de partida de que em Coimbra existe um conjunto de fatores que promovem uma qualidade de vida adequada, mas que existe uma enorme dificuldade de fixar população jovem, recém-formada na cidade, que esta dissertação ganha forma. Uma cidade que pelos seus indicadores, (empregabilidade, segurança, mobilidade, condições de assistência médica, promoção de atividades culturais e desportivas), apresenta, em teoria capacidade de fixação e de atração, embora não haja evidência da concretização desses resultados (ou esse potencial). Neste sentido, surge a necessidade de analisar os reais fatores que condicionam a possibilidade de fixar estudantes na cidade de Coimbra. Coloca-se a questão: será Coimbra, para os estudantes universitários, uma cidade atrativa, capaz de contribuir para o crescimento pessoal, académico e profissional?

A imagem territorial tem, na sua conceção, uma componente antropológica, sujeita a consecutivas alterações devido à atividade humana, fortalecendo o modelo de coesão de um Estado, uma vez que através desta perceção e imagem de território, os indivíduos identificam-se com áreas geográficas ou territórios que detêm uma delimitação, denominadas em alguns casos por fronteiras, com o qual desenvolvem laços afetivos e dos quais podem sentir-se parte integrante. Esta imagem territorial detém um domínio material e imaterial. A consciência sobre o território é um fator preponderante para manter os grupos sociais com a perspetiva de que se vive e se pertence a um determinado espaço, sendo essa mesma consciência fundamentada na necessidade de interação com outros grupos sociais. Segundo (Bonnemaison, 2002, p. 92-97): “(...) a territorialidade emerge do grupo, no sentido de que ela é, antes de tudo a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território”.

A imagem territorial é constituída por um conjunto de símbolos e características que muitas das vezes são suscetíveis de serem interpretados apenas pelos indivíduos que constituem o sistema cultural, e nem sempre são evidentes aos indivíduos externos ao território (Teixeira, 2008).

Neste sentido, é importante perceber as vantagens e as desvantagens geográficas em que se encontra Coimbra, na relação com as assimetrias urbanas existentes em Portugal, que se constituem como um forte condicionante no desenvolvimento das cidades, seja a realidade social e económica existente na região centro, em particular no concelho de Coimbra, seja a perspetiva e a imagem territorial dos estudantes, que em muitos casos parece não ser concretizada através do espaço por si vivido mas, antes, pela informação que lhes chega, contribuindo para a criação de um pensamento que poderá ser ou não diferenciado consoante o momento em que se encontra cada indivíduo. Neste sentido, o estudo apresentado baseou-se numa metodologia de investigação qualitativa, na linha epistemológica da Geografia da Perceção, centrada nas territorialidades dos estudantes da Universidade de Coimbra, recorrendo também à dimensão metodológica quantitativa, através da análise de indicadores estatísticos.

Com base nos indicadores em análise, é perceptível que a cidade de Coimbra não se encontra nos mesmos níveis económicos e sociais de Lisboa ou do Porto, que beneficiam e polarizam a área metropolitana envolvente. Ou ainda, parece não beneficiar de fatores resultantes da proximidade geográfica de cidades de média dimensão, como acontece com

as cidades de Famalicão, Paços de Ferreira ou Santa Maria da Feira a norte e Torres Vedras, Almada e Montijo a sul do país. No entanto, detém fatores essenciais que garantem indicadores de qualidade de vida muito acima de outras cidades em Portugal, com a particularidade de ter uma instituição de renome nacional e internacional, polarizadora de ciência, inovação e valorização económica e social - a Universidade de Coimbra.

No entanto, mesmo que a sensação de que a qualidade de vida existente em Coimbra fosse uma realidade partilhada pela grande maioria dos estudantes, a vontade de se fixarem não alcança correspondência na satisfação das suas necessidades, principalmente na população recém-formada. Para estes, que se encontram no momento de decisão de escolha da sua residência futura e do iniciar da sua vida, priorizam nas suas preocupações a empregabilidade e o custo de vida da cidade, e não tanto fatores que achamos imprescindíveis para que se possa viver com qualidade de vida, como a saúde, a segurança, zonas com espaços verdes e a oferta cultural e desportiva.

Tendo em conta a reflexão introdutória, este estudo tem como principais objetivos:

- Explicitar conceito de espaço vivido, imagem territorial e geossímbolo;
- Identificar fatores de atração-repulsão de população jovem numa determinada área geográfica;
- Compreender os fatores comuns entre as principais cidades universitárias portuguesas;
- Identificar a visão geral dos estudantes em relação à sua permanência na cidade, percebendo se uma possível vontade de se fixar em Coimbra, pode ser influenciada consoante os diferentes momentos do percurso académico;
- Perceber se existe uma influência direta entre a área geográfica de origem do estudante e a vontade de se fixar;
- Analisar a capacidade que a cidade de Coimbra tem de fixar estudantes da Universidade de Coimbra, logo após a sua conclusão académica.

Desta forma, a questão-chave desta dissertação é a seguinte: “Será Coimbra, uma cidade capaz de fixar os estudantes que terminam o percurso académico na Universidade de Coimbra garantindo qualidade de vida e progressão profissional?”

Desta forma, optou-se por definir quatro hipóteses para responder à questão central do estudo, cujas validades serão verificadas, tendo como objetivo identificar e analisar a

perceção dos estudantes da Universidade de Coimbra em relação à capacidade que o concelho de Coimbra tem para a fixação de jovens, correspondendo às suas necessidades, percebendo, em simultâneo, se existe da parte dos estudantes a vontade de se fixar. Por outro lado, procurou-se identificar na visão dos estudantes quais os fatores mais e menos atrativos numa cidade e qual a razão pela qual escolheram a Universidade de Coimbra para ingressarem no Ensino Superior.

Assim as hipóteses a testar nesta dissertação, são:

- Hipótese 1 - Os alunos com idades inferiores a 22 anos são os que têm menos vontade de se fixar em Coimbra;
- Hipótese 2 - Os alunos que vão duas ou menos vezes a casa são os que têm menos vontade de se fixar em Coimbra;
- Hipótese 3 - Os alunos que têm morada fiscal na região centro são os que têm mais vontade de se fixar em Coimbra;
- Hipótese 4 - Os alunos que têm a morada fiscal fora da região centro são os que mais procuram a Universidade de Coimbra pela garantia de crescimento pessoal/profissional.

Em termos de organização, este trabalho está dividido em duas partes; uma primeira relacionada com a revisão crítica da bibliografia e o estado da arte; uma segunda, referente à construção da problemática, ao trabalho de campo e à análise dos resultados conseguidos.

O primeiro capítulo está direcionado para a construção do enquadramento teórico e para a análise das questões teóricas, relacionadas com a importância do espaço vivido, a perceção geográfica, a criação dos mapas mentais para a construção dos territórios e o pensamento geográfico baseado na conceção dos geossímbolo e da imagem territorial.

O segundo capítulo é composto pela contextualização da problemática, sendo o início da abordagem do caso de estudo. Este capítulo integra a análise socioeconómica do concelho de Coimbra, assim como de mais seis cidades de média dimensão que detêm instituições de ensino superior. Nesta fase é analisado o contexto socioeconómico com base em múltiplos indicadores disponibilizados pelas sete cidades de estudo, nomeadamente no que diz respeito a: população, saúde, ensino, proteção social, habitação e condições de vida, justiça e segurança, emprego e mercado de trabalho, cultura e finanças autárquicas. Este capítulo conta com um sistema de avaliação de componentes territoriais entre as sete cidades. Este momento de avaliação centra-se na construção de um modelo de

comparação de fatores económicos, sociais e ambientais entre sete cidades universitárias de média dimensão, através da recolha e a análise estatística de indicadores obtidos em plataformas online. As cidades em análise, são sujeitas a uma avaliação numa escala numérica, em que lhes é atribuída uma pontuação por cada indicador e, no final, são ordenadas consoante a pontuação atribuída.

O terceiro capítulo é focado na concretização de um inquérito aos estudantes da Universidade de Coimbra, de forma que a análise estatística possa ser comparada com a perceção dos estudantes, nas mais diversas fases dos seus percursos académicos. Este inquérito tem como objetivo identificar a resposta dos estudantes a questões fundamentais para delinear a visão existente no seio académico sobre a cidade de Coimbra e apresentar resultados sustentados.

Metodologia de investigação

A elaboração da presente dissertação tem por base metodológica duas partes:

- Uma primeira de base teórica de revisão literária, em que é abordada a construção do espaço vivido através da perceção geográfica e dos mapas mentais para a construção dos territórios e a construção do pensamento geográfico, dos geossímbolos à imagem territorial.
- A segunda parte está associada ao estudo de caso, à avaliação de componentes territoriais e da perceção dos indivíduos através do estudo composto por dois momentos de avaliação.

Um primeiro momento de avaliação centra-se na construção de um modelo de comparação de fatores económicos, sociais e ambientais entre sete cidades universitárias de média dimensão, através da recolha e a análise estatística de indicadores, como se verifica na tabela 1, obtidos online em sítios de referência (INE, Pordata). As cidades em análise, são sujeitas a uma avaliação¹ numa escala numérica, em que é atribuída uma pontuação por cada domínio e, no fim, ordenadas numericamente consoante a pontuação atribuída.

¹ A construção do método de avaliação teve como base o trabalho de investigação: “*A qualidade de vida urbana- O caso da cidade do Porto*”, de Luís Delfim Santos e Isabel Martins (2002). O estudo faz referência aos principais indicadores de avaliação para contabilizar os padrões de qualidade de vida na cidade do Porto.

Tabela 1 - Domínios de avaliação para a Qualidade de Vida. Fonte: Elaboração própria.

Domínios	Indicadores
População	Índice de dependência de idosos
	Índice de dependência de jovens
	Índice de envelhecimento
Ambiente, Energia e Território	Despesas dos municípios em ambiente: qualidade de ar e clima, gestão de águas residuais e resíduos, proteção da recuperação dos solos, águas subterrâneas e superficiais, proteção contra ruídos e vibrações e proteção da biodiversidade e paisagem e outros.
Educação	Número médio de alunos por computador com ligação à Internet no ensino básico e secundário
	População matriculada por nível de ensino em 2020
Habitação, Conforto e Condições de Vida	Poder de compra em 2017
	Valor médio dos prédios transacionados
Saúde	Habitantes por Médico em 2019
	Habitantes por Farmacêutico em 2019
	Habitantes por Farmácia em 2019
Justiça e Segurança	Crimes registados por mil habitantes
Emprego e Mercado de Trabalho	Desempregados por mil habitantes em 2019
	Trabalhadores por conta de outrem por mil habitantes
	Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal
Empresas, Inovação e Tecnologia	Taxa de natalidade das empresas não financeiras
	Taxa de mortalidade das empresas não financeiras
	Taxa de sobrevivência das empresas não financeiras em 2018
Cultura	Despesa das Câmaras Municipais na cultura e desporto por mil habitantes em euros (€)
	Receitas das Câmaras Municipais na cultura e desporto por mil habitantes em euros (€)

Turismo	Proveitos totais dos alojamentos turísticos em 2019 por mil habitantes
	Alojamentos turísticos em 2019 por mil habitantes
	Dormidas em 2019 por mil habitantes

O segundo momento é composto pela realização de um inquérito por questionário, que tem como principal função a recolha de dados individuais, a identificação e análise da perspetiva dos estudantes da Universidade de Coimbra sobre a cidade, de forma a construir conclusões a partir de uma amostra considerável da população em estudo.

A ferramenta de recolha de dados, é fundamental para avaliar e identificar as experiências e os padrões de comportamentos, de acordo com a autora Remoaldo (2008) no estudo “*Técnicas de investigação em Geografia Humana*”.

O universo que serviu de base à amostra foi obtido através dos dados recolhidos no *Relatório de Gestão e Contas da Universidade de Coimbra*, referente a 2020, que é o ano mais recente com os dados disponíveis. Segundo o relatório, na Universidade de Coimbra estavam inscritos, no ano letivo 2019/2020, 22664 alunos (12886 mulheres e 9778 homens). Para a realização deste estudo, a amostra foi obtida com recurso a um questionário construído e disponibilizado online, através de contactos via e-mail e redes sociais, tendo sido selecionada com base em indicadores que permitissem retirar conclusões adequadas e com nível de representatividade. Assim sendo, a amostra recolhida teve como base obrigatória os estudantes inscritos na Universidade de Coimbra, sendo ponderado o género e o local de residência oficial declarada.

O universo de 22664 alunos da Universidade de Coimbra, a partir do qual foi construída uma amostra de conveniência, em bola de neve, num total de 521 inquiridos. Foi possível obter uma taxa de resposta de 73,13%, o que corresponde a um conjunto de 380 respondentes válidos. Estes 380 respondentes estão distribuídos por todas as faculdades da Universidade de Coimbra.

Enquadramento Teórico

1. O espaço vivido: importância da percepção geográfica e dos mapas mentais para a construção dos territórios

1.1. O espaço geográfico e as relações humanas

A dimensão epistemológica da Geografia muito tem contribuído para a construção e discussão concetual e teórica das relações estabelecidas entre o ser humano e os territórios. Com a contínua transformação da sociedade, o crescimento populacional e a globalização, é fundamental valorizar a abordagem protagonizada pela Geografia Humana sobre a percepção do espaço geográfico, a forma como a população vive no território e como os mapas mentais moldam o entendimento, as vivências e as opções tomadas pelos indivíduos.

São inúmeros os conceitos associados à investigação em Geografia Humana. No cerne desta disciplina, o espaço geográfico é um dos conceitos basilares do qual derivam outros, como território, paisagem e lugar. São vários os entendimentos e designações para o conceito de espaço geográfico. Cavalcanti (1998, p. 19) refere que o *“espaço geográfico não é apenas uma categoria teórica que serve para pensar e analisar cientificamente a realidade; ele é essa categoria justamente porque é algo vivido por nós e resultante das nossas ações”*. Frémont destaca o conceito *lugar*, como elemento essencial na criação do espaço. Na sua visão (1980), é no *lugar* que a percepção do espaço acontece de forma mais clara e perceptível, uma vez que as áreas e as delimitações do espaço tornam-se mais perceptíveis.

O espaço geográfico é a casa do Ser Humano, abrange toda a superfície da terra (Corrêa R. L., 1982) e resulta essencialmente do desenvolvimento das relações entre o indivíduo e o meio envolvente a três níveis: económicas, políticas e culturais. Nas relações ao nível económico, pela produção de bens e serviços e do valor associado ao trabalho humano, ao nível cultural através da relação entre os seres humanos e, ao nível político, através dos interesses dos grupos sociais e das construções de relações de poder e representação (Braga, 2007).

O conceito de espaço geográfico, apenas existe quando se verifica uma ligação entre o Ser Humano e o meio em que vive, tornando-o principal agente do espaço geográfico.

A forma como o conceito é entendido e vivido está diretamente relacionado com a interpretação, a vivência e as experiências culturais de cada indivíduo. O Ser Humano preenche o espaço, através da transformação resultante da sua atividade. É justamente na construção deste espaço que surgem os símbolos, significados, as relações, os mitos, as crenças, as emoções, o visível e o invisível (Motta, 2003).

Para entender o espaço geográfico é necessário perceber como é que os diferentes grupos humanos ocupam o espaço, como se organizam em sociedade, como se relacionam entre si, assim como com tudo aquilo que os rodeia, bem como os projetos que valorizam através das escolhas políticas que sancionam. A principal razão para afirmar que o espaço hoje, tem de ser considerado como algo volátil e não como um lugar estático (Callai, 1999), é o facto de existir uma enorme complexidade e inúmeras diferenças entre os elementos que compõem a sociedade, que deve ser entendido como: *“indivíduos socialmente capazes de construir a sua história, a sua sociedade, o seu espaço”* (Callai, 2001, p. 134). Adicionalmente, (Mendez, Estebanez, & Puyol, 1997) clarificam que a diferença conceptual entre ecossistema e *espaço geográfico*, reside no facto do primeiro resultar de interações biológicas, enquanto o espaço geográfico nasce da iniciativa humana, expressa pelo projeto próprio de cada sociedade, que o utiliza como substrato, transformando-o para melhor servir os seus propósitos, correndo o risco de, por vezes, o tornar irreconhecível.

Desta forma, podemos afirmar que o que caracteriza um espaço são as relações que nele acontecem. Segundo Suertegaray (2000, p. 18): *“(...) o espaço geográfico e a coexistência das formas herdadas (...) reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstruído no presente”*. A autora refere a importância das relações entre indivíduos, assim como a influência do tempo, as ações de cada indivíduo e a sua perceção sobre um determinado lugar, conferindo-lhe a capacidade de ganhar forma enquanto espaço vivido. Este pensamento faz-nos concluir que o espaço é igualmente resultante da construção histórica (Motta, 2003).

Nesta perspetiva, Isnard (1978) reconhece o espaço geográfico como um produto social, o resultado do projeto de toda a sociedade que converge para concretizar os seus objetivos pelo que é, simultaneamente, um espaço de consumo, público e privado, modelado pelo valor de renda que o mercado, através dos diferentes agentes de poder e de forma dinâmica lhe atribui.

As diferentes condições em que se encontra cada indivíduo e a posição social em que se insere, são os principais fatores de influência no seu comportamento, na sua relação com o meio, assim como na sua forma de pensar, ou seja, o comportamento humano é também resultado de um processo histórico-social, assim como das condições naturais. A relação com o espaço e a forma como o indivíduo olha e interage é de igual forma influenciado por todos estes fatores. Por outro lado, o tempo e o lugar, são elementos importantes para a interação e para o desenvolvimento das ações humanas.

1.2. Da percepção geográfica à construção espacial: os mapas mentais

O estudo da Geografia Humana, no que às relações entre o Ser Humano e o espaço dizem respeito, tem-se focado nas relações entre as pessoas e grupos e a sua interação com o território, a forma como o indivíduo influencia e olha para o espaço, com o objetivo de compreender as suas dinâmicas.

O modo como as pessoas identificam o território e fazem a sua construção mental está diretamente relacionado com as suas experiências e a relação que criam com esse mesmo espaço, de uma forma ativa ou passiva. No entanto, para estudar assuntos que retratam alguma subjetividade, uma das possíveis vias de investigação passa pela interpretação dos mapas mentais criados por cada indivíduo. Esta ferramenta de trabalho oferece aos investigadores a possibilidade de compreender a forma como cada pessoa olha para o espaço, como se apropria e o habita, identificando as características de cada lugar.

Quando se estuda a percepção que um indivíduo tem sobre um espaço ou lugar, é preciso ter presente que um ser humano é um organismo biológico, inserido num determinado meio social e, por isso, a sua percepção do espaço está dependente do seu comportamento e do meio que o envolve. O modo como o espaço é entendido varia entre cada pessoa, consoante a cultura que está subjacente ao indivíduo e às condições sociais em que está inserido.

“A cultura e o meio ambiente determinam em grande parte quais os sentidos que são privilegiados” (Tuan, 1980, p. 284). Através dos cinco sentidos do Ser Humano e da sua mente, é possível entender e interagir com o espaço, desenvolvendo assim uma consciência sobre esse mesmo espaço. A consciência sobre uma área geográfica surge como resultado dos estímulos que advêm do espaço, dando ao indivíduo a informação necessária para formar o seu conhecimento em relação a esse mesmo espaço (Tuan, 1980).

O Ser Humano, muitas vezes, acaba por negligenciar a maioria dos seus sentidos, dando preferência à visão no momento de analisar e de construir a sua perceção sobre o espaço. Desta forma, a receção da informação vinda de estímulos externos, é feita, na sua grande maioria, em cerca de 90%, pela visão, sendo que as restantes são feitas através do tato e da audição (Gaspar, 2001).

Assim, entende-se que os conteúdos captados pelo Ser Humano, que resultam na sua perspetiva ou perceção sobre um espaço, através sobretudo da visão, transformam-se no seu conhecimento sobre esse mesmo espaço. Conclui-se por isto que a perceção e tudo aquilo que é perceptível ao sentido da visão, são os fatores mais importantes para que as pessoas possam estruturar o seu conhecimento sobre o mundo. Deste modo, para o estudo da Geografia, as imagens mentais ou as representações são uma criação de cada indivíduo, que as formam a partir da sua vivência (Kozel S. T., 2004). Este fenómeno da representação geográfica, é por isso subjetivo de constante movimento e inserido num contexto, sendo condicionado por todas as dimensões espaciais e temporais do espaço.

Há vários séculos que a construção de espaços é feita através de subjetividades e perspetivas, sendo por isso, a construção dos mapas baseada no pensamento geográfico, as suas representações físicas do pensamento geográfico e os mapas. A evolução cartográfica, demonstra-nos hoje, o pensamento e o conhecimento dos nossos antepassados, as abordagens que os ser humano tinham sobre o espaço, possibilitando-nos a recolha de informações sobre os seus comportamentos, as técnicas utilizadas e a sua cultura. Nos momentos da história em que o desenvolvimento digital era inexistente, a construção de mapas era baseada nas imagens realmente vistas, que eram utilizadas para registar as informações recolhidas e para cartografar novos espaços físicos descobertos.

Na figura 1, verifica-se a construção simbólica de um mapa mental, resultante entre a experiência e a imaginação com a representação do indivíduo, que sofre influência do meio cultural ou social que está inserido. Os mapas mentais são resultado da influência que os grupos sociais exercem sobre o indivíduo, revelando a visão sobre o espaço, “*a ideia que as pessoas têm de mundo e assim vão além da perceção individual, refletindo uma construção social*” (Kozel S. T., 2007, p. 117). Desta forma, os mapas mentais são “*uma representação do mundo real visto através do olhar particular de um ser humano, passando pela contribuição cognitiva, pela visão de mundo e pela intencionalidade*” (Kozel S. T., 2007, p. 121).

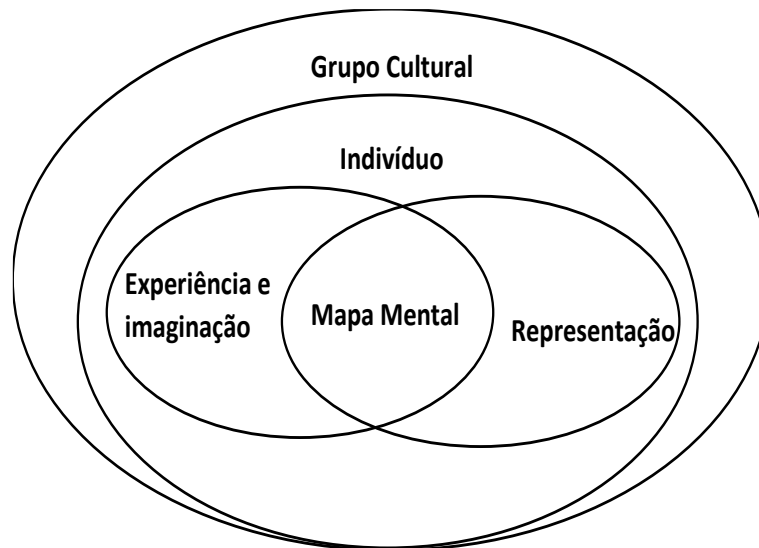


Figura 1 - Imagem explicativa sobre o surgimento do mapa mental. Fonte- Adaptado (Malanski, 2013)

Os mapas mentais, pela sua dependência intrínseca da subjetividade, estão associados às características do elemento/indivíduo que cria essa mesma projeção. Essas características, são para Nuere (2000): a idade, a destreza manual, a capacidade verbal, a experiência acerca do espaço e o pensamento. Para além da análise que se faz ao indivíduo, é necessário entender o grupo social, com características culturais próprias ao grupo de que faz parte. Isso fará com que cada pessoa se torne única, através da partilha de experiências com a comunidade, de informações e de conhecimento que adquire. Desta forma, através da partilha deste conhecimento no seio de um grupo social, com particularidades culturais, é natural que os mapas mentais tenham conteúdos comuns ou bastante idênticos. É por isso que os mapas mentais são uma mistura entre uma visão generalizada e uma visão particular.

Os mapas cartográficos diferem dos mapas mentais na delimitação das áreas geográficas e no modo de tratar os objetos. Os mapas cartográficos representam áreas objetivas do espaço, enquanto os mapas mentais representam uma área subjetiva, que resulta da perceção que o indivíduo cria com base nas imagens de um espaço (Lencioni, 2003). Os mapas mentais não são uma representação geográfica de um espaço, sujeitos à obrigatoriedade de regras de cartografia, nomeadamente das escalas, legendas ou a precisão exata exigida a um mapa. Este trabalho mental resulta de uma construção intrinsecamente humana, que necessita de ser interpretada como processo e não como algo estático, havendo espaço para a imaginação do indivíduo (Seemann, 2003).

Simielli (1999), afirma que existem quatro fatores essenciais para a leitura de um mapa tradicional, mas que estes elementos podem ser igualmente utilizados para a análise de

mapas mentais. E são eles: a localização, a análise, a correlação e a sintetização dos elementos mapeados.

Segundo a Metodologia de Kozel, criada por Salette Kozel (2007), os mapas mentais podem ser considerados enunciados, capazes de serem sujeitos a uma interpretação, uma vez que são formados por símbolos, denominados por geossímbolos. A autora analisa os mapas mentais em quatro fases: 1) Interpretação das formas de representação dos elementos na imagem; 2) Interpretação da distribuição dos elementos na imagem; 3) Interpretação da especificidade dos ícones; e 4) Apresentação de outros aspetos ou particularidades.

1.3. O espaço vivido a importância das especificidades individuais/ sociais

O termo espaço vivido foi utilizado pela primeira vez pelo geógrafo francês Armand Frémont na sua obra *“A região, espaço vivido”*² de 1976. Esta obra aborda de que forma os indivíduos constroem e entendem os espaços que os rodeiam e a capacidade de elaborarem a descrição de um espaço com base no seu conhecimento, condicionado pelas características pessoais de cada indivíduo.

O autor supracitado, afirma que o espaço vivido se desenvolve consoante o crescimento do Ser Humano, relacionando este desenvolvimento com o tempo e com o espaço. Na construção do seu pensamento utiliza a ideia de formação contínua, de uma adaptação constante às sucessivas etapas da vida de cada pessoa. *“O espaço vivido é um espaço-movimento e um espaço-tempo vivido”* (Frémont, 1980, pp. 25-33).

A evolução da perceção do espaço é mais clara quando se compara a perceção entre uma criança, que é centrada no seu próprio corpo e vai tendencialmente tomando dimensões sociais à medida que vai passando etapas na sua vida, e num adulto, que não pode ser interpretado apenas como um resultado do sucessivo crescimento de uma criança que atinge a idade adulta. O espaço vivido de um adulto deverá assumir ruturas, *“(…) sendo a do casamento a mais universal e a mais significativa”* (Frémont, 1980, pp. 25-33), e ter presente que a perceção sobre o espaço de um adulto vai tendo cada vez mais fatores sociais e menos pessoais. Paul Claval (2001, p. 90), assume que as etapas da vida são preponderantes na análise que o indivíduo faz sobre o espaço que o rodeia, uma vez que: *“(…) os horizontes de vida, os meios frequentados, os contactos possíveis mudam com a idade”*. A utilização do conceito de *lugar*, remete-nos para a Geografia Humana,

² Armand Frémont, *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Almedina, 1980, pp. 97-100

associando o lugar ao conceito de espaço vivido. Esta ligação entre conceito surge na tentativa de a geografia humana explicar a construção do mundo, uma vez que o conceito lugar é visto como o mundo vivido, marcado e delineado pela experiência e percepção de cada pessoa.

“*O espaço não é somente percebido sentido ou representado, mas também vivido. As imagens que as pessoas constroem estão impregnadas de recordações. Significados e experiências*” (Kozel S. T., 2007, p. 117). O espaço vivido está ligado ao campo de percepção e não possui delimitações estáticas e precisas. Assim sendo, não é possível existir espaço sem pessoas e toda a construção de um mapa mental resulta da experiência ou de uma referência dos espaços que estão em redor das pessoas. Também neste sentido, Salgueiro (2001) sublinha a dimensão subjetiva e emocional que pode ser convocada, admitindo que a fisionomia associada à percepção pode gerar um certo prazer estético, implícito na fixação de imagens [através das artes] que mediarão a descoberta da paisagem.

Segundo Tuan (1983), os conceitos de *espaço* e de *lugar* são sinónimos, uma vez que ambos têm fatores idênticos na sua génese. O autor admite que o conceito *lugar* é o resultado de percepção, experiência e valores. Neste sentido, para que o espaço se torne lugar deve passar pela experiência humana e por um processo de apropriação e com significado para o indivíduo. Os lugares são, por isso, os espaços com significados, resultados da experiência que proporcionam pela sua génese às pessoas, tendo símbolos que os identifiquem ou lhe deem destaque. O espaço pode transformar-se em lugar, uma vez que se pode atribuir significado, enquanto no conceito lugar não pode ser compreendido sem ser experienciado. Esta é a diferença destacada pelo autor, mesmo que considere conceitos sinónimos, encontra algumas diferenças, distinguindo por isso ambos os conceitos.

A ciência responsável pelo estudo do espaço é a Geografia. É no âmago desta disciplina que surge a necessidade de identificar e definir esse espaço. Para que esse estudo seja concretizado através da geografia, para se definir o que é o espaço e o que o delimita, é impreterível a análise de uma área científica que se encontra no campo da filosofia- a fenomenologia³, que considera o espaço vivido uma análise do espaço centrada na

³ A fenomenologia, surge na filosofia como ciência sobre a experiência que a consciência tem do mundo, a relação entre a consciência do saber humano e o mundo exterior a ela. Portanto, seu principal objetivo é investigar e descrever os fenómenos enquanto experiência consciente. A geografia fenomenológica, procura identificar e ultrapassar os problemas fundamentais do Empirismo e do Racionalismo que orientam

experiência do ser humano e no contacto com o meio através dos seus sentidos. Estudar o espaço vivido, é ter presente a subjetividade uma vez que, a captação de informação está diretamente associada às interações entre os indivíduos, que resulta na sua perspetiva sobre um espaço.

No entanto, e embora a análise do espaço vivido esteja refém da subjetividade de cada indivíduo, este conceito tem-se revelado decisivo na análise geográfica, que é feita com base nas representações que os indivíduos fazem sobre o espaço. Esta visão tem demonstrado que, para o estudo da geografia sobre o espaço geográfico, é importante conhecer a mente do ser humano, de forma a entender o seu comportamento para com o espaço (Lencioni, 2003).

2. A cidade, os geossímbolos e a imagem territorial: da construção do pensamento geográfico à perceção sobre os lugares

A conceção da imagem territorial surge de forma particular, através de um indivíduo ou por um determinado grupo social, com determinadas características a partir de uma organização própria, que com a sua atividade diária e o seu conhecimento proporcionado da sua convivência do quotidiano, exerce uma determinada influência no território. Segundo Peixoto (2006, p. 103): “(...) a imagem de um lugar corresponde ao conjunto de crenças, ideias, impressões e expectativas que se têm a respeito desse lugar”. Esta realidade na construção da imagem territorial, faz-nos crer que este exercício tem um sentido cultural, social e político, o qual resulta numa construção de uma perceção com base numa ideologia visual (Cosgrove, 1993).

A imagem territorial tem na sua conceção uma componente antropológica, sujeita a consecutivas alterações devido à atividade Humana, fortalecendo o modelo de coesão de um Estado, uma vez que através processo de criação da perceção de território, os indivíduos identificam-se com áreas geográficas, com o qual desenvolvem laços afetivos e podem sentir-se parte integrante, constituídas por delimitações, denominadas em alguns casos por fronteiras. A imagem territorial detém um domínio material e imaterial. O domínio material refere-se aos objetos materiais, como símbolos, características físicas ou objetos que captados visualmente pelos indivíduos, representam o meio ambiente, enquanto o domínio imaterial apresenta-se nas imagens, através de visões, imaginações,

a filosofia moderna. Desenvolve-se com base na experiência de cada ser humano, ou seja, na experiência vivida no espaço e no tempo.

esquemas ou como representações mentais. Assim sendo, a imagem territorial é um elemento essencial para que um grupo social se possa identificar com uma determinada área.

Cada grupo social partilha uma identidade territorial própria onde, pela sua organização, vivência territorial idêntica, comungam a mesma cultura, lugares, paisagens e símbolos. Todos estes fatores dão forma e características distintas para que cada território fundamente a sua identidade territorial.

A consciência sobre o território é o fator preponderante para manter os grupos sociais com a perspectiva de que se vive num determinado território e essa mesma consciência é fundamentada na necessidade de interação com outros grupos sociais. Segundo Bonnemaïson (2002, pp. 92-97): *“(...) a territorialidade emerge do grupo, no sentido de que ela é, antes de tudo a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território”*.

A imagem territorial é constituída por um conjunto de geossímbolos e características que muitas das vezes são suscetíveis de serem interpretados apenas pelos indivíduos que constituem o sistema cultural, e nem sempre são evidentes aos indivíduos externos ao território (Teixeira, 2008).

Para Bonnemaïson (2002, p. 109): *“um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que por razões religiosas, políticas ou culturais, (...) assume uma dimensão simbólica que fortalece a sua identidade”*.

Corrêa (2007), admite que o processo de aquisição de conhecimento por parte do indivíduo através do espaço vivido, com base nas suas características individuais, reflexo do seu meio e cultura, leva a que haja sempre uma referência geossimbólica com forte conteúdo geográfico, que reforçará a identidade das pessoas ou de uma sociedade de um território específico. Assim, os espaços vividos são espaços com valores simbólicos de grande relevo, evidenciando-se através geossímbolos.

A construção do pensamento geográfico surge no exato momento em que fazemos uma análise do espaço, seja ela depreciativa ou simplesmente involuntária, variando consoante o indivíduo que realiza esse processo mental. Para que seja possível a concretização desse raciocínio, é necessário que consigamos perceber de que forma é que os Seres Humanos ocuparam o espaço terrestre, como interagem em sociedade e como se relacionam com o meio envolvente. A diversidade de atividades da sociedade e as suas múltiplas relações

tornam esta análise complexa e, por isto, “*o espaço hoje tem de ser considerado como um espaço de fluxos e não como um lugar absoluto*” (1986, p. 25). Contudo, a reflexão sobre determinado espaço, está relacionada com a percepção do indivíduo no momento da construção do pensamento geográfico, sendo por isto a percepção uma ferramenta necessária à idealização de um pensamento geográfico, uma vez que o espaço não é apenas percebido, sentido ou conhecido, é experienciado e vivido (Kozel S. T., 2007).

Cada espaço ou lugar tem a sua identidade. Esta caracterização surge a partir das relações sociais, que são estabelecidas entre as pessoas, das experiências que cada indivíduo tem durante toda a sua vida, do conhecimento que adquirem acerca desse lugar, e dos símbolos característicos de cada lugar, fazendo reconhecer o indivíduo em um determinado lugar. Esta identidade pode ainda ser criada através do passado conhecido do lugar, dos conflitos sociais, das memórias que reflete e das representações (Strachulski, 2015).

Na construção de uma imagem territorial, as referências utilizadas são na maioria das vezes as características criadas através do conhecimento adquirido por via dos sentimentos que surgem através da vivência que temos de um determinado espaço e dos símbolos (geossímbolos) que associamos a cada espaço. Meining (1979) defende que o ato de observar um espaço, permite a criação de vários significados, enquanto a criação de um sentimento para com um determinado espaço, apenas é possível com o passar do tempo, ganhando força através da vivência do indivíduo.

No momento de análise de um determinado espaço, ou quando se identifica uma determinada paisagem, os elementos que sobressaem e que demonstram significados expressivos, denominam-se por geossímbolos. Estes símbolos geográficos, tem uma correspondência cultural e são identificados pelo indivíduo ou por um grupo social, que dado à sua capacidade de destaque o torna um símbolo diferenciador na superfície terrestre.

A recriação deste fenómeno é visível na figura 2. A primeira fase é composta pelo indivíduo e a paisagem. Esta é a fase em que o indivíduo tem acesso à informação/conhecimento de um espaço e analisa todos os elementos perceptíveis.

A segunda fase decorre durante a análise da paisagem, sendo momento em que o indivíduo destaca os elementos que são de maior expressividade e os torna geossímbolos. Na terceira e última fase, o indivíduo dá significado ao geossímbolo. Este elemento torna-se um símbolo geográfico que representa memórias, relações sociais, valores, sentimentos ou a própria identidade do local. Todo este processo não é alheio ao fenómeno do

desenvolvimento do espaço vivido, uma vez que, cada momento vivido resulta num aumento de conhecimento sobre o espaço, assim como da ligação entre o indivíduo e a paisagem envolvente através do significado que o indivíduo dá a cada símbolo. Os geossímbolos, segundo Bonnemaision (2002), dão significado e caracterizam o elemento paisagem, através das experiências, memórias e sentimentos vividos pelos indivíduos, seja em comunidade ou individualmente.

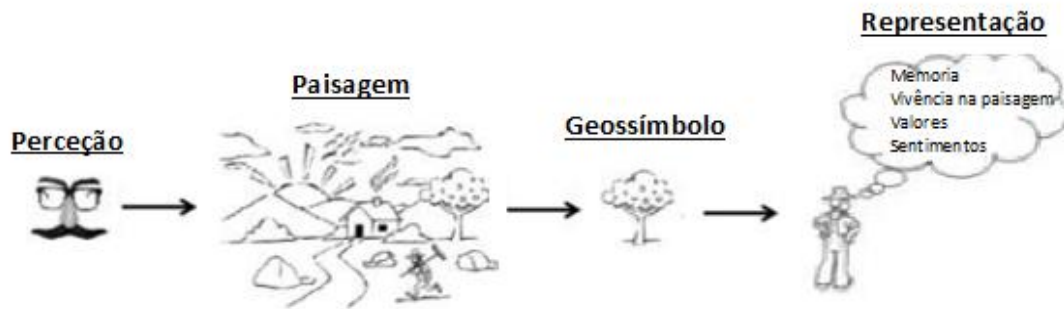


Figura 2 - Imagem descritiva da relação entre pessoas, paisagens e geossímbolos Fonte: Strachulsk (2015), adaptado.

Os geossímbolos são considerados meios que dão corpo aos sentimentos e percepções, captadas pelas pessoas, que possibilitam compreender a interação existente entre a imagem territorial e os Seres Humanos e permitem “*aprofundar o papel do simbólico no espaço e supõe que os símbolos adquirem mais força e destaque quando encarnam ou se fixam em lugares e paisagens específicas*” (Lambert & Giménez, 2007, p. 17). Por outro lado, estes símbolos geográficos englobam as características que dão forma à imagem territorial através da sua dimensão simbólica. As paisagens “*apresentam geossímbolos, fixos, que por serem dotados de significados identitários, fortalecem a identidade cultural dos grupos que as habitam*” (Corrêa R. L., 2008, p. 12). Neste sentido, podemos considerar que o geossímbolo é um símbolo cultural, que possibilita a identificação de uma comunidade, salientando a sua identidade.

Y-Fu Tuan (1980, p. 284) afirma: “*a razão dos geossímbolos não é algum atributo físico intrínseco, mas a sua eficácia, articulando e simbolizando os verdadeiros sentimentos históricos de uma comunidade ou de uma parte da comunidade*”. Esta afirmação, demonstra que o símbolo geográfico pode fazer parte da identidade histórica e por isso a sua evolução enquanto símbolo identitário da paisagem carece de igual forma da sua possível transformação temporal. As marcas identitárias, deixadas por indivíduos organizados que partilham a mesma cultura ou por indivíduos de forma particular, podem-

se denominar por geossímbolos. Estas características, capazes de identificar a sua origem ou um espaço geográfico são “*um instrumento de comunicação partilhado por todos...*” (Bonnemaison, 2002, p. 124).

Bonnemaison (2002), na explicação sobre a conceção de geossímbolo, admite que qualquer elemento se pode tornar num geossímbolo, desde que o elemento tenha significado para uma determinada comunidade ou pessoa, necessitando que haja uma correspondência associada à sua vivência num determinado espaço geográfico. Cosgrove (1998, p. 108) defende que: “*todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são produtos da apropriação e transformação do meio ambiente pelo ser humano*”.

É perceptível que, através destes símbolos geográficos uma determinada comunidade regista as suas marcas culturais, que as identificam e tornam as paisagens únicas, demonstrando características de uma determinada cultura, os seus valores, que se revelam marcados nos geossímbolos. Ruas (2005, p. 55) sublinha que: “*a inscrição da cultura de um grupo sobre o seu espaço, enquanto produto de apropriação e valorização simbólica*.” Neste sentido, os geossímbolos demonstram o seu grande valor, que para além de atrativos, são de igual forma detentores de significados das paisagens, capazes de representar as ações de uma determinada comunidade ou grupo social.

Corrêa (2007, pp. 7-17), afirma que o espaço vivido pela sua componente cultural, terá sempre uma referência geossimbólica, que será sempre parte integrante da paisagem, e que “*o geossímbolo realiza-se espacialmente por uma linha transversal simbólico cultural que marca ou reforça a identidade das pessoas ou de uma sociedade de um território específico*”, podendo os espaços de fortes valores simbólicos ser considerados eles próprios geossímbolos.

Assim sendo, podemos afirmar que a identidade territorial também é social, definida em grande medida pelo território que está sujeito a apropriação. Por outro lado, e de igual forma, o espaço resulta de múltiplas intervenções e dinâmicas, que se vão intensificando com o tempo. Conclui-se, por isso, que as identidades sociais têm a capacidade de se tornarem símbolos, surgindo a perceção de que esses símbolos são referências materiais, apesar de não passarem do imaginário de cada indivíduo (Simões, 2014).

Para Bonnemaison (2002, p. 111), os “*(...) símbolos ganham maior força e alcance quando se representam nos lugares (...) um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significados, nas suas expressões mais fortes, torna-se um espaço com um conjunto de signos e valores comuns*”. O lugar, através da imagem territorial, torna-se

uma referência identitária capaz de construir laços afetivos que unem vários indivíduos a um determinado território, sendo esse o “seu” território, criando uma identidade cultural e territorial.

Sarmento (2004) afirma que a imagem territorial de uma cidade pode ser resultado da união de inúmeros geossímbolos, podendo por isso estar, sujeito a variadíssimas interpretações e leituras.

As cidades conseguem impulsionar a sua imagem através do desenvolvimento do marketing territorial, de forma a criar interesse nas pessoas, tornando-as turistas e clientes. É possível criar definições de imagens mentais aos consumidores, fazendo com que públicos com diferentes características e gostos, possam ter um interesse comum por um espaço, potenciando a vontade das pessoas em ir visitar esse território, resultando numa possível fixação da população. Os produtos territoriais são imagens captadas pelos indivíduos e difundidos a toda a sua rede de contacto, pelas mais variadíssimas formas, principalmente pelas tecnologias de informação, que para o marketing territorial são uma ferramenta de grande valor (Garcia, 2010). O desenvolvimento de uma cidade pode ser sustentado através da marca e da imagem territorial, potenciada pelos seus geossímbolos, que para além de aumentar a sua atratividade, permitem aumentar a confiança dos consumidores e a credibilidade da própria cidade. Esta realidade toma proporções de relevo, devido aos novos fenómenos da competitividade e de partilha de informação, principalmente entre cidades, pondo as que têm menor capacidade de se posicionarem no mercado e com menor capacidade de encarar os desafios, numa posição menos favorável, podendo sofrer um declínio financeiro e social, e por isso a necessidade da implementação de medidas de atração, alicerçadas em medidas de marketing e comunicação (Gouveia & Gaio, 2007).

É por tudo isto que a marca e a imagem das cidades é cada vez mais um fator de maior atenção pelos órgãos de governação, uma vez que se revelam um importante acelerador ao desenvolvimento e uma ferramenta capaz de conseguir diferenciar áreas urbanas, fortalecendo o seu posicionamento (Kavaratzis & G.Ashworth, 2009).

3. Qualidade de vida nas cidades universitárias de média dimensão

3.1. Abordagem do conceito de “Qualidade de Vida”

A expressão qualidade de vida, surge na década de 60, referida por Lyndon Johnson, associada a uma visão economicista, onde prevalecia a análise económica e a evolução do PIB, através do balanço das instituições bancárias, em que os seus resultados positivos refletiam a qualidade de vida em termos económicos. Esta corrente, cingia-se à relação entre o crescimento de bens e serviços e à riqueza produzida, com o crescimento económico visto como um indicador de qualidade de vida. No entanto, esta visão carecia de diversos indicadores fundamentais para uma análise de fundo do desenvolvimento da sociedade, nomeadamente fatores sociais e ambientais.

O conceito em estudo, sofreu alterações consideráveis até aos dias de hoje, devido à necessidade de análise de fatores associados às condições sociais, à distribuição de riqueza, satisfação das necessidades básicas, nível de bem-estar global, como forma de capacitar o Estado de informação para que a sua intervenção fosse possível, garantindo o desenvolvimento da sociedade. Assim, com o consecutivo crescimento das áreas urbanas, alicerçadas ao desenvolvimento económico e político, resultaram condições ideais para a promoção de novas atividades, emprego e poder de compra, embora, este crescimento tenha apresentado alguns efeitos negativos no dia-a-dia da população, e até no desenvolvimento do tecido urbano. A sociedade pós-industrial, com todos os resultados positivos que apresentou, teve igualmente efeitos negativos, nomeadamente, no aumento das desigualdades sociais, na insegurança e a deterioração da qualidade do ambiente.

Esta tendência de instabilidade dos fatores sociais, a crescente pressão sobre a população e a necessidade de investimento na melhoria dos padrões de vida, potenciou a necessidade de analisar fatores associados às condições sociais no momento de caracterizar a qualidade de vida. Segundo Setién, (1993): *“O objetivo é medir a mudança social, o desenvolvimento verificado, tendo em conta os diversos elementos sociais, políticos, psicológicos, culturais, que tinham sido deixados de lado pela análise económica, mostrando as diversas componentes da vida e pretendendo analisar se esses elementos vão melhorado ou piorando”*. Com base no autor supracitado, os indicadores sociais tendem a ganhar maior relevância, tornando-se elementos centrais na discussão de

políticas de planeamento e de gestão territorial, fundamentais para a análise da qualidade de vida, em detrimento dos fatores económicos.

O autor Erik Allardt, em relação ao conceito da qualidade de vida, faz uma distinção entre as condições de vida objetivas e as subjetivas, elaborando a análise com base em quatro aspetos. O primeiro, (i) nível de vida, que se refere às necessidades materiais e humanas básicas. O segundo, (ii) qualidade de vida, que está associado às condições de vida não materiais, nomeadamente a relação do indivíduo com a sociedade. O terceiro, (iii) satisfação, que é um fator relativo à perceção subjetiva das condições de vida e a quarta, (iv) felicidade, que advém da perceção subjetiva da qualidade de vida (Santos & Martins, 2002).

Em 1982, Gough, discute este conceito fazendo uma distinção entre as necessidades e os desejos, sendo a primeira associada a condições globais, da esfera coletiva, enquanto a segunda, estaria relacionada com questões individuais (Santos & Martins, 2002).

Em 1998, Giampaolo Nuvolati fundamenta a qualidade de vida em cinco fatores, tendo em conta os conceitos de individual, coletivo, material e imaterial. O primeiro fator, os materiais coletivos, estão associados à oferta e acessibilidade de bens e serviços (saúde, comércio, transportes, telecomunicações, etc..). O segundo, materiais individuais, que diz respeito essencialmente às condições pessoais de cada indivíduo (rendimento, bens, profissão, etc...). O terceiro, materiais não coletivos, que tem que ver com as atividades que o indivíduo tem nos tempos livres e a forma da sua ocupação. O quarto, materiais não individuais, está direcionado para as relações privadas, as relações com a família e com os amigos, a participação dos indivíduos na sociedade e o acesso à informação que lhes é disponibilizada. O quinto, contexto geral, onde se inserem as características da paisagem, do clima, do património cultural e histórico. (Santos & Martins, 2002).

Isabel Martins (2002), no início do milénio, apresenta uma visão para a qualidade de vida assente em três aspetos. Um primeiro, que se refere à distinção entre os aspetos materiais e imateriais, em que defende que os aspetos materiais estão associados a necessidades humanas básicas ligadas a fatores físicos e a infraestruturas, como a habitação, o abastecimento de água e o sistema de saúde. Hoje em dia, na visão da autora, os aspetos materiais terão evoluído para questões associadas com o ambiente, o património cultural e o bem-estar. Um segundo, que diferencia os aspetos individuais e coletivos. Em que, os aspetos individuais estão relacionados com as condições financeiras, pessoais e familiares, enquanto os aspetos coletivos, estão associados aos serviços básicos e públicos

disponíveis. Num terceiro aspeto, é abordado a distinção entre os fatores objetivos e subjetivos para a análise da qualidade de vida. Os primeiros são afetos aos indicadores quantitativos, enquanto os segundos são remetidos para a perceção que o indivíduo tem sobre a qualidade de vida, sendo este aspeto diferente para cada indivíduo.

Existem, ainda, dois fatores fundamentais na análise da qualidade de vida. O primeiro prende-se com a relação existente entre o contexto social, político e económico e os indivíduos. Esta relação faz com que as necessidades de cada população, ou de um determinado território, ditem diferentes análises para a qualidade de vida, contribuindo para que existam variações nos indicadores ao longo do tempo e do espaço, ou seja, os indicadores de qualidade de vida variam consoante as condições sociais e económicas da população, podendo por isso, existir indicadores registados com resultados idênticos, mas com significados diferentes. O segundo fator está relacionado com a existência de recursos, nomeadamente de bens e serviços e sua acessibilidade à população. Numa análise subjetiva, mas relevante para a perceção de qualidade de vida, é necessário identificar o nível de satisfação da população na utilização desses bens e serviços (Santos & Martins, 2002).

Segundo Carla Leal (2008), existem quatro perspetivas distintas sobre a qualidade de vida: (i) a perspetiva biológica, que se baseia na interpretação que o indivíduo constrói sobre a capacidade que dispõe para executar determinadas funções e da capacidade real que o indivíduo tem para realizar determinadas atividades; (ii) A perspetiva cultural, que está relacionada com a evolução da interpretação do que significa para a sociedade, a qualidade de vida, ao longo dos tempos. Esta visão defende que a evolução é resultado do desenvolvimento de fatores sociais e económicos. Manuel Cabral (1998, p. 8), relata este pensamento explicando que: “(...) *as necessidades dos consumidores evoluem de forma normal, com uma dimensão histórica e cultural, fazendo com que aquilo que há anos atrás era considerado como um nível de vida aceitável já não o ser hoje*”; (iii) A perspetiva económica, que tem como referência a capacidade financeira e os bens materiais que cada indivíduo tem na sua posse e a importância que deposita nesses pertences; (iv) A perspetiva psicológica, defende que a qualidade de vida tem uma forte ligação com cada indivíduo, e por isso, depende da felicidade, satisfação, ânimo, equilíbrio mental, a promoção de relações sociais saudáveis e manter expectativas positivas no futuro. Desta forma, a avaliação da qualidade de vida, com base na perspetiva psicológica, avalia a capacidade que o indivíduo tem no desempenho das

atividades diárias, atividades profissionais, relações interpessoais, na sua saúde e todos os aspetos que considera serem essenciais para a sua felicidade (Leal, 2008).

Em 2016, a União Europeia apresentou um estudo⁴ em que avalia a qualidade de vida nos Estados-Membros. Este estudo realizou-se a cada quadriénio, baseado em cerca de 37.000 entrevistas, em 33 países, dos 28 Estados-Membros da UE, tendo associado mais 5 países candidatos (Albânia, antiga República jugoslava da Macedónia, Montenegro, Sérvia e Turquia). Este estudo teve por objetivo avaliar a qualidade de vida da sociedade europeia, as condições de vida e a situação dos cidadãos europeus. As suas conclusões fornecem informações pormenorizadas sobre um amplo conjunto de questões em três domínios principais, a qualidade de vida (bem-estar subjetivo, otimismo, saúde, nível de vida e aspetos relacionados com a privação, equilíbrio entre vida profissional e pessoal), a qualidade da sociedade (insegurança social, perceção da exclusão social e tensões sociais, confiança nas pessoas e nas instituições, participação e empenho da comunidade e envolvimento na formação/aprendizagem ao longo da vida) e a qualidade dos serviços públicos (cuidados de saúde, cuidados de longa duração, assistência à infância e outros serviços públicos) (Ahrendt, et al., 2016).

3.2. Impacto das Instituições de Ensino Universitários nas Cidade de média dimensão

Em Portugal, o ensino superior caracteriza-se por um sistema binário, constituído por instituições públicas: Universidades e Institutos Politécnicos e instituições privadas. No ano de 2020, de acordo com o gráfico 1, em Portugal estavam 396.909 indivíduos matriculados no ensino superior, sendo que 323.754 no ensino público e 73.155 no ensino privado; 182.178 do sexo masculino e 214.731 do sexo feminino; 253.460 no ensino universitário e 143.449 no ensino politécnico; foram ainda contabilizados 284 estabelecimentos de ensino, 123 de ensino universitário e 161 de ensino superior politécnico.

⁴ EQLS- European Quality of Life Survey-
https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef1733en.pdf

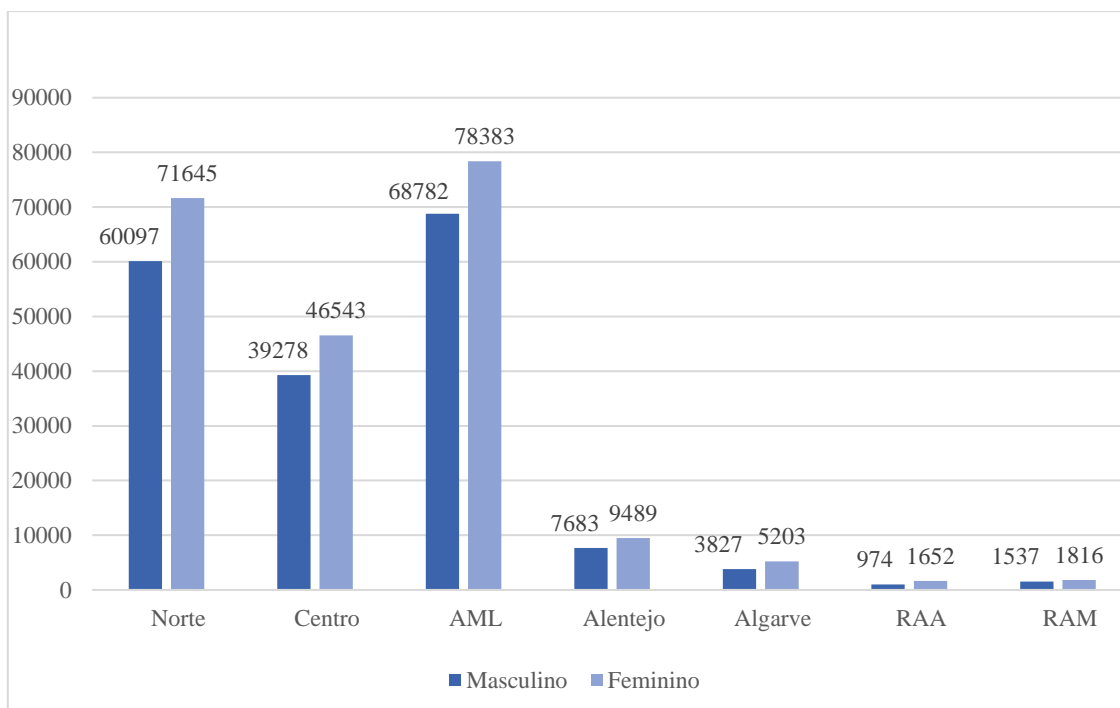


Gráfico 1- Estudantes matriculados no Ensino superior em Portugal, 2020. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

As instituições de ensino superior constituem-se por diferentes unidades orgânicas, nomeadamente faculdades, escolas superiores ou institutos. Por outro lado, as instituições caracterizam-se, na sua maioria, pela sua vasta dimensão, importância regional e atração de população jovem, que tem um grande impacto nas cidades que os acolhem⁵, promovendo e potenciando a aceleração económica, tornando-se um fator de grande destaque nas relações sociais e económicas.

De acordo com a figura 3, a rede de instituições de ensino superior em Portugal, tem uma grande dispersão territorial, apresentando uma oferta formativa em todas as cidades sedes de distrito, com uma maior incidência no número de unidades orgânicas nas áreas metropolitanas, Porto e Lisboa, no Alto Minho, na Região de Coimbra e no Algarve.

⁵No caso de Lisboa e do Porto, devido à realidade económica, social e sobretudo populacional, o impacto dos estudantes universitários é consideravelmente reduzido. A este fator soma-se o facto de Lisboa e Porto terem muitos estudantes não-deslocados, que como residentes da cidade já exerciam o seu contributo para o dinamismo urbano.

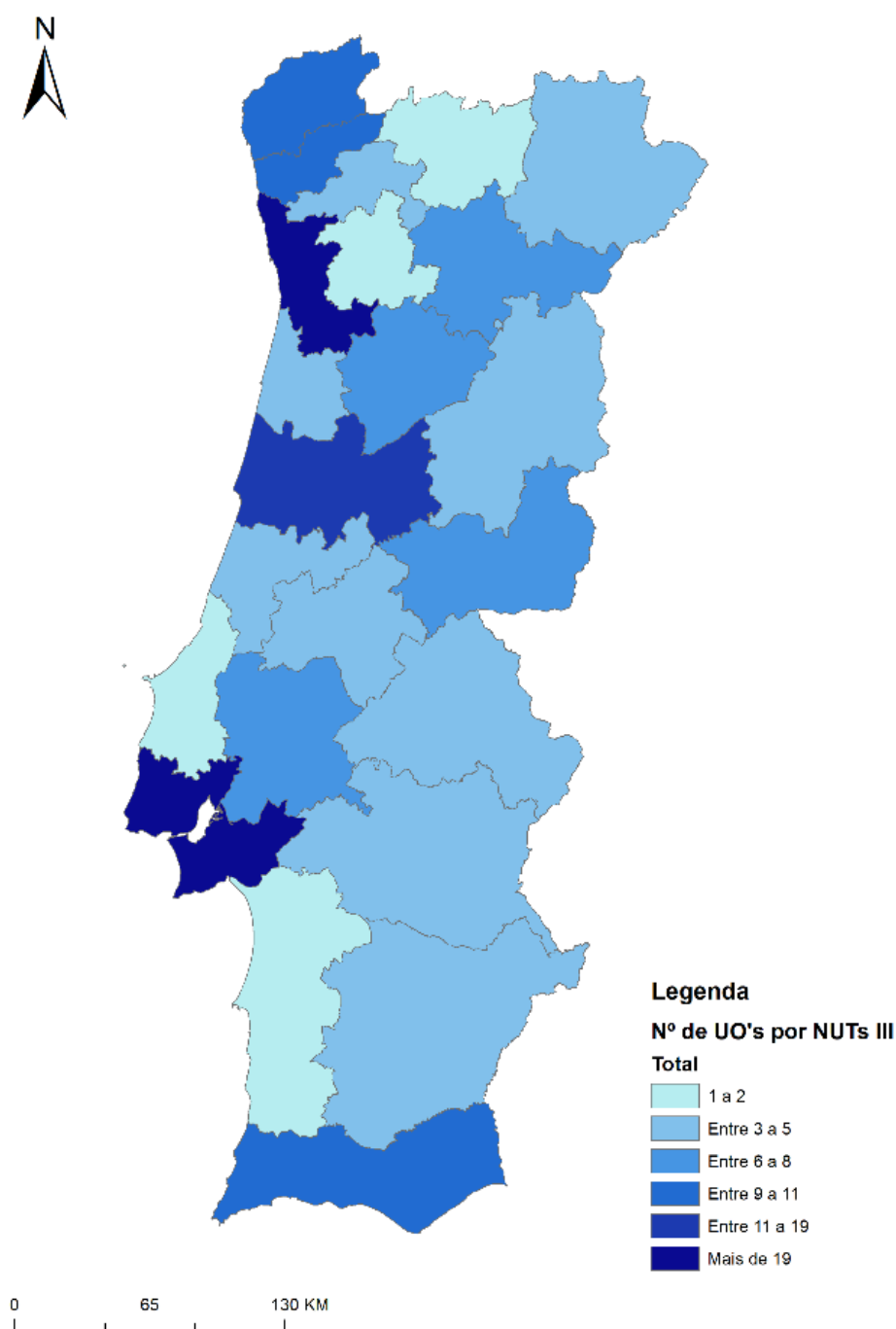


Figura 3 – Mapa do território nacional, com distribuição de Instituições de Ensino Superior por NUT III.
Fonte: Direção-Geral de Ensino Superior, 2020.

As instituições públicas têm uma distribuição equilibrada por todo o território nacional, quando comparadas com as privadas, que apresentam uma maior incidência nas áreas metropolitanas coincidindo com as áreas em que existe maior concentração populacional. De acordo com Fonseca e Encarnação (2012, p. 34): “*O desempenho das universidades*

públicas localizadas nas cidades de segundo nível, em relação aos indicadores da oferta e procura de ensino superior, está, naturalmente, relacionado e é condicionado pela dimensão urbana, económica e de condições de acessibilidade das respetivas regiões, periféricas em relação às duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a outros centros de maior dinamismo (...) No interior do país, nas cidades de pequena dimensão, a dimensão das universidades públicas é inferior às dos grandes centros urbanos e aproxima-se da dimensão dos institutos politécnicos das mesmas regiões”.

O presente capítulo versa sobre aquelas que são as melhores condições de vida identificadas em cidades com ensino superior, ao abrigo de indicadores relacionados com a população, economia, educação, segurança, habitação e condições de vida, cultura, turismo e ambiente, e o modo como estes indicadores se refletem na dinâmica de crescimento destes concelhos. Assim, procurou-se a comparação entre os concelhos de Braga, Vila Real, Aveiro, Coimbra, Covilhã, Évora e Faro, de forma a analisar na globalidade e por indicador, quais são os territórios que apresentam fatores mais favoráveis à satisfação das necessidades dos jovens em cada cidade universitária.

3.2.1. População

O domínio *População*, o subitem – Densidade populacional corresponde ao número médio de indivíduos por km² (gráfico 2), associando-se o índice de dependência de idosos e de jovens (gráfico 3) e de envelhecimento (gráfico 4), em 2019.

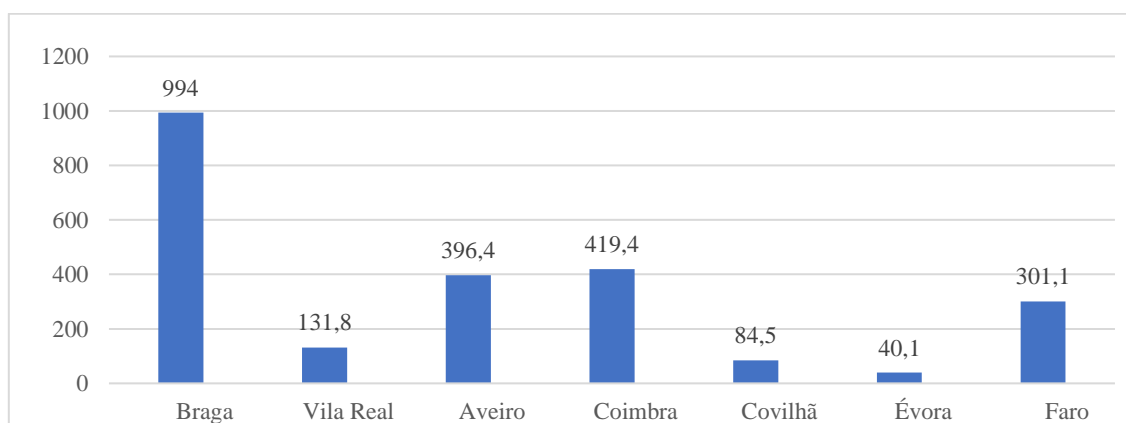


Gráfico 2- Número médio de indivíduos por km², em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

De acordo com o gráfico 2, o número médio de indivíduos por km² (densidade) é, no concelho de Braga o indicador que apresenta o maior registo (994 km²). Este concelho, quando comparado com os outros em análise, apresenta uma forte disparidade, apresentando valores 2,37 vezes superior à cidade de Coimbra (419,4 km²) e 24,78 vezes

superior ao concelho de Évora, que é o concelho que apresenta menor densidade populacional.

No que respeita à relação entre a população idosa e a população em idade ativa, de acordo com o gráfico 3, destaca-se que o concelho da Covilhã apresenta valores mais elevados, registando o maior índice de dependência de idosos (45,7%) e o menor índice de dependência de jovens (17,8%). Este resultado, significa que, por cada 100 residentes que se encontram em idade ativa, existem 46 pessoas idosas e 18 jovens, respetivamente. O concelho de Braga apresenta menor índice de dependência de idosos (24,4%), e o concelho de Faro o maior índice de dependência de jovens (24,9%).

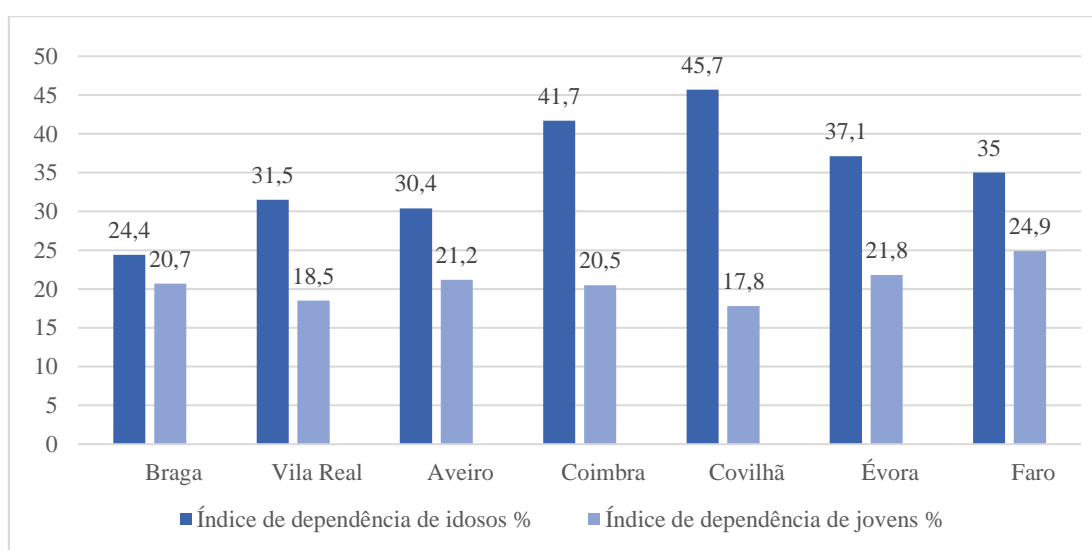


Gráfico 3- Índice de dependência de idosos e jovens em %, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

No gráfico 4, verifica-se que a Covilhã apresenta o maior índice de envelhecimento (257), indo de encontro com o comportamento do indicador de dependência de idosos e de jovens, apresentado no gráfico 3. O concelho de Braga apresenta o menor índice de envelhecimento (118), seguindo-se o concelho de Faro (140,4) e o concelho de Aveiro (143,3), que apresentam uma diferença considerável.

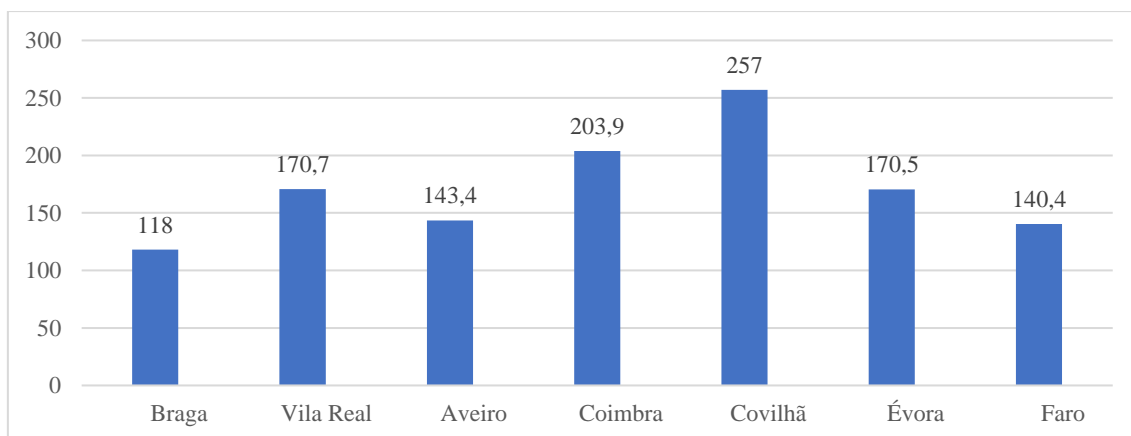


Gráfico 4- Índice de envelhecimento, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

3.2.2. Ambiente, Energia e Território

O domínio *Ambiente, energia e território*, corresponde à análise das despesas dos municípios em ambiente (gráfico 5), em 2019.

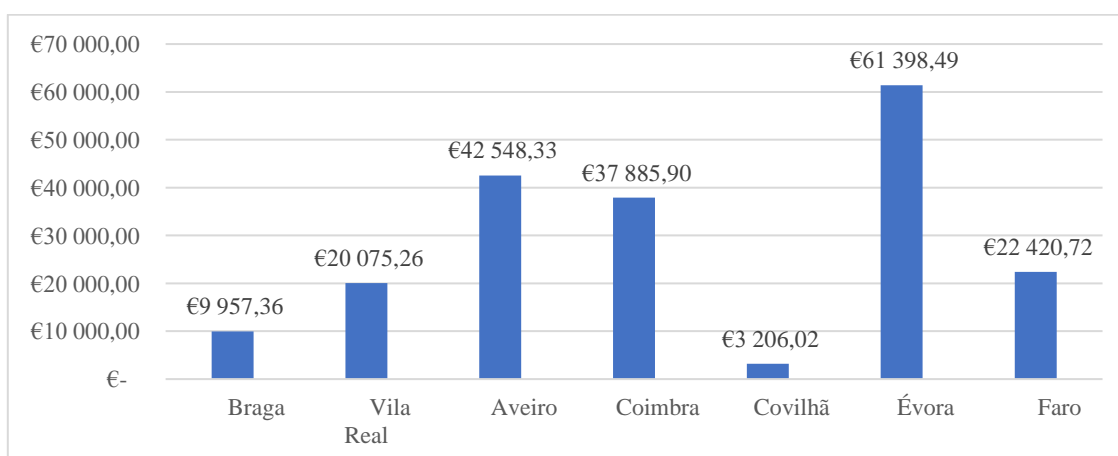


Gráfico 5- Despesas dos municípios em ambiente por mil habitantes, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

No gráfico 5, identifica-se uma forte discrepância apresentada entre os municípios. O concelho de Évora apresenta o maior valor em despesa para o ambiente (61.398,49 €) por mil habitantes, o concelho de Aveiro (42.548,33€) e Coimbra (37.885€) apresentam valores próximos dos 40 mil euros, os concelhos de Vila Real (20.075,26€) e Faro (22.420,72€) apresentam valores próximos dos 20 mil euros, enquanto os concelhos de Braga (9.957,36€) e Covilhã (3.206,02€) apresentam despesas inferiores a 10 mil euros.

3.2.3. Educação

No domínio *Educação*, corresponde à análise do número médio de alunos, por computador com ligação, à internet no ensino básico e secundário (gráfico 6), em 2019; e a percentagem da população matriculada por nível de ensino (gráfico 7), em 2020, nos concelhos em estudo.

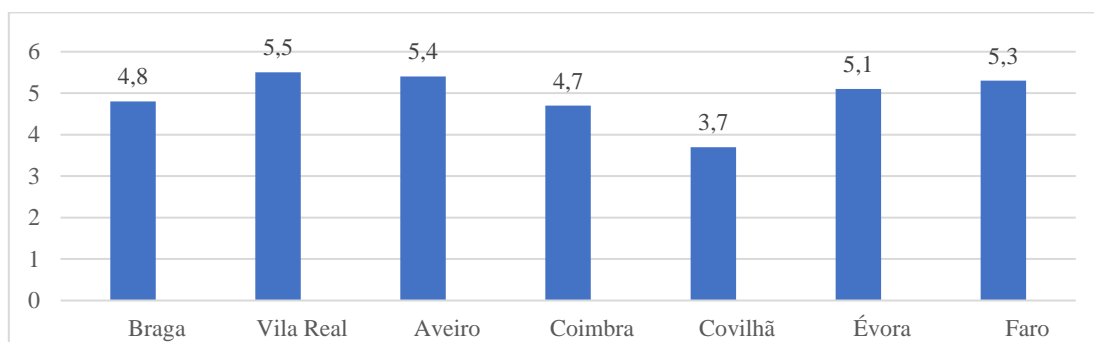


Gráfico 6- Número médio de alunos por computador com ligação à internet no ensino básico e secundário, em 2019. Fonte: Pordata, consultado em 29/03/2021.

O gráfico 6, apresenta o número de computadores com ligação à internet, por alunos do ensino básico e secundário. O concelho da Covilhã apresenta o resultado mais favorável (3,7), enquanto o concelho de Vila Real (5,5) apresenta menos favorável. De notar que, os concelhos de Aveiro (5,4), Évora (5,1), Faro (5,3), apresentam todos valores idênticos ao concelho de Vila Real, ou seja, superior a 5 alunos por computador com ligação à internet. Apenas Braga (4,8) e Coimbra (4,7) e Covilhã, apresentam valores inferiores a 5 alunos por computador com ligação à internet.

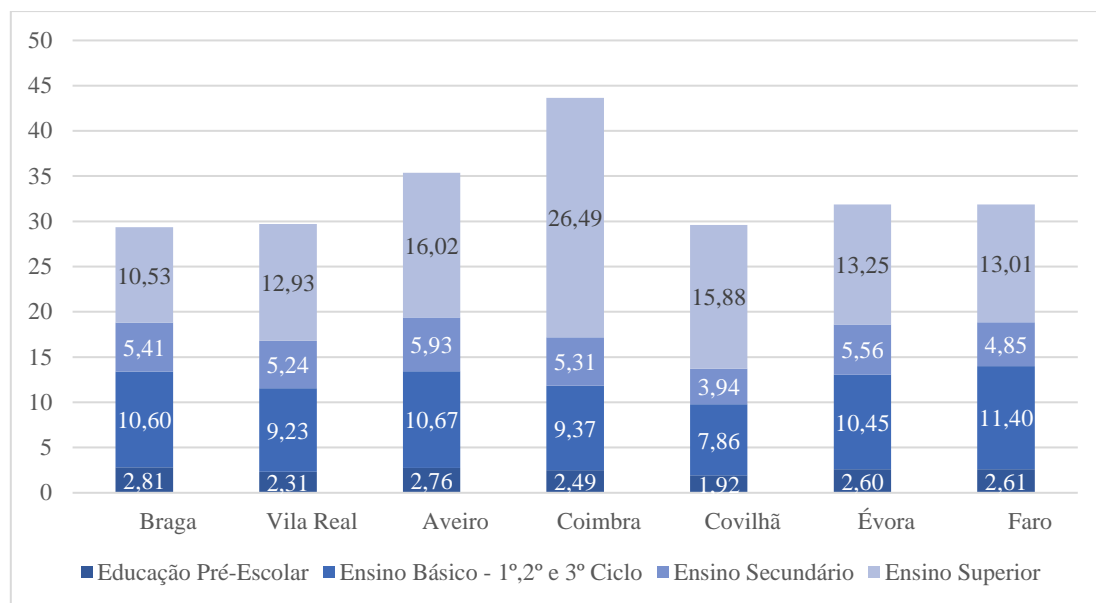


Gráfico 7- % da População matriculada por nível de ensino, em 2020. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

No gráfico 7, é apresentado a percentagem de população matriculada por nível de ensino em 2020. Numa análise global, é possível identificar que Coimbra apresenta a maior percentagem de população matriculada (43,66%), enquanto Braga apresenta a percentagem mais reduzida de população matriculada por nível de ensino (29,35%), sendo que o concelho de Vila Real (29,71%) e da Covilhã (29,6%) apresentam uma percentagem muito próxima. Os concelhos de Aveiro (35,38%), Évora (31,86%) e Faro (31,87%), não apresentam valores muito diferentes aos anteriores, no entanto a percentagem registada é superior a 30%. Apenas o concelho de Coimbra regista uma percentagem de população matriculada superior a 40%.

Numa análise por nível de ensino, o concelho de Covilhã apresenta a percentagem mais reduzida nos primeiros ciclos de estudos, enquanto o concelho de Braga (10,53%) apresenta a menor percentagem de população matriculada no ensino superior. O concelho de Braga, apesar de ser o concelho que apresenta no total a menor percentagem de população matriculada, regista a melhor percentagem na educação pré-escolar (2,81%), enquanto o concelho de Faro (11,40%) apresenta a percentagem mais elevada no 1º, 2º e 3º ciclos de ensino e o concelho de Aveiro (5,93%) apresenta o melhor resultado no ensino secundário, o concelho de Coimbra é o concelho que maior percentagem apresenta de população matriculada no ensino superior (26,49%).

Numa análise detalhada, o concelho da Covilhã apresenta a menor percentagem de população matriculada no ensino pré-escolar (1,92%), no básico (7,86%) e secundário (3,94%). No entanto, o facto de apresentar uma percentagem mais elevada no ensino superior, repercute para que o concelho não seja o que tem menor percentagem de população matriculada. Este concelho, mesmo que apresente a percentagem mais reduzida em todos os ciclos de estudos, quando comparadas com os restantes (à exceção do ensino superior), apresenta uma forte percentagem na população matriculada no ensino superior (15,88%), sendo apenas ultrapassado por Aveiro (16,02%) e Coimbra (26,49%), que apresentam uma percentagem de população matriculada superior.

O facto de existir uma forte percentagem de população matriculada no ensino superior no concelho de Coimbra e da Covilhã, revela a importância que as instituições de ensino superior têm na região, a capacidade de captar jovens vindos de outros pontos do país, refletindo o seu forte impacto, para o equilíbrio entre a população idosa e a população jovem.

3.2.4. Habitação, conforto e custo de vida

No domínio *Habitação, conforto e condições de vida*, corresponde à análise do poder de compra, em 2017 (gráfico 8), e do valor médio dos imóveis transacionados em 2019 (gráfico 9).

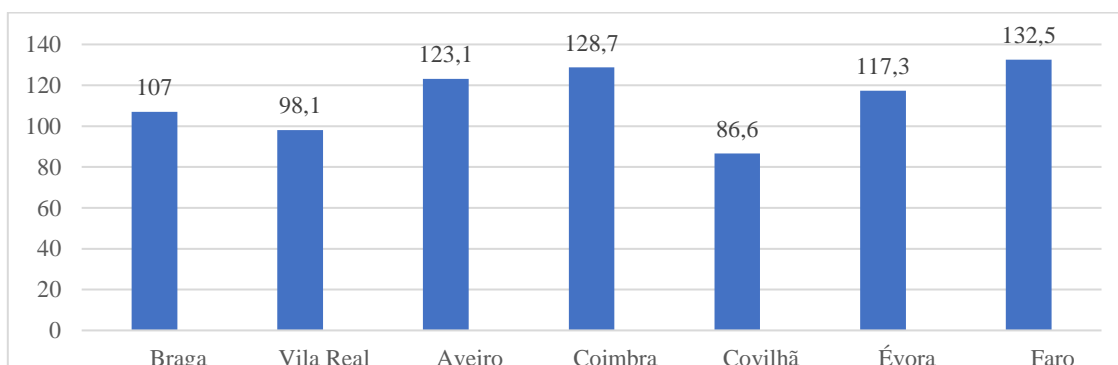


Gráfico 8- Poder de compra, em 2017. Fonte: Pordata. consultado a 29/03/2021.

O poder de compra traduz-se na capacidade que cada indivíduo tem em adquirir bens e serviços. De acordo com o gráfico 8, a população residente em Faro (132,5%) é a que tem

maior capacidade de compra, seguindo-se a população de Coimbra (128,7%). O concelho da Covilhã (86,6%) apresenta o menor poder compra dos concelhos em estudo.

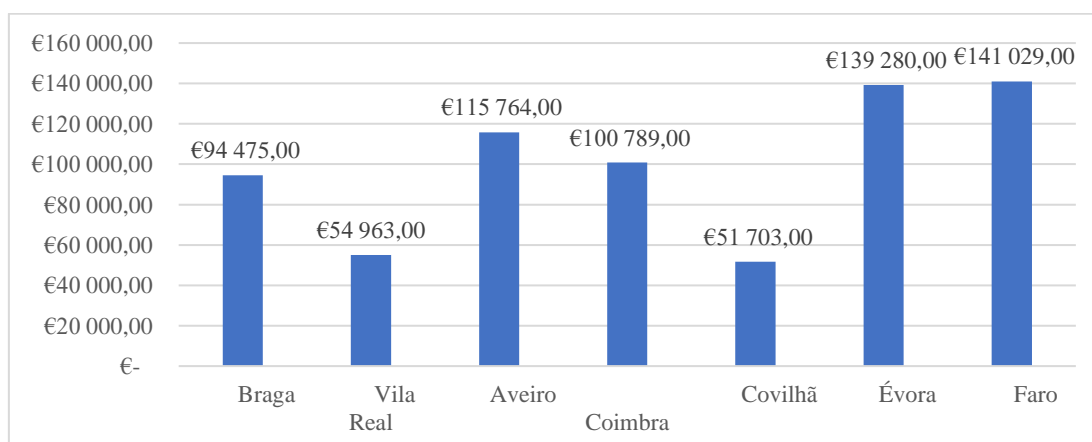


Gráfico 9- Valor médio dos prédios transacionados, em 2019. Fonte: Pordata. consultado a 29/03/2021.

O custo médio das habitações é um fator preponderante para a fixação da população, sobretudo de população jovem e, geralmente, está associado ao poder de compra. No gráfico 9, é o concelho de Faro (141.029 €) que apresenta o maior valor médio de custo dos prédios transacionados. Este valor é fortemente condicionado pelo impacto do turismo balnear e pelo facto de ser um dos destinos turísticos europeus mais procurados, podendo justificar-se por via da procura efetuada para aquisição de imobiliário por residentes fora do concelho. Sabe-se que o concelho de Faro tem uma enorme procura por população estrangeira (14,2%; Pordata, 2021), que devido à sua capacidade financeira, contribuem para que o custo de bens e serviços seja mais elevado. Os concelhos da Covilhã (51.703€) e de Vila Real (54.963€), apresentam os valores mais reduzidos de poder de compra, assim como os valores mais reduzidos em relação ao custo médio de prédios transacionados. Os dois concelhos apresentam um valor médio de 2,5 vezes inferior quando comparados com o concelho de Faro. Este indicador reflete, em parte, a discrepância do mercado imobiliário em Portugal.

3.2.5. Saúde

No domínio *Saúde*, utilizaram-se os indicadores correspondentes à análise do número de habitantes por farmácia, por farmacêutico e por médico, em 2019 (tabela 2), nos concelhos em estudo.

Tabela 2- Habitantes por farmácia, por farmacêuticos e por médicos, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

	<i>Hab. por farmácia</i>	<i>Hab. por farmacêutico</i>	<i>Hab. por médico</i>
<i>Braga</i>	4797,3	876,4	121,1
<i>Vila Real</i>	3327,7	703	142,2
<i>Aveiro</i>	3729,8	807,5	159,5
<i>Coimbra</i>	2733,6	289,3	28,9
<i>Covilhã</i>	2134,4	572,6	199
<i>Évora</i>	2383,7	760	108,6
<i>Faro</i>	3587,9	592,2	91

A tabela 2, apresenta o número de habitantes por farmácias, farmacêuticos e médicos, em 2019. O concelho da Covilhã, apresenta o indicador mais favorável quanto ao número de farmácias por habitante, 2.135 (2.134,4), no entanto é o concelho que tem o resultado menos favorável em relação ao número de médicos por habitantes, registando 199 habitantes por médico. O concelho de Coimbra, apresenta-se como o concelho com indicadores mais favoráveis no número de habitantes por médicos (28,9) e no número de habitantes por farmacêuticos (289,3). O concelho de Braga regista os indicadores menos favoráveis tanto no número de habitantes por farmácia (4.797,3), como no número de farmacêuticos (876,4).

3.2.6. Justiça e segurança

No domínio *Justiça e segurança*; que corresponde à análise do registo de crimes por mil habitantes, em 2019.

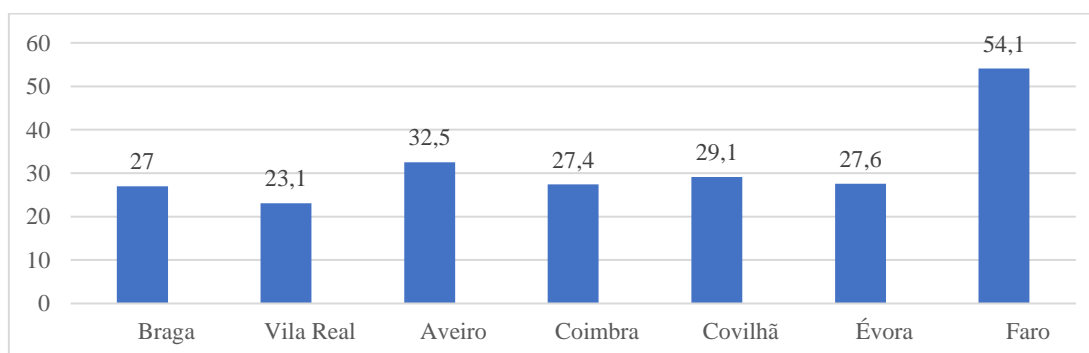


Gráfico 10- Crimes registados por mil habitantes, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/21.

Com base no gráfico 10, o concelho de Faro apresenta o maior número registado, quando comparado com os outros municípios em estudo. O concelho de Faro foi registado no ano de 2019, 55 (54,1) crimes por mil habitantes, revelando uma forte disparidade em relação às outras unidades territoriais. O concelho de Aveiro, o segundo com mais crimes registados por mil habitantes regista menos 1,66 vezes que Faro. Em relação a Vila Real (23,1), o município que apresenta menos crimes registados por mil habitantes, apresenta 2,35 vezes inferior que o concelho de Faro.

3.2.7. Economia, emprego e mercado de trabalho

No domínio *Economia, emprego e mercado de trabalho*, corresponde à análise do número de desempregados por mil habitantes em 2019, trabalhadores por conta de outrem por mil habitantes e diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal, em 2018 (tabela 3).

Tabela 3- Desempregados por mil habitantes, em 2019, trabalhadores por conta de outrem por mil habitantes e diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal, em 2018. Fonte: Pordata. consultado a 29/03/2021.

	<i>Desempregados por mil habitantes em 2019</i>	<i>Trabalhadores por conta de outrem por mil habitantes em 2018</i>	<i>Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal em 2018</i>
<i>Braga</i>	34,90	344,35	-330
<i>Vila Real</i>	47,58	222,09	-267
<i>Aveiro</i>	30,21	447,42	-401
<i>Coimbra</i>	28,41	274,89	-348
<i>Covilhã</i>	31,56	226,66	-213
<i>Évora</i>	27,37	338,60	-318
<i>Faro</i>	21,29	368,65	-324

Com base na tabela 3, verifica-se que o concelho de Vila Real regista os piores indicadores no desemprego (47,58%), no número de trabalhadores por conta de outrem (222,09%) e regista um dos valores mais desfavoráveis na diferença salarial entre o salário mínimo e a remuneração média mensal (267€). O concelho da Covilhã, apresenta um resultado muito idêntico, sendo o concelho que regista a menor diferença entre o

salário mínimo e a remuneração média mensal (213€). É o concelho que apresenta o segundo pior registo no número de trabalhadores por conta de outrem (226,66%) e o terceiro pior nos valores de desemprego (31,56%). Os concelhos de Faro e Évora registam os melhores resultados no número de desempregados (Faro- 21,29%; Évora- 27,37%) e no indicador do número de trabalhadores por conta de outrem (Faro- 368,65%; Évora- 338,60%). No entanto, este indicador não é acompanhado pelo indicador da diferença entre o salário médio mensal e o salário mínimo nacional (Faro- 324€; Évora- 318€), estando Évora inclusivamente, nos três piores concelhos em estudo. O concelho de Coimbra, no indicador do número de trabalhadores por conta de outrem por (274,89%), encontra-se nos três piores concelhos, no entanto, quando analisado o indicador da diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal (348€), o concelho de Coimbra apresenta o segundo melhor registo. O concelho de Aveiro, apresenta o melhor registo no número de trabalhadores por conta de outrem (447,42%), assim como no indicador da diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base mensal (401€). O concelho de Braga, apresenta o segundo pior registo no número de desempregados (34,90%) e apresenta valores médios, quando comparados com os outros concelhos, nos restante indicadores (número de trabalhadores por conta de outrem- 344,35%; Diferença entre salário mínimo e remuneração média mensal- 330€).

3.2.8. Empresas, inovação e tecnologia

O domínio *Empresas, inovação e tecnologia*, corresponde à análise da taxa de natalidade, mortalidade (gráficos 11) e sobrevivência das empresas não financeiras (gráfico 12), em 2018.

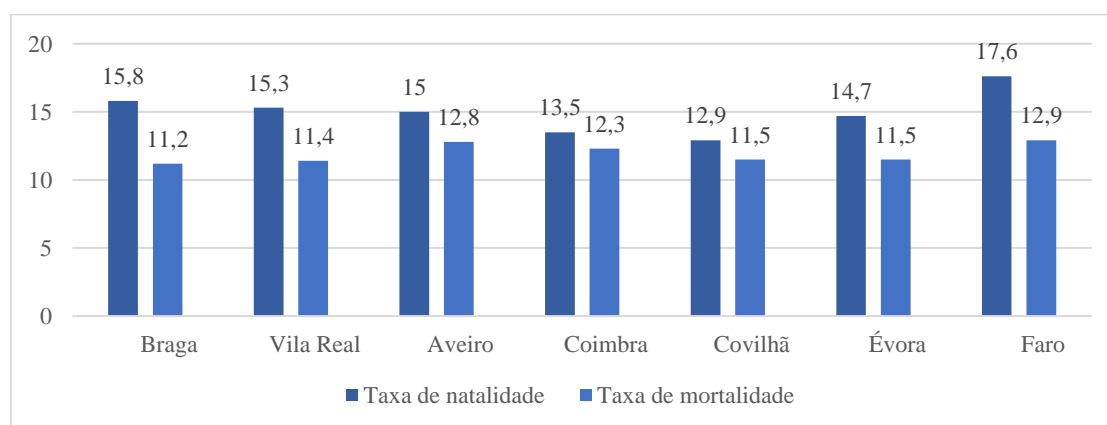


Gráfico 11- Taxa de natalidade e mortalidade das empresas não financeiras, em 2018. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

O gráfico 11, apresenta a taxa de natalidade e mortalidade das empresas em 2018 dos concelhos em estudo. O concelho de Faro, apresenta a taxa de natalidade mais elevada (17,6%), no entanto, é o concelho que regista a maior taxa de mortalidade (19,9%). O concelho de Braga apresenta a segunda maior taxa de natalidade (15,8%) e a taxa de mortalidade das empresas não financeiras mais reduzida (11,2%).

No gráfico 12 é possível analisar a taxa de sobrevivência das empresas não financeiras. O concelho de Braga, apresenta a taxa de sobrevivência mais elevada (75,6%), indo ao encontro dos dados do concelho em relação à taxa de natalidade e mortalidade das empresas não financeiras. O concelho de Évora tem uma taxa de natalidade reduzida. No entanto, apresenta-se como o segundo concelho com maior taxa de sobrevivência (73,8%). O concelho de Faro apresenta a segunda taxa de sobrevivência mais reduzida registada (70,4%), uma vez que mesmo apresentando a maior taxa de natalidade é por sua vez o concelho que apresenta a taxa de mortalidade mais elevada, tendo por isso uma forte instabilidade para o desenvolvimento das empresas não financeiras. O concelho de Coimbra apresenta a taxa de sobrevivência mais reduzida (68%) entre os concelhos em análise.

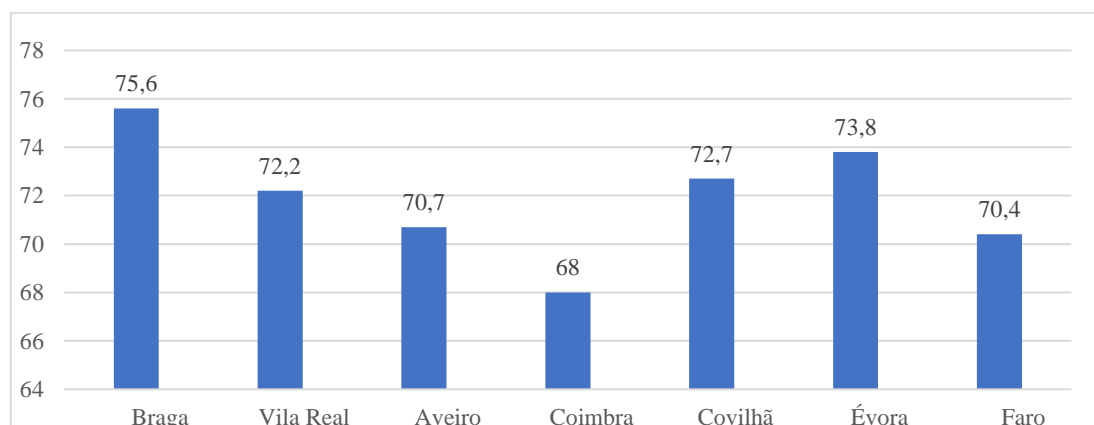


Gráfico 12- Taxa de sobrevivência das empresas não financeiras, em 2018. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

3.2.9. Cultura

O domínio *Cultura*, corresponde à análise das despesas, receitas e o saldo final por mil habitantes, em 2019.

Tabela 4- Despesa, receitas e saldo das Câmaras Municipais em cultura e desporto por mil habitantes, em 2019. Fonte: Pordata, consultado em 29/03/2021.

Por 1000 habitantes em 2019

	Despesas	Receitas	Saldo
<i>Braga</i>	482 500,73 €	515 504,25 €	33 003,52 €
<i>Vila Real</i>	526 370,84 €	540 545,21 €	14 174,37 €
<i>Aveiro</i>	839 554,70 €	831 458,58 €	- 8 096,12 €
<i>Coimbra</i>	568 276,61 €	606 097,22 €	37 820,61 €
<i>Covilhã</i>	801 970,42 €	603 372,52 €	-198 597,90 €
<i>Évora</i>	784 255,74 €	879 679,37 €	95 423,63 €
<i>Faro</i>	535 388,67 €	676 280,26 €	140 891,58 €

Na tabela 4, são apresentadas as despesas, as receitas e o saldo final, do investimento das Câmaras Municipais por mil habitantes, em 2019. Os concelhos de Aveiro (839 554,70 €) e Covilhã (801.970,42 €), são os concelhos que registam maior investimento. Em relação às receitas, são os concelhos de Évora (879.679,37 €) e Aveiro (831.458,58 €) que registam o maior número. O resultado, entre as despesas e as receitas resultam no saldo final, sendo o concelho de Faro (140.891,58 €) aquele em que se verifica uma maior expressão, mesmo não apresentando o maior número de despesa, nem o que regista maior receita, é o que apresenta o maior saldo positivo. Por outro lado, o concelho da Covilhã (-198.597,90 €) é o que apresenta maior saldo negativo, uma vez que é o segundo concelho que regista maior investimento por mil habitantes, mas não se verifica um resultado de receita capaz de colmatar os gastos.

3.2.10. Turismo

O domínio *Turismo*, corresponde à análise dos proveitos totais dos alojamentos turísticos, alojamentos turísticos e dormidas por mil habitantes, em 2019.

Tabela 5- Proveitos totais dos alojamentos turísticos, número de alojamentos turísticos e dormidas por mil habitantes, em 2019. Fonte: Pordata, consultado a 29/03/2021.

	<i>Proveitos totais dos alojamentos turísticos por 1000 habitantes</i>	<i>Alojamentos turísticos por 1000 habitantes</i>	<i>Dormidas por 1000 habitantes</i>
<i>Braga</i>	153 499 €	20,83	3509
<i>Vila Real</i>	85 465 €	15,11	1483

<i>Aveiro</i>	209 998 €	27,86	4757
<i>Coimbra</i>	240 448 €	30,62	5297
<i>Covilhã</i>	359 566 €	46,31	6429
<i>Évora</i>	718 299 €	62,33	12577
<i>Faro</i>	565 763 €	54,21	9848

A tabela 5, apresenta os proveitos totais dos alojamentos turísticos, o número de alojamento turísticos e as dormidas por mil estudantes. O concelho de Faro e Évora lideram todos os indicadores, uma vez que são os destinos turísticos procurados tanto pela população portuguesa, como europeia. Estes dois concelhos estão associados ao turismo, tanto cultural como ao turismo balnear, sendo por isso que apresentam os registos mais elevados nos indicadores analisados. O concelho de Faro lidera, os proveitos dos alojamentos turísticos (565.763€) e Évora assume-se como o município com maior registo no indicador nos alojamentos turísticos (62,33%) e nas dormidas (12.577‰). Por outro lado, Vila Real e Braga, são os que se apresentam no final da tabela como os que apresentam os registos mais baixos em cada indicador. O concelho de Vila Real (Proveitos totais dos alojamentos turísticos-85.465 €, alojamentos turísticos- 15,11‰ e dormidas- 1.483‰), lidera em todos os indicadores, sendo que Braga aparece logo em seguida (Proveitos totais dos alojamentos turísticos-153.499€, alojamentos turísticos-20,83‰ e dormidas- 3.509‰).

4. Sistema de análise da qualidade de vida nas cidades de média dimensão com Instituições Universitárias

Este trabalho apresenta um sistema de comparação de indicadores dos concelhos escolhidos, através da atribuição de pontuação. Assim sendo, para cada indicador analisado é atribuído a cada concelho uma pontuação contida no intervalo de valor entre 1 e 12 pontos. O município que regista o indicador mais favorável foi-lhe concedido 12 pontos, enquanto o que regista a cotação menos favorável terá 1 ponto, sendo que os intervalos de valor são distribuídos por três grupos de pontuações: o primeiro corresponderá 12 e 10 pontos; o segundo 7 e 6 pontos; o terceiro 3, 2 e 1 pontos. Com base nesta diferenciação na atribuição de pontos é possível alcançar pontuações distintas e garantir uma análise mais precisa.

Tabela 6- Pontuações atribuídas, por domínio aos concelhos em análise. Fonte: Elaboração própria.

	Braga	Vila Real	Aveiro	Coimbra	Covilhã	Évora	Faro
População	10	4	8	2,33	1	6,33	9,33
Ambiente, Energia e território	2	3	10	7	1	12	6
Educação	4	2	6	11	7	5	6
Habitação, Conforto e Condição de vida	5	6	5	8	6,5	4	6,5
Saúde	2,67	5	2	10,33	7,67	6,67	6,67
Justiça e Segurança	10	12	2	7	3	6	1
Economia, emprego e mercado de trabalho	5	1,33	10	6,67	2	6,67	9,33
Empresas, inovação e tecnologia	11,33	7,67	3,67	2	5	6,67	5
Cultura	1	2	11	6	6,5	9,5	5
Turismo	2	1	3	6	7	12	10
Total	53	44	60,67	66,33	46,67	74,83	64,83

O concelho de Braga apresenta-se como o concelho com maior pontuação nos indicadores da população, no número de crimes registados e nas empresas, inovação e tecnologia. No entanto, as piores pontuações são registadas no investimento em cultura. Em relação ao indicador de emprego, mercado de trabalho o concelho aparece com uma cotação reduzida, podendo ser numa análise superficial, conotado com uma incongruência com o indicador das empresas, inovação e tecnologia. A diferença apresentada pode numa primeira abordagem ser incompreendida, no entanto numa análise mais profunda é

perceptível que, no domínio das empresas, inovação e tecnologia, o concelho de Braga apresenta os melhores resultados quando comparado com os outros concelhos em estudo e no domínio economia, emprego e mercado de trabalho o mesmo município apresenta-se como um dos que tem maior taxa de desemprego, o que resultou num forte impacto na média da pontuação do concelho neste domínio.

O concelho de Vila Real apresenta o menor registo no indicador do número de crimes e como o segundo que apresenta o registo mais elevado no indicador das empresas, inovação e tecnologia. A cultura, a educação e a economia, emprego e mercado de trabalho, são os indicadores com menor cotação alcançada pelo concelho de Vila Real, sendo em todos estes indicadores o que tem os registos mais reduzidos. Este município apresenta o mesmo comportamento em relação aos indicadores das empresas, inovação e tecnologia e o indicador de economia, emprego e mercado de trabalho, que o concelho de Braga. No entanto, a pontuação dada no indicador das empresas, inovação e tecnologia é explicada essencialmente pelo facto de apresentar uma taxa de mortalidade das empresas muito reduzida. Dado que este concelho não apresenta indicadores com pontuações consideráveis, verifica-se que quando somadas, o concelho de Vila Real foi o que alcançou a pontuação total mais reduzida.

O concelho de Aveiro destaca-se no domínio ambiente, energia e território, registando o maior investimento do município nesta área, de economia, emprego e mercado de trabalho, uma vez que é o que regista a remuneração média mais elevada em relação ao salário mínimo nacional e tem o maior número de trabalhadores por conta de outrem, e da cultura, uma vez que é o município que regista maior investimento por mil habitantes e o segundo concelho que regista maior receita por mil habitantes, sendo nos dois últimos indicadores o município com melhores resultados. No domínio saúde, o município de Aveiro regista a sua pontuação mais baixa, e conseqüentemente o concelho com cotação mais baixa no domínio saúde.

O concelho de Coimbra foi o segundo concelho que registou a melhor pontuação da globalidade de todos os indicadores analisados. Para esta pontuação global positiva, contribuíram os indicadores da educação, da habitação, conforto e condição de vida e saúde, em que o concelho de Coimbra registou o melhor resultado no número de população matriculada, mais médicos e farmacêuticos por mil habitantes, e foi o concelho com segundo melhor resultado no poder de compra e no número médio de alunos por computador com internet. O indicador das empresas, inovação e tecnologia, é o indicador

com pior cotação no concelho de Coimbra, devido ao facto de ser o segundo pior concelho na taxa de natalidade de empresas não financeiras e o pior concelho na taxa de sobrevivência de empresas.

O concelho da Covilhã não registou em nenhum domínio a pontuação mais elevada. No entanto, a Covilhã apresenta-se como segundo concelho com melhor pontuação no indicador da educação, da habitação, conforto e condição de vida e saúde. Nestes indicadores, destaca-se o facto de a Covilhã registar o custo mais reduzido em média de prédios transacionados, com mais farmácias por mil habitantes e com mais computadores com ligação à internet por alunos do básico e secundário. Por outro lado, a Covilhã apresenta-se como o município que regista a pontuação mais reduzida nos indicadores gerais da população, nos indicadores de ambiente, energia e território, e na economia, emprego e mercado de trabalho, tendo sido o que menor diferença apresentou entre o salário mínimo nacional e a remuneração média mensal. A realidade que foi analisada, resulta no facto de o município da Covilhã, na globalidade, ser o segundo concelho que regista a pontuação mais baixa.

O concelho de Évora, alcançou a pontuação total mais elevada, sendo nesta análise o município que apresenta na globalidade melhores padrões de qualidade de vida. Para a concretização deste resultado, o concelho de Évora apenas registou a última posição uma única vez, que foi na habitação, conforto e condição de vida. Por outro lado, foi o concelho que registou a pontuação mais elevada na área do ambiente, energia e território, uma vez que regista o maior financiamento municipal e no turismo, tendo sido o concelho que registou maiores proveitos totais no alojamento turístico, o maior número de alojamentos turísticos e turistas por mil habitante. De notar que, Évora é o segundo concelho em que a câmara municipal regista maior valor de receitas na cultura e no desporto, por mil habitantes.

O concelho de Faro, nesta escala de avaliação, aparece como o terceiro município que alcançou maior pontuação. Esta avaliação resulta, do facto de Faro ter registado o segundo posicionamento na pontuação no indicador geral da população, da habitação, conforto e condições de vida, da economia, emprego e mercado de trabalho e do turismo. Nestes indicadores destaca-se, o facto de ser o que regista melhor índice de dependência jovem, o que tem menos desempregados por mil habitantes, o maior poder de compra, o segundo com menor índice de envelhecimento e o número de trabalhadores por conta de outrem.

Por outro lado, o município de Faro é o que regista maior número de crimes por mil habitantes e o que regista o maior valor médio de prédios transacionados.

De acordo com a análise, a tabela 7, apresenta em síntese os três municípios com pontuações mais elevadas por domínio:

Tabela 7- Concelhos com pontuações mais elevadas, por domínio. Fonte: Elaboração própria.

	1º	2º	3º
População	Braga (10)	Faro (9,33)	Aveiro (8)
Ambiente, Energia e território	Évora (12)	Aveiro (10)	Coimbra (7)
Educação	Coimbra (11)	Covilhã (7)	Faro e Aveiro (6)
Habitação, Conforto e Condição de vida	Coimbra (8)	Covilhã e Faro (6,5)	Vila Real (6)
Saúde	Coimbra (10,33)	Covilhã (7,67)	Évora e Faro (6,67)
Justiça e Segurança	Vila Real (12)	Braga (10)	Coimbra (7)
Economia, emprego e mercado de trabalho	Aveiro (10)	Faro (9,33)	Coimbra e Évora (6,67)
Empresas, inovação e tecnologia	Braga (11,33)	Vila Real (7,67)	Évora (6,67)
Cultura	Aveiro (11)	Évora (9,5)	Covilhã (6,5)
Turismo	Évora (12)	Faro (10)	Covilhã (7)
Total	Évora (74,83)	Coimbra (66,33)	Faro (64,83)

5. Estudo do caso de Coimbra

5.1 Caracterização geográfica do concelho

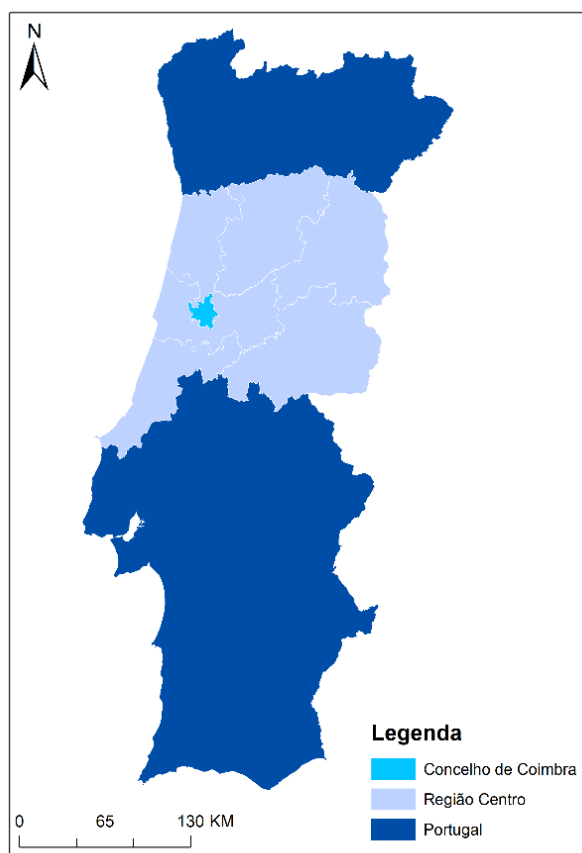


Figura 4- Mapa de Portugal, com a localização de Coimbra na região Centro. Fonte: Pordata (2021).

O Município de Coimbra, com uma área de 319,2 km², é capital de distrito, contabiliza 18 freguesias e insere-se na NUT II Centro e NUT III Baixo Mondego. Localiza-se na Região Centro Litoral, a 130 km do Porto e a 200 km da cidade de Lisboa, aproximadamente. Tem como concelhos fronteiriços Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Cantanhede, Penacova, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova e Mealhada. A cidade de Coimbra encontra-se a uma latitude de 40°12' Norte e a uma longitude de 08°25'.

5.1.1 Redes de acesso rodoviárias e ferroviárias na área de Coimbra e no Continente

A cidade de Coimbra tem uma localização estratégica, por se encontrar no centro do país. As infraestruturas rodoviárias de maior importância são, a autoestrada A1, que faz a ligação entre o norte e o sul do país, a autoestrada A14, que faz a ligação à Figueira da Foz e a A13 que liga Coimbra a Tomar. A cidade conta ainda com o apoio de itinerários

principais, como o IP3, que liga Coimbra a Viseu, e através da IC12 ou IC6, à Guarda.

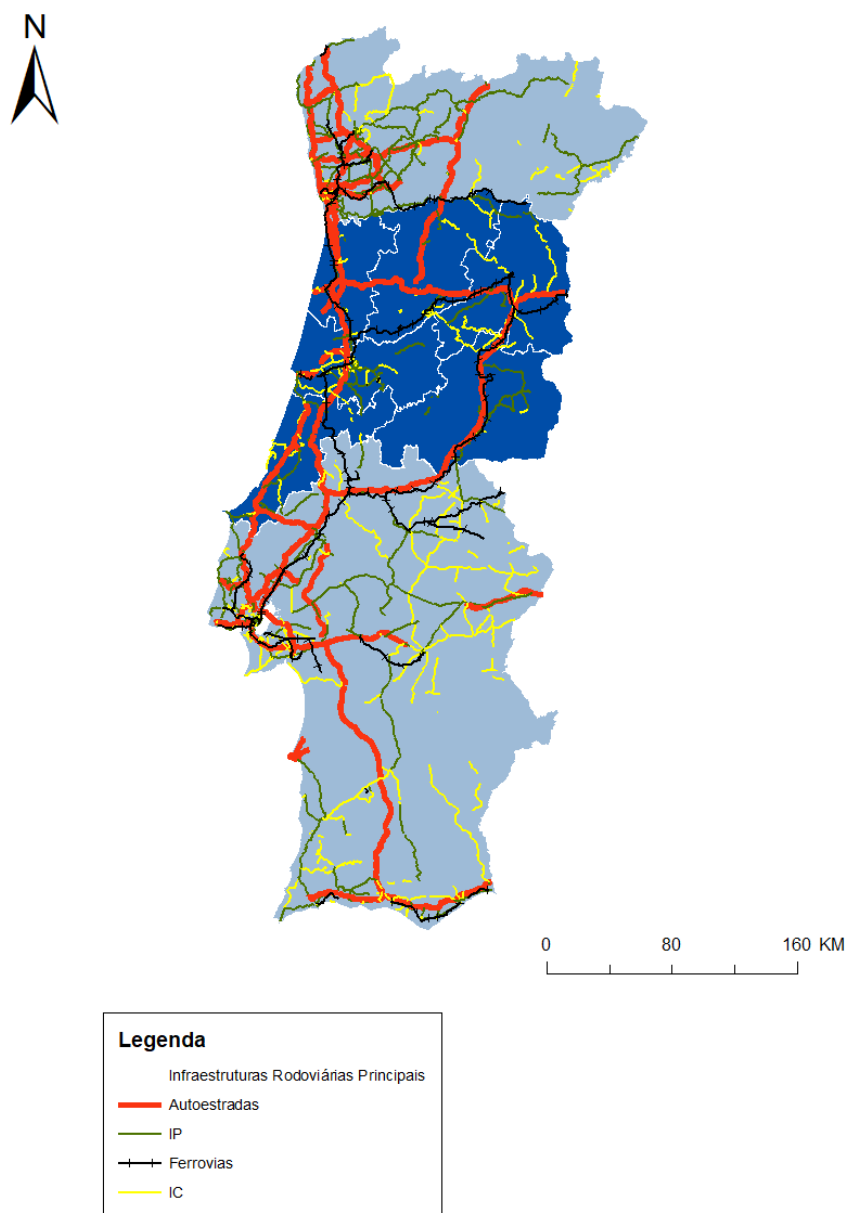


Figura 5- Mapa de Portugal, com infraestruturas rodoviárias principais, autoestradas, IP's, ferrovias e IC's, em 2014.

Em relação ao transporte ferroviário, o concelho possui duas estações⁶, denominadas por Coimbra A ou Estação Nova e Coimbra B, que permitem ligações ao norte e ao sul do país através do Alfa Pendular e Intercidades. Os serviços regionais são realizados através das ligações Coimbra- Aveiro, Coimbra- Entroncamento, Coimbra-Guarda e pelo suburbano Coimbra- Figueira da Foz.

⁶ No transporte ferroviário são contabilizados, para além das duas estações, quatro apeadeiros na área urbana do concelho de Coimbra.

A mobilidade interna da cidade é a principal responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, que asseguram a gestão da rede de autocarros no núcleo urbano e áreas limítrofes da cidade.

A cidade de Coimbra dispõe para o transporte aéreo de um aeródromo que tem como única operação ligações de âmbito nacional. Os aeroportos mais próximos do Concelho de Coimbra, com ligações internacionais, são o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, a 130km e o Aeroporto Humberto Delgado a 180km, como é referido na tabela 8.

Tabela 8- Distância em tempo e km entre Coimbra – Lisboa e Coimbra – Porto. Fonte: tempos estimados google earth, consultado a 13/04/2021.

	<i>Aeroporto Sá Carneiro (Lisboa)</i>	<i>Aeroporto Humberto Delgado (Porto)</i>
<i>Coimbra (distância em km)</i>	130km	180km
<i>Coimbra (distância tempo: automóvel)</i>	1h21min	1h50min
<i>Coimbra (distância tempo: comboio + metro)</i>	2h5min	2h4min

A ligação marítima, pela área geográfica que Coimbra ocupa, não é possível no concelho, sendo por isso o Porto marítimo da Figueira da Foz, a principal ligação marítima que dispõe.

5.1.2 Demografia

O tópico referente à demografia, aborda quatro indicadores, a população residente em 2011, a população residente em 2019, a variação da população residente entre 2011 e 2019 e a densidade populacional, de áreas geográficas distintas (Portugal, Centro, Região de Coimbra e Coimbra).

Tabela 9- População Residente, Variação e Densidade no concelho de Coimbra e NUT III Baixo Mondego - 2011 e 2019. Fonte: Pordata, consultado a 27/02/2021.

	<i>Pop. Residente 2011</i>	<i>Pop. Residente 2019</i>	<i>Var. Pop. Residente (%) 2011/2019</i>	<i>Densidade Populacional (Hab/Km2)</i>
<i>Portugal</i>	10.542.398	10.295.909	- 2,30	111,5
<i>Região Centro</i>	2.316.169	2.217.285	- 4,30	78,6
<i>Região de Coimbra</i>	456.871	433.923	- 5,00	100,1
<i>Coimbra</i>	141.360	134.166	- 5,10	419,4

Na tabela 9, é analisada a demografia entre o ano 2011, ano em que se realizaram os censos, e 2019, em Portugal, na Região Centro, na região de Coimbra e no concelho de Coimbra. Segundo dados, a população do Concelho de Coimbra em 2011 era de 141.360 habitantes, sendo em 2019 registados 134.166 habitantes, ou seja, o número de residentes no concelho de Coimbra sofreu uma variação negativa de -5,10%. Esta diferença, quando comparada com as restantes áreas geográficas, é a maior registada, sendo que todas elas são negativas. Portugal teve uma variação de -2,3%, a Região Centro de -4,3% e a Região de Coimbra de -5%.

A densidade populacional expressa a relação existente entre a superfície do território e a ocupação pelos seres humanos desse mesmo território, traduzindo-se em número de habitantes por Km². Neste sentido, como é visível na tabela 9 e segundo os censos de 2011, Coimbra tem uma densidade populacional de 419,4 Km², sendo quase 4 vezes (3,77 vezes) superior à média do país, que é de 111,5 Km² e superior a toda a Região Centro (78,6 hab/ Km²), inclusive superior à região de Coimbra (100,1 hab/ Km²).

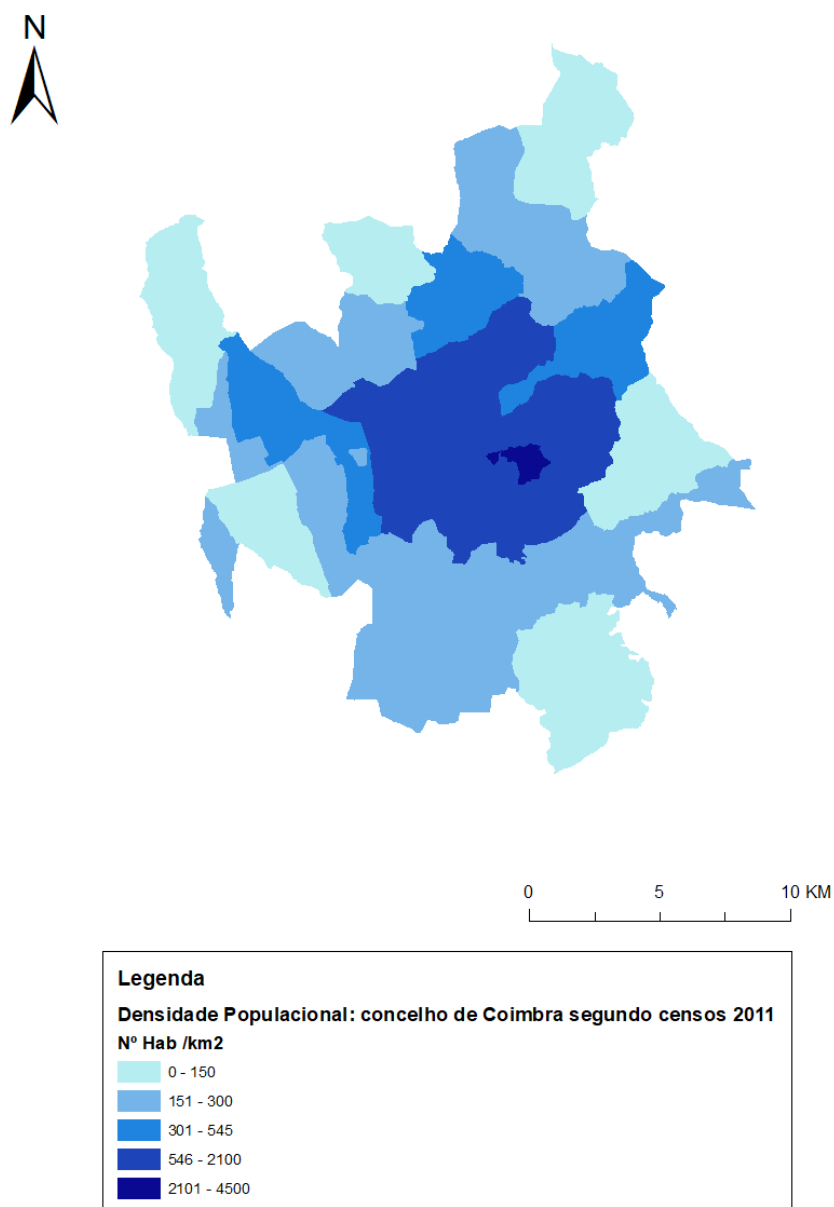


Figura 6-Densidade populacional do Concelho de Coimbra. Fonte: censos 2011.

Na figura 6, verifica-se que é a área geográfica central da cidade, nomeadamente as freguesias de Santo António dos Olivais, Santa Clara, S. Martinho do Bispo e a Coimbra (Sé nova), que detêm a maior densidade populacional, sendo esta última com o maior número de habitantes por Km².

5.1.3 Estrutura Etária

O tópico que se refere à estrutura etária tem presente o número de habitantes em 2011 e 2019 e a sua respetiva percentagem, dividida por três grupos etários, 0-14, 15-64 e 65 ou mais anos (tabela 10), no concelho de Coimbra, o índice de envelhecimento e de

dependência jovem, a taxa de natalidade e mortalidade de Portugal, Região Centro, Região de Coimbra e Coimbra (tabela 11).

Tabela 10- População residente: total e por grandes grupos etários, 2011-2019. Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, consultado a 27/02/2021.

Grupos etários	N.º de Habitantes		N.º de Habitantes	
	2011	%	2019	%
0-14	17.908	12,6	16.903	12,6
15-64	95.532	67,1	82.571	61,6
65 ou mais	29.035	20,4	34.472	25,7

O concelho de Coimbra registou entre 2011 e 2019, de acordo com o gráfico 13, o mesmo peso percentual (12,6%), no grupo etário entre 0-14. Em relação ao grupo etário dos 15-64, registou uma redução de 5,5%, assim como no número de habitantes, que passou de 95.532 indivíduos em 2011 para 82.571 indivíduos em 2019. O grupo etário de 65 ou mais, obteve um aumento efetivo de 5.347 habitantes (5,3%).

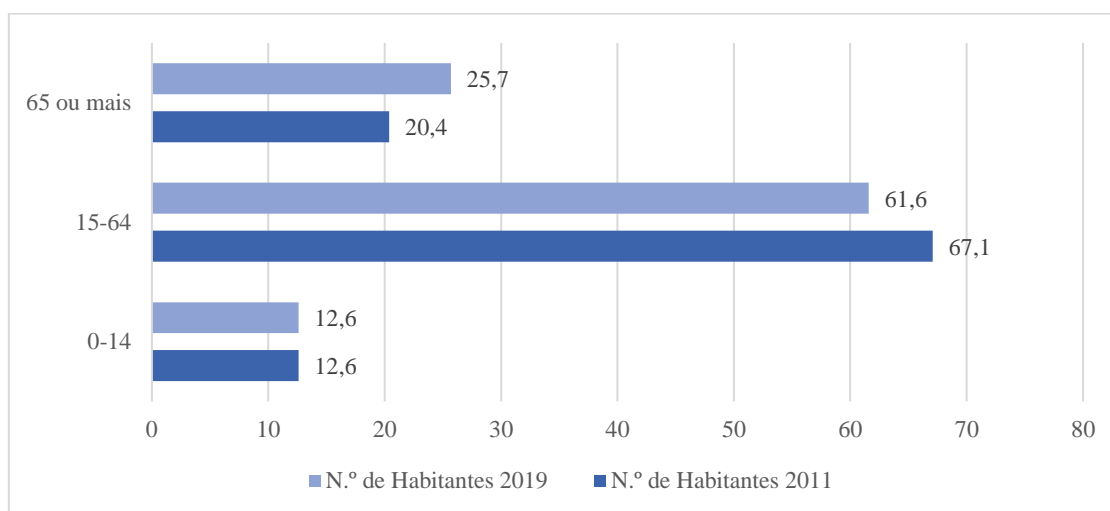


Gráfico 13- % de População residente por grandes grupos etários, 2011-2019. Fonte: Pordata, consultado a 27/02/2021.

O índice de envelhecimento resulta da relação entre o número de idosos (população com 65 e mais anos) e a população jovem (população dos 0 aos 15 anos). Quanto maior for este indicador, maior é o peso da população idosa no número total da população. O concelho de Coimbra teve em 2019 um índice de envelhecimento de 203,9%, superior ao de Portugal (161,3%) e da Região Centro (201,4%). No entanto, neste indicador, o concelho regista um índice de envelhecimento da sua população inferior ao da Região de Coimbra (215,6%).

Tabela 11- Índice de envelhecimento e de dependência jovem, em 2019. Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, consultado a 27/02/2021.

	<i>Índice de Envelhecimento em 2019 (%)</i>	<i>Índice de dependência jovem em 2019 (%)</i>
<i>Portugal</i>	161,3	21,2
<i>Região Centro</i>	201,4	19,1
<i>Região de Coimbra</i>	215,6	19,0
<i>Coimbra (concelho)</i>	203,9	20,5

O índice de dependência jovem define a relação entre a população jovem (população com idades compreendidas entre 0 e os 14 anos) e a população em idade ativa (população dos 15 aos 64 anos). Quanto maior for o índice de dependência jovem, menor é a diferença entre o número de elementos da população ativa e da população jovem. No concelho de Coimbra, o índice de dependência jovem em 2019 foi de 20,5%, ou seja, por cada 100 pessoas em idade ativa, existem aproximadamente 21 jovens com 14 ou menos anos. O município de Coimbra, está abaixo do resultado nacional que registou 21,2% e acima do resultado da Região Centro (19,1%) e da Região de Coimbra (19%).

Tabela 12- Taxa bruta de Natalidade e Mortalidade, em 2019. Fonte: INE - Estatísticas de Nados-Vivos e Estatísticas de Óbitos, consultado a 27/02/2021.

	<i>Taxa de Natalidade (por 1.000 habitantes)</i>	<i>Taxa de Mortalidade (por 1.000 habitantes)</i>
<i>Portugal</i>	8,4	10,9
<i>Região Centro</i>	7,2	12,7
<i>Região de Coimbra</i>	7	12,6
<i>Coimbra (concelho)</i>	8,6	11,4

5.1.4 Educação e Ensino

No tópico da educação e ensino, é abordado o número de estabelecimentos de ensino por grau de ensino em 2019 (gráfico 14) e o número de alunos matriculados segundo o grau de ensino em 2019, na região de Coimbra e no concelho de Coimbra (gráfico 15).

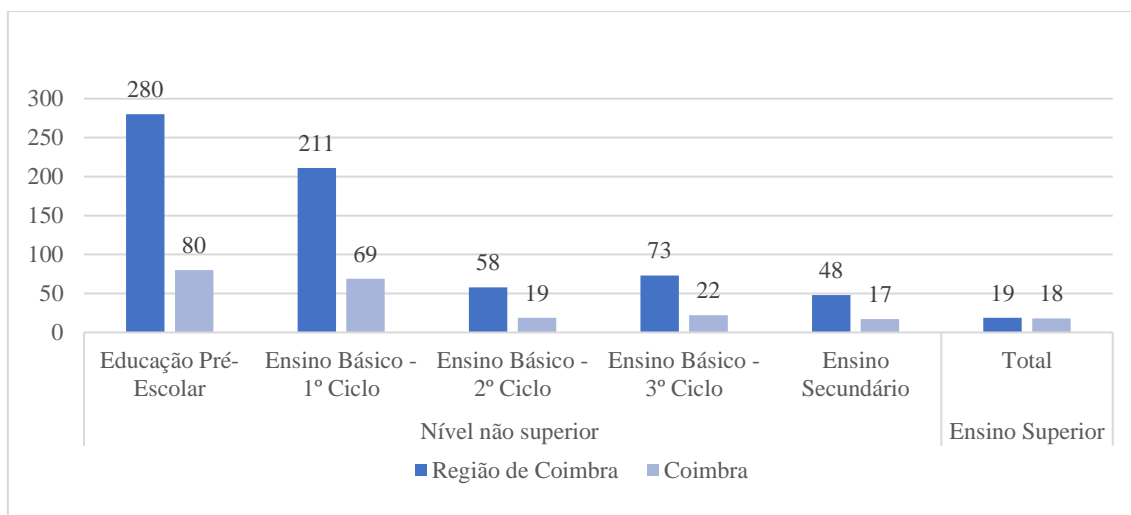


Gráfico 14- Estabelecimentos de Ensino por Grau, em 2019. Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar, consultado a 27/02/2021.

O concelho de Coimbra tem uma parte considerável dos estabelecimentos de ensino, registado em 2019, como é verificado no gráfico 14. Analisando o peso do concelho de Coimbra na Região Centro, em todos os graus de ensino, regista uma percentagem superior a 30% (ensino básico-1º ciclo- 32,71%, ensino básico-2º ciclo- 32,76%, ensino básico- 3º ciclo 30,14% e ensino secundário- 35,41%), destacando-se no ensino pré-escolar, que detém 44,4% dos estabelecimentos de educação e no ensino superior, que regista a quase totalidade das instituições de ensino superior (94,8%).

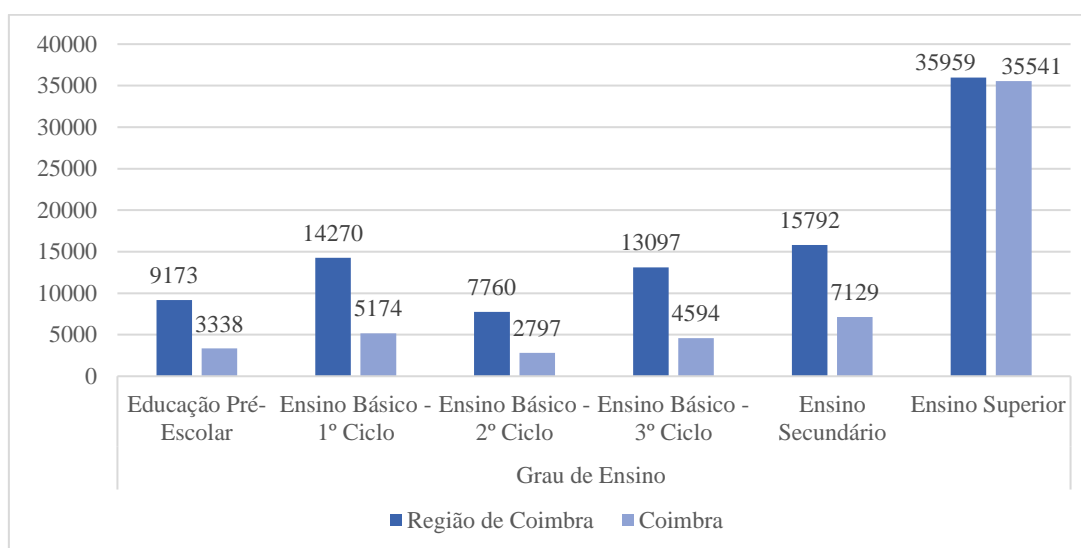


Gráfico 15- Alunos matriculados segundo Grau de Ensino, em 2019. Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar, consultado a 27/02/2021.

No gráfico 15, é perceptível que o número de alunos matriculados tem uma relação direta com o número de estabelecimentos de ensino. Verifica-se que o concelho de Coimbra tem um peso considerável na Região Centro, registando uma percentagem superior a 30% do número de alunos matriculados por grau de ensino (ensino pré-escolar- 36,39%, ensino básico-1º ciclo- 36,26%, ensino básico-2º ciclo- 35,48% e ensino básico- 3º ciclo 35,08%). O ensino secundário revela que, 45,15% dos estudantes matriculados na região centro são oriundos do concelho de Coimbra, assim como 98,84% dos alunos matriculados no ensino superior.

5.1.5 Equipamentos de saúde

No tópico de equipamentos de saúde, é feita uma análise do número de habitantes por médicos e por farmacêuticos em 2019, em Portugal, Região Centro, Região de Coimbra e Coimbra.

Tabela 13- Número de médicos e farmacêuticos por mil habitantes, em 2019. Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, consultado a 27/02/2021.

	<i>Hab. por Médico</i>	<i>Hab. por Farmacêutico</i>
<i>Portugal</i>	185,6	742,5
<i>Região Centro</i>	197,6	734,8
<i>Região de Coimbra</i>	77,5	488,7
<i>Coimbra (concelho)</i>	28,9	289,3

O concelho de Coimbra, segundo dados do INE, registados em 2019, apresentados na tabela 13, tem 28,9 habitantes por médico, enquanto no total do país é de 185,6 habitantes por médico (Pordata, 2019). Quando comparado, o concelho de Coimbra, apresenta cerca de 6,5 vezes mais médicos que o total do país por mil habitantes, mais 6,89 vezes que a Região Centro e 2,89 vezes mais que a Região de Coimbra.

Em relação ao número de farmacêuticos existentes por mil habitantes, em Coimbra, o rácio é de 289,3 habitantes por farmacêutico, um valor 2,5 vezes mais elevado do que no país, onde existem 742,5 habitantes por farmacêutico. Os resultados plasmados no revelam que o concelho de Coimbra apresenta 2,5 vezes mais farmacêuticos que o país e que a Região Centro, e quando comparado com a região de Coimbra apresenta 1,5 vezes mais de farmacêuticos por mil habitantes.

5.1.6 Justiça e segurança

No tópico justiça e segurança, é analisado o indicador dos crimes registados por 1000 habitantes, em 2011 e 2019, em Portugal, Região Centro, Região de Coimbra de Coimbra (gráfico 16).

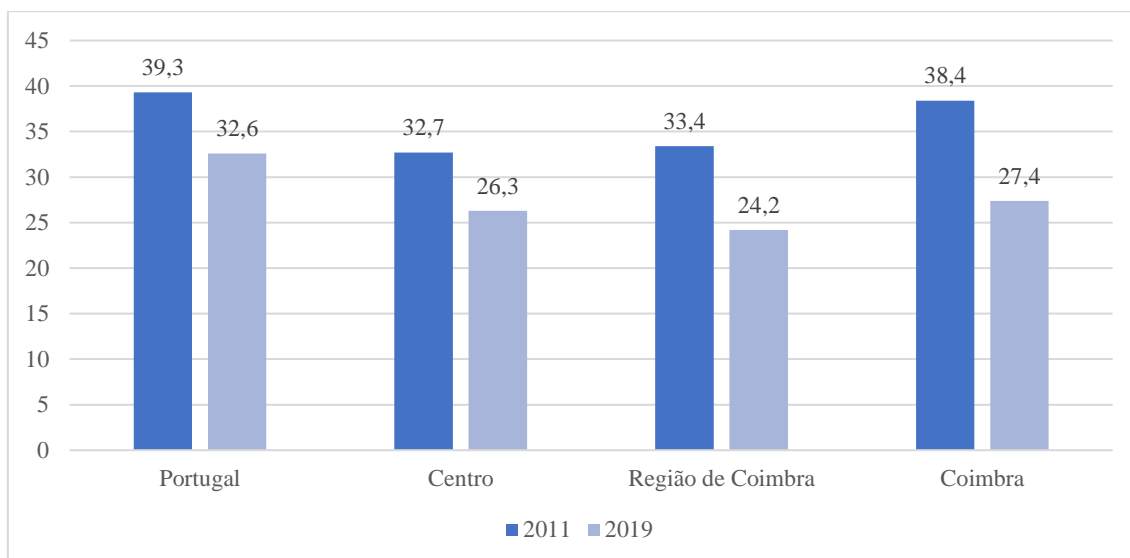


Gráfico 16- Crimes registados por mil habitantes, em 2011 e 2019. Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, consultado a 27/02/2021.

Os crimes registados por mil habitantes entre 2011 e 2019 tiveram um decréscimo em todas as áreas geográficas em análise (gráfico 16). Este comportamento por parte do indicador no concelho de Coimbra, foi mais acentuado, uma vez que registou menos 11 crimes por mil habitantes, que em Portugal (-6,7%), a região centro (-6,4%) e a região de Coimbra (-9,2%). No entanto, o concelho de Coimbra em 2019 regista 28 (27,4%) crimes registados, que é apenas inferior aos registados em Portugal (32,6%) e superior à região centro (26,3%) e à região de Coimbra (24,6%).

5.1.7 Economia, emprego e mercado de trabalho

O tópico economia, emprego e mercado de trabalho, é composto pela análise do número de desempregados inscrito nos centros de emprego com 15 aos 64 anos, em 2019 e o número de empresas por km², em 2018, em Portugal, Região Centro, Região de Coimbra e Coimbra (tabela 14).

Tabela 14- Desempregados inscritos nos centros de emprego e número médias de empresas, por Km².
Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, consultado a 27/02/2021.

	<i>Desempregados inscritos nos centros de emprego com 15 a 64 anos (%) em 2019</i>	<i>N.º médio de empresas por km² em 2018</i>
<i>Portugal</i>	4,7	13,9
<i>Região Centro</i>	3,9	9,4
<i>Região de Coimbra</i>	4,2	12,4
<i>Coimbra (concelho)</i>	4,6	61,5

Na análise realizada com base na tabela 14, verifica-se que o concelho de Coimbra tem 4,6% da população ativa inscrita no centro de emprego, estando apenas a 0,1% da média nacional que regista 4,7%. A Região Centro regista 3,9% e a região de Coimbra 4,2%, valores abaixo dos registados pelo concelho de Coimbra. Numa análise ao número médio de empresas por km² em 2018⁷, o concelho de Coimbra regista 61,5 por km². Este indicador quando comparado com Portugal (13,9), Região Centro (9,4) e Região de Coimbra (12,4), revela uma grande discrepância de valores, ficando o município de Coimbra muito acima da média nacional e da área geográfica central do país. No entanto, numa breve nota comparativa, o concelho de Lisboa apresenta 1.156 empresas por km² e o concelho do Porto 990,5 por km². Em relação à taxa de emprego, em 2018, Portugal registou 54,9%, a área metropolitana de Lisboa 54,8% e a região centro 56%.

5.1.8 Turismo

O tópico turismo é composto pela análise da taxa de variação de alojamento turístico, de dormidas e do aumento de rendimento do alojamento turístico, em Portugal, Centro, Região de Coimbra e Coimbra.

Tabela 15- Taxa de variação de alojamento turístico, dormidas e rendimento do alojamento turístico (€), entre 2011 e 2019. Fonte-INE - Estimativas Anuais da População Residente, consultado a 27/02/2021.

	<i>Taxa de Var. de Alojamentos turísticos (%)</i>	<i>Taxa De Var. de Dormidas (%)</i>	<i>Taxa Var. do aumento de rendimento do alojamento turístico (%)</i>
<i>Portugal</i>	238,4	77,9	125,4

⁷Dados mais recentes no Pordata- 27/02/2021.

<i>Região Centro</i>	229,7	76,5	89,8
<i>Região de Coimbra</i>	227,6	-	-
<i>Coimbra (concelho)</i>	228,6	79,0	88,9

No concelho de Coimbra, a taxa de variação de alojamentos turísticos entre 2011 e 2019 é de 228,6%, inferior ao registado para o país (238,4%) e da região centro (229,7%), apenas superior ao registado na região de Coimbra (227,6%). O comportamento é semelhante à taxa de variação do rendimento do alojamento turístico, registando em todas as variantes analisadas um crescimento. O município de Coimbra (88,9%), cresceu menos do que Portugal (125,4%) e que a Região Centro (89,8%). Em relação à taxa de variação de dormidas, foi no concelho de Coimbra, entre 2011 e 2019, que se registou maior crescimento, com 79%, enquanto em Portugal o crescimento, registado foi de 77,9% e na região centro 76,5%.

5.1.9 Desporto e cultura

O tópico desporto e cultura, é composto pela análise do total de despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto, em 2019, em Portugal, Centro, Região de Coimbra e Coimbra (gráfico 17).

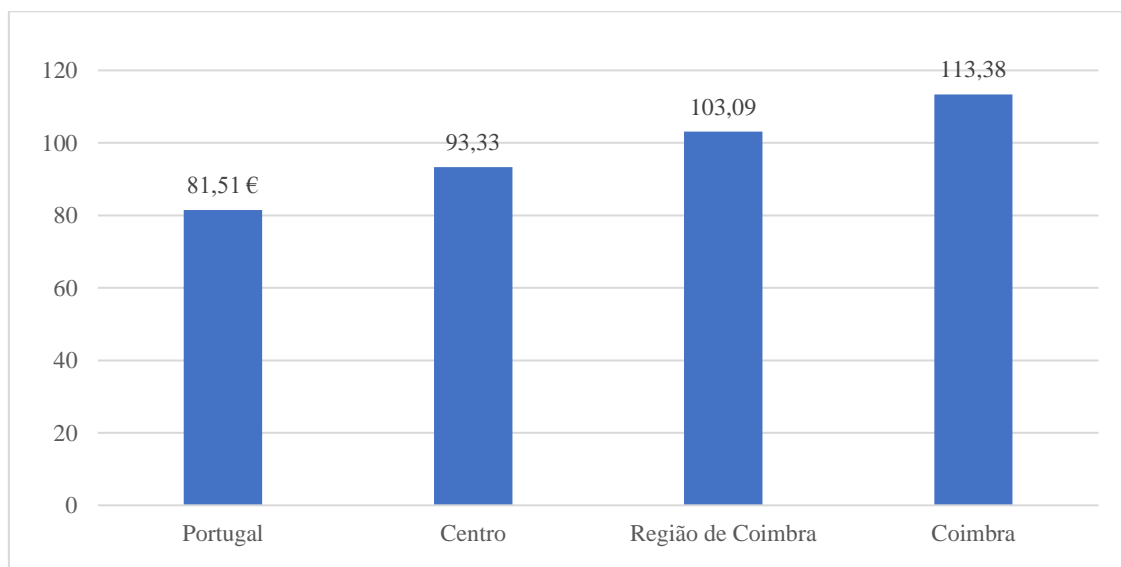


Gráfico 17- Total de despesa das Câmaras Municipais em cultura e desporto, em 2019 (milhares de euros por mil habitantes). Fonte: Pordata. consultado a 27/02/2021.

Na despesa registada em desporto e cultura, em 2019 (gráfico 17), é em Coimbra que existe a maior despesa por mil habitantes, com 113,38 milhares de euros, enquanto a

média nacional é de 81,51 milhares de euros, cerca de 31,87 milhares de euros abaixo da despesa registada no concelho de Coimbra. Quando analisada, a realidade da Região Centro (93,33 milhares de euros) e da Região de Coimbra (103,09 milhares de euros), denota-se que em média em ambas as áreas geográficas, 20,05 e 10,09 milhares de euros respetivamente, o investimento é menor do que aquele que é registado no concelho de Coimbra.

Apresentação e Discussão dos Resultados

5.2 Caracterização da amostra no inquérito

A presente dissertação, como já foi explanado anteriormente, tem como objetivo final identificar a perspetiva dos estudantes da Universidade de Coimbra sobre a capacidade de fixação de novos residentes que a cidade detém, bem como avaliar a disponibilidade dos estudantes em se fixarem na cidade. De forma a conseguir obter uma amostra de respondentes fidedignos e na impossibilidade de questionar a totalidade dos estudantes da Universidade de Coimbra, foi realizado um questionário com o objetivo obter informação que permita validar algumas das hipóteses de trabalho anteriormente apresentadas.

A recolha de dados, através do questionário *online* na plataforma Google Forms, teve início no dia 12/04/2021 e o seu encerramento foi a 24/05/2021. Foi enviado um pedido de resposta a 521 alunos, com recurso à função provida pelo Excel, envolvendo inscritos das oito faculdades da Universidade de Coimbra, dos quais foi possível obter 381 respostas, tendo desta forma, uma taxa de resposta de 73,13%. Segundo o relatório de Gestão e Contas da Universidade de Coimbra⁸, em 2020, foram registados 22664 alunos no ano letivo 2019/2020.

O questionário (anexo 2), teve um tempo médio de resposta de quatro minutos e foi composto por 16 perguntas, das quais, as primeiras questões (1-5), tiveram como foco a caracterização sociodemográfica dos estudantes, através de perguntas relacionadas com a idade, o género, a faculdade em que estuda, o ano letivo da primeira matrícula na Universidade de Coimbra e o local de residência fiscal. As restantes questões (6-16) foram ao encontro da perspetiva que os estudantes têm sobre o futuro na cidade de Coimbra e as características que identificam como relevantes e menos relevantes para se fixarem.

Com base na estatística descritiva realizada sobre a amostra, é possível identificar que 65,09% das respondentes são mulheres e 34,91% são homens. De registar que no questionário foi possível escolher a opção “*outro*” e “*prefiro não responder*”, no entanto nenhum dos inquiridos escolheu essas opções (gráfico 18).

⁸ Consultado a 28/06/2021, em: https://www.uc.pt/dpgd/gestao/relatorio_gestao_contas_UC2020.pdf

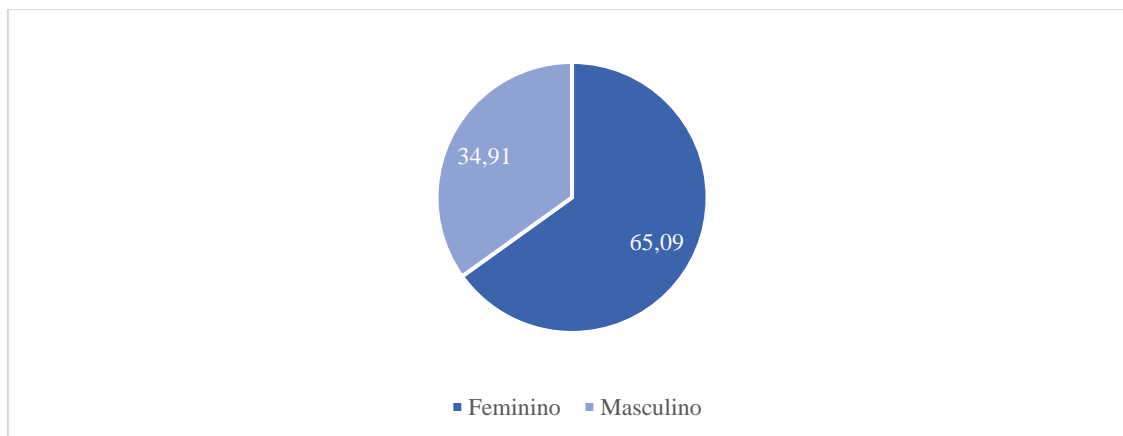


Gráfico 18- % de estudantes inquiridos, por género. Fonte: Elaboração Própria (2021).

Em relação à idade verifica-se que a média da idade dos inquiridos é de 21,19 anos, sendo que a idade mínima é de 18 anos e a idade máxima é de 26. A maioria das respostas foram dadas por estudantes com idades compreendidas entre os 20 e os 22 anos, como é possível aferir no gráfico 19.

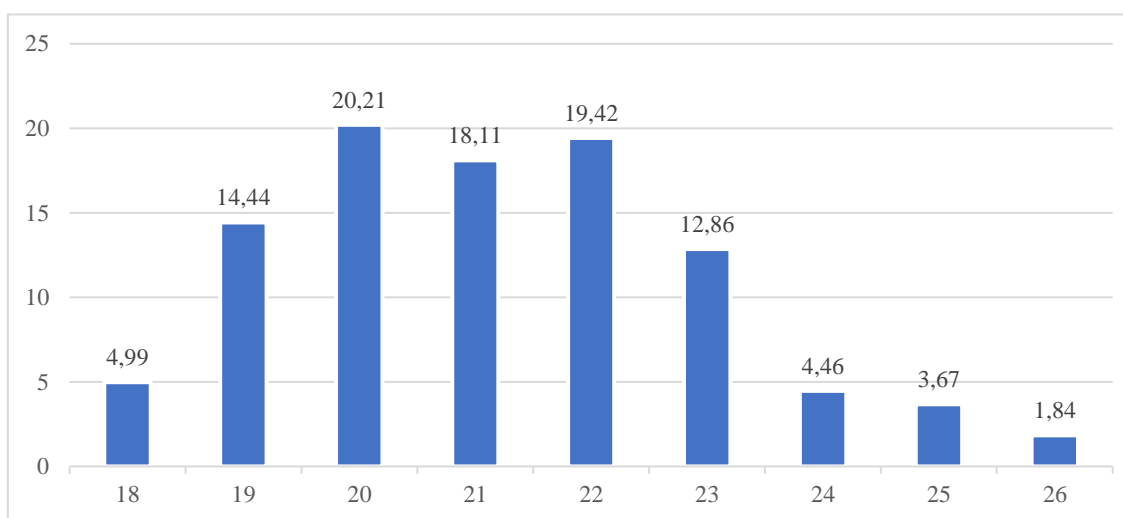


Gráfico 19- % de idade dos estudantes inquiridos. Fonte: Elaboração Própria (2021).

Foram inquiridos estudantes pertencentes a todas as faculdades da Universidade de Coimbra. Ao analisar o gráfico 20, é possível identificar que as faculdades que apresentam o maior número de inquiridos foram: a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (21,52%), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (17,85%), Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (15,22%) e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (15,49%). Por outro lado, as faculdades que apresentam menor taxa de resposta são: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade da Universidade de Coimbra (11,02%), Faculdade de Medicina da

Universidade de Coimbra (8,92%), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (4,99%) e Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra (4,99%).

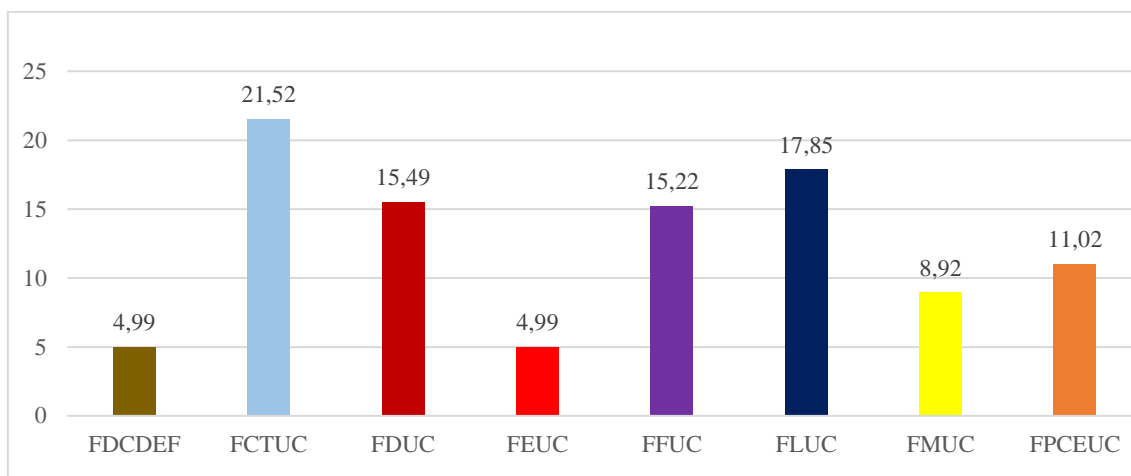


Gráfico 20- % de estudantes inquiridos, por faculdades. Fonte: Elaboração Própria (2021).

O gráfico 21 revela a percentagem por ano da primeira matrícula na Universidade de Coimbra, dos inquiridos. A grande maioria dos inquiridos ingressou na Universidade de Coimbra entre os anos letivos 18/19 (21%), 17/18 (19,42%) e 19/20 (18,37%).

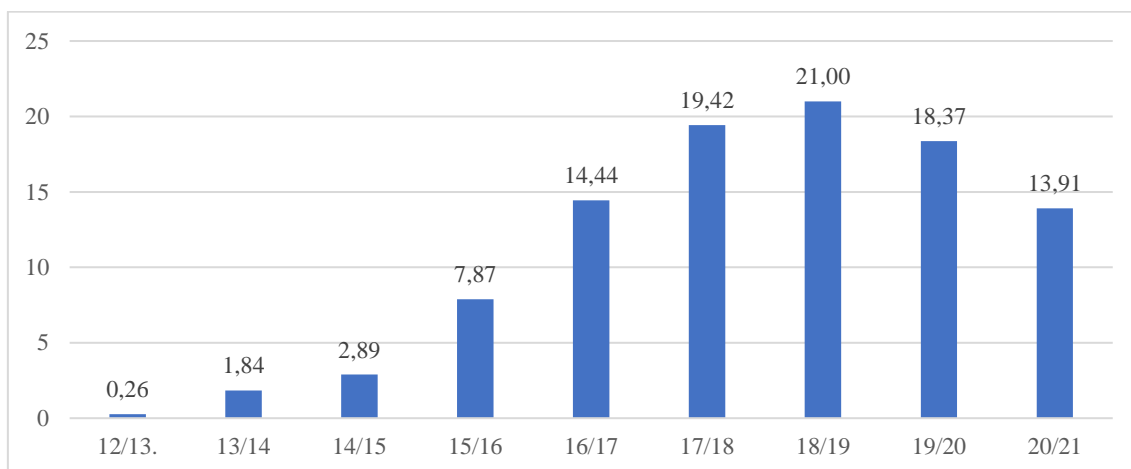


Gráfico 21- Ano letivo da 1ª matrícula, dos estudantes inquiridos em %. Fonte: Elaboração Própria (2021).

A grande maioria dos inquiridos tem a sua morada fiscal em Coimbra (36,22%). No entanto, através do gráfico 22, é possível registar que a amostra foi conseguida procurando representação em todo o território nacional. A disparidade dos resultados justifica-se, em parte, pelo facto de uma parte considerável dos estudantes da Universidade de Coimbra⁹ registarem a residência fiscal no distrito de Coimbra, o que

⁹ Segundo dados da Direção-Geral do Ensino Superior, em 2018, 1853 estudantes ingressaram nas instituições de Ensino Superior em Coimbra.

corresponde à procura regional que se verifica na maior parte das instituições de ensino superior público em Portugal.

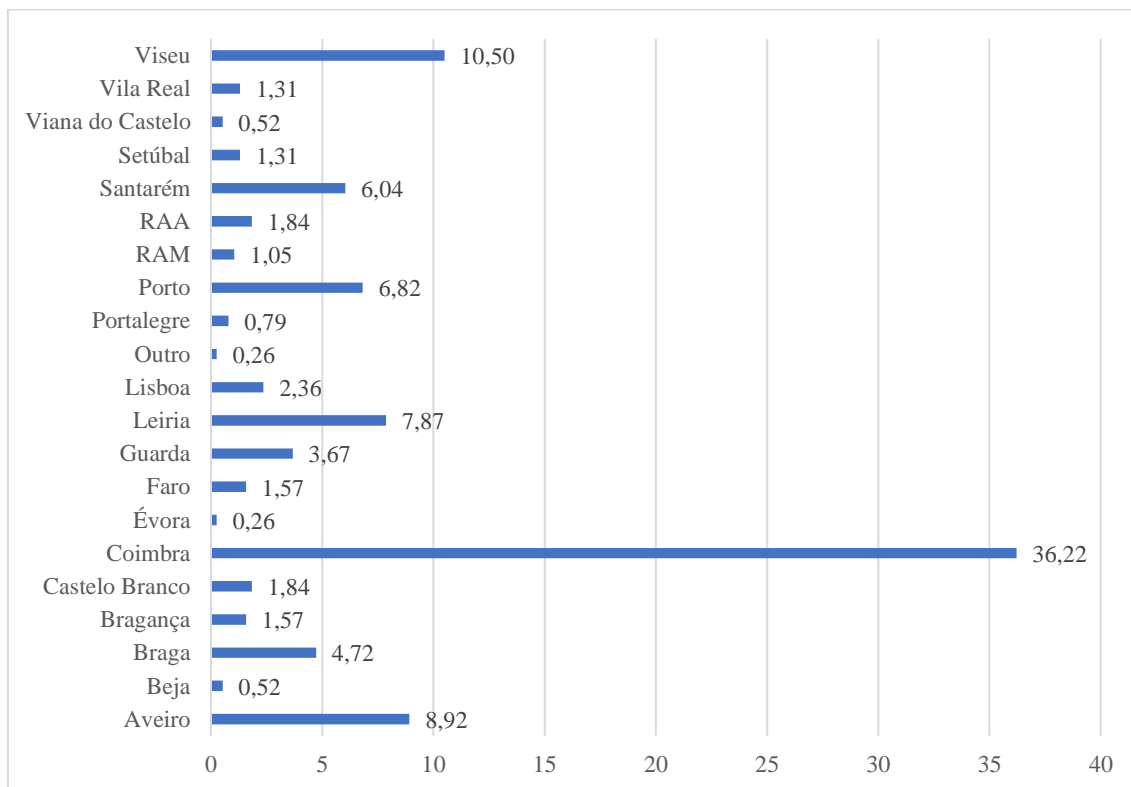


Gráfico 22- Local da morada fiscal dos inquiridos, em %. Fonte: Elaboração Própria (2021).

5.3 Apresentação e discussão dos resultados

Na questão “*Achas que Coimbra oferece condições para te fixares?*”, 66,40% responde que “sim”, enquanto 19,95% afirma que a cidade não tem condições para se fixar. Existe ainda uma percentagem de inquiridos (13,65%) que admite “não saber” (gráfico 23).

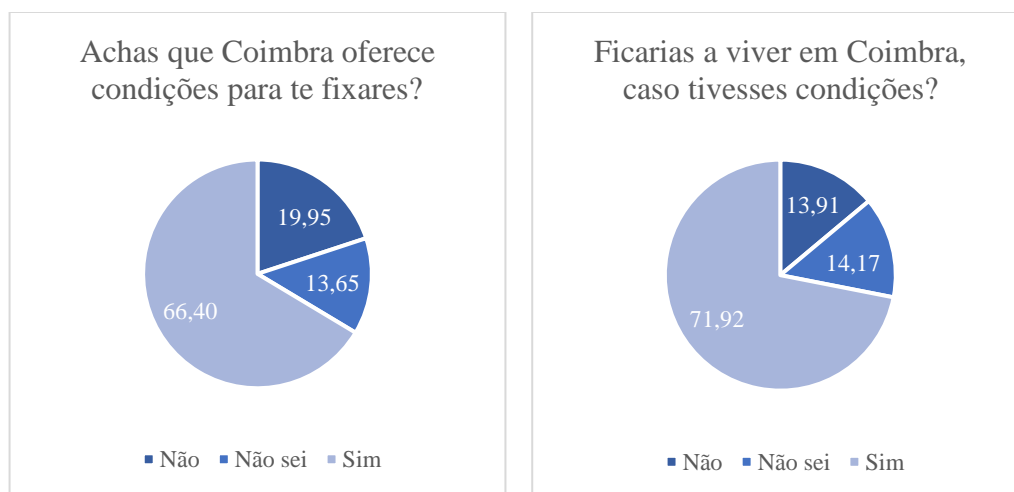


Gráfico 23- % de respostas à questão “*Achas que Coimbra oferece condições para te fixares?*”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

Gráfico 24- % de respostas à questão “Ficarias a viver em Coimbra, caso tivesses condições?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

No entanto, quando questionados se “Ficarias a viver em Coimbra, caso entendessem que oferecia condições?”, a resposta torna-se mais clara, como se verifica no gráfico 24, tendo a resposta “sim” registado um aumento de escolha quando comparado com a resposta anterior, sendo 71,92% das escolhas. Em relação às dúvidas existentes, a resposta “não sei” regista um pequeno aumento, passando a registar 14,17%, enquanto a resposta “não”, para além de registar um decréscimo, nesta questão, esta opção é a escolha de 13,91% inquiridos.

Numa análise mais profunda, através da relação entre os gráficos 23 e 24, é possível afirmar que uma estratégia que passe pela melhoria de condições e pela concretização das necessidades dos jovens, resulta num aumento da vontade dos inqueridos em se ficar no município de Coimbra.

O gráfico 25 demonstra que, 66,14% dos inquiridos entende que a sua formação permite progredir profissionalmente em Coimbra, no entanto, 15,75% admite não saber e 18,11% afirma que a sua formação académica não tem o progresso necessário na sua carreira profissional.

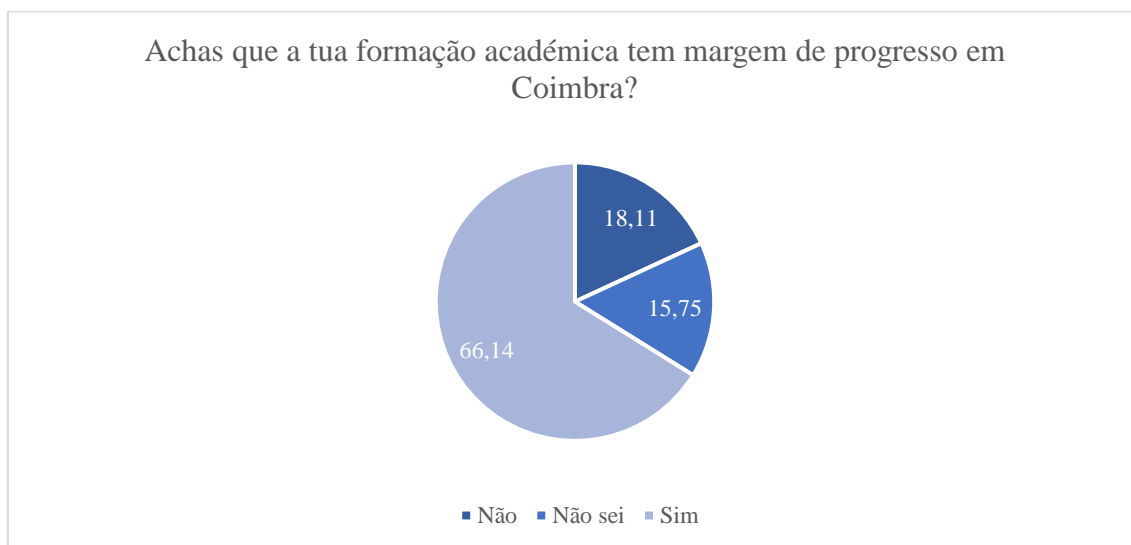


Gráfico 25- % de resposta à questão “Achas que a tua formação académica tem margem de progresso em Coimbra?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

De acordo com o gráfico 26, é possível identificar a percentagem da frequência com que os inquiridos vão a casa por mês. A maioria dos inquiridos, como já foi possível analisar, por residir em Coimbra selecionou a opção “sou de Coimbra” (30,44%), por outro lado, a frequência “duas” (17,85%) e “quatro” (19,42%) vezes são as frequências mais registadas.

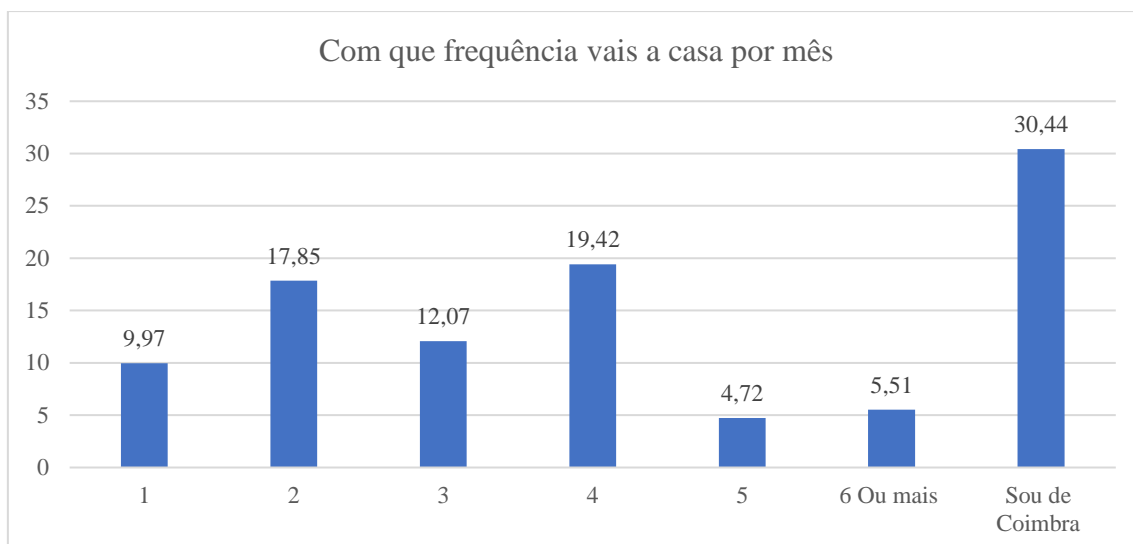


Gráfico 26- % de resposta à questão “Com que frequência vais a casa por mês?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

No gráfico 27 é apresentado o resultado em percentagem da pergunta colocada no inquérito - “Qual foi a razão pela qual escolheste a Universidade de Coimbra?”.

A análise, permite-nos identificar as três principais razões que estão associadas à componente histórica, cultural e ao facto de uma parte considerável dos estudantes da Universidade de Coimbra terem residência oficial no concelho. Nesta questão ficou explícito a capacidade de atrair população com base nos geossímbolos e nos mapas mentais, uma vez que, a principal justificação prende-se com a imagem territorial que o estudante tem sobre a cidade de Coimbra e da Universidade de Coimbra. Desta forma, os fatores com maior expressão nos resultados são: (i) Prestígio da Universidade de Coimbra (27,30%), (ii) Espírito académico (25,98%) e (iii) Proximidade da residência fiscal (18,64%). Algumas opções que tiveram ainda uma percentagem considerável, foram: (iv) qualidade de ensino (8,40%), a (v) garantia de crescimento pessoal/profissional (6,04%) e a (vi) ligação com amigos/familiares que estudaram na Universidade de Coimbra (5,77%). A opção (vi) “outros” obteve 4,20%. Devido ao facto de ser uma resposta em aberto, em que o inquirido tinha a oportunidade escrever livremente o motivo pelo qual escolheram a Universidade de Coimbra, destacam-se algumas das respostas associadas a: média de entrada do curso; ao facto do curso só existir na Universidade de Coimbra e ainda, a possibilidade de conciliar o curso com atividades extracurriculares.

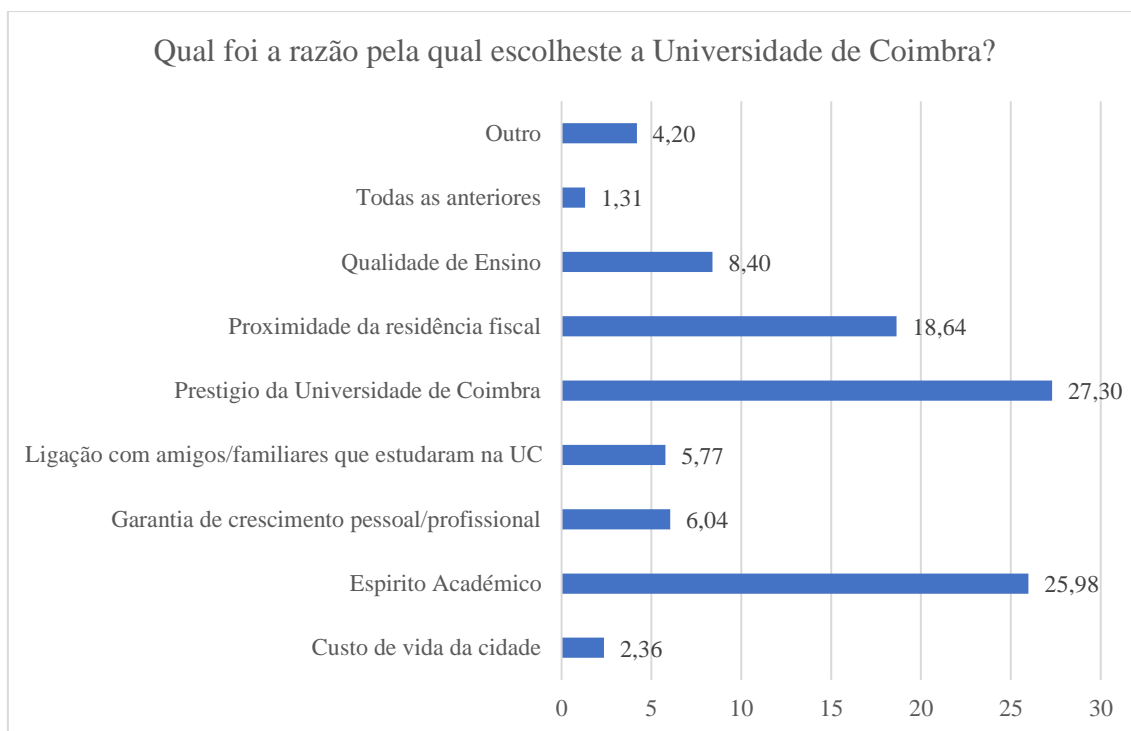


Gráfico 27- % de respostas à questão “Qual foi a razão pela qual escolheste a Universidade de Coimbra?”.
Fonte: Elaboração Própria (2021).

O gráfico 28 representa a perspetiva de cada inquirido sobre os fatores mais relevantes para que se fixem num determinado concelho. A análise do gráfico, permite identificar que existem dois principais fatores que evidenciam maior peso nas respostas dos estudantes universitários sobre a escolha do concelho para residir, que são:

- a “habitação, conforto e condições de vida” e a “economia, emprego e mercado de trabalho”.

A primeira foi escolha de 81,10% dos inquiridos, enquanto a segunda foi opção de 77,69%. As duas opções que obtiveram maior número de escolhas, permitem identificar os fatores mais relevantes para os jovens universitários, podendo os municípios através desta premissa, delinear uma estratégia capaz de fixar os mais jovens. As escolhas subsequentes, ainda que com uma grande diferença sobre as primeiras, foram a “saúde” (30,18%), “justiça e segurança” (27,82%) e “ambiente, energia e território” (22,57%). De notar, que a opção “cultura” (17,32%), “empresas, inovação e tecnologia” (17,32%) e “educação” (16,27%), foram escolha para menos de 20% dos estudantes. Em relação às opções menos escolhidas, foi clara a resposta dos inquiridos, tendo o fator da “população” registado apenas 6,82% das escolhas, enquanto o fator “turismo” registou 2,82%.

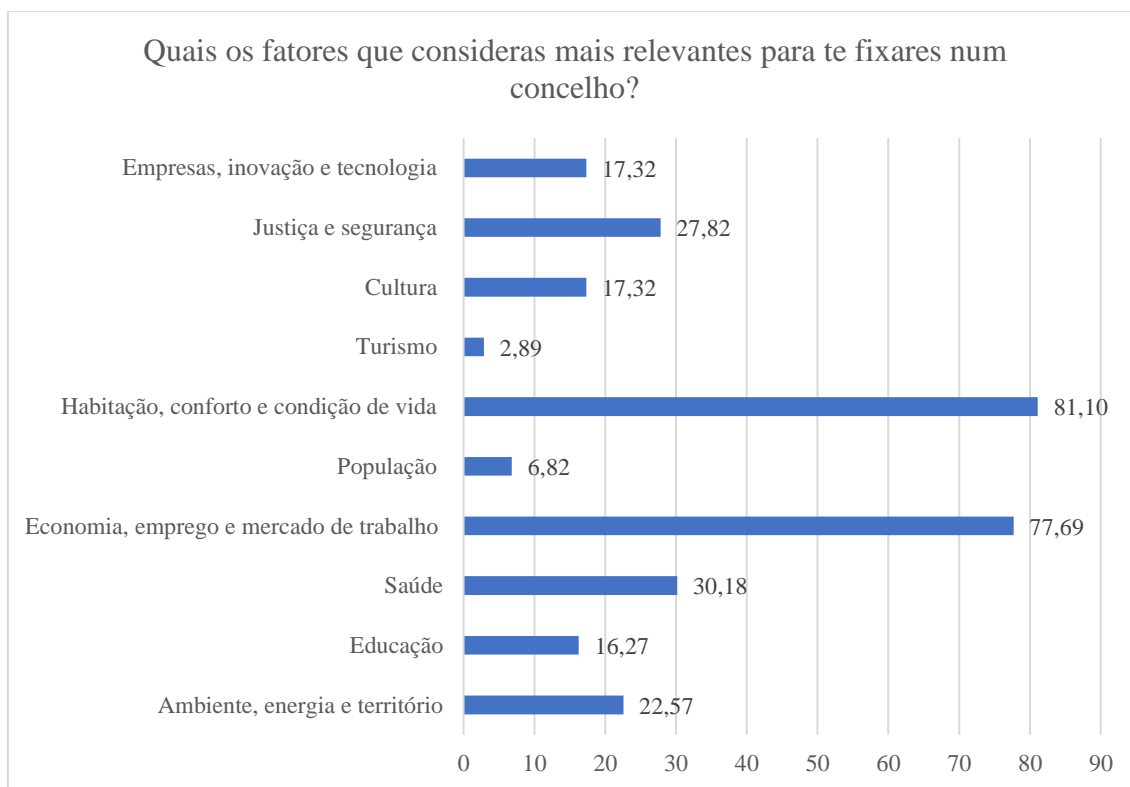


Gráfico 28-% de respostas à questão “Quais os fatores que consideras mais relevantes para te fixares num concelho?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

O gráfico 29 representa a escolha dos inquiridos sobre os três fatores menos relevantes para se fixarem num distrito, permitindo identificar os fatores que menos condicionam a fixação jovens. As respostas vão ao encontro das escolhas representadas no gráfico 29. Para os inquiridos, os dois fatores menos relevantes são o “turismo”¹⁰ (83,73%) e a “população”¹¹ (75,35%). Verifica-se que os fatores que se encontram numa segunda linha de escolha, as opiniões dividem-se entre “cultura” (39,37%), “empresas, inovação e tecnologia” (36,48%) e “ambiente, energia e território” (27,03%). Em relação aos fatores, “educação” (13,39%), “justiça e segurança” (10,24%), “saúde” (6,04%), “habitação, conforto e condições de vida” (4,20%) e “economia, emprego e mercado de trabalho” (4,20%), foram os menos selecionados como fatores de menor relevância, na opinião dos inquiridos para se fixarem num determinado concelho.

¹⁰ A opção “turismo” refere-se ao impacto que o turismo tem na região.

¹¹ A opção “população” refere-se às características da população residente, por exemplo, índice de envelhecimento ou de rejuvenescimento.

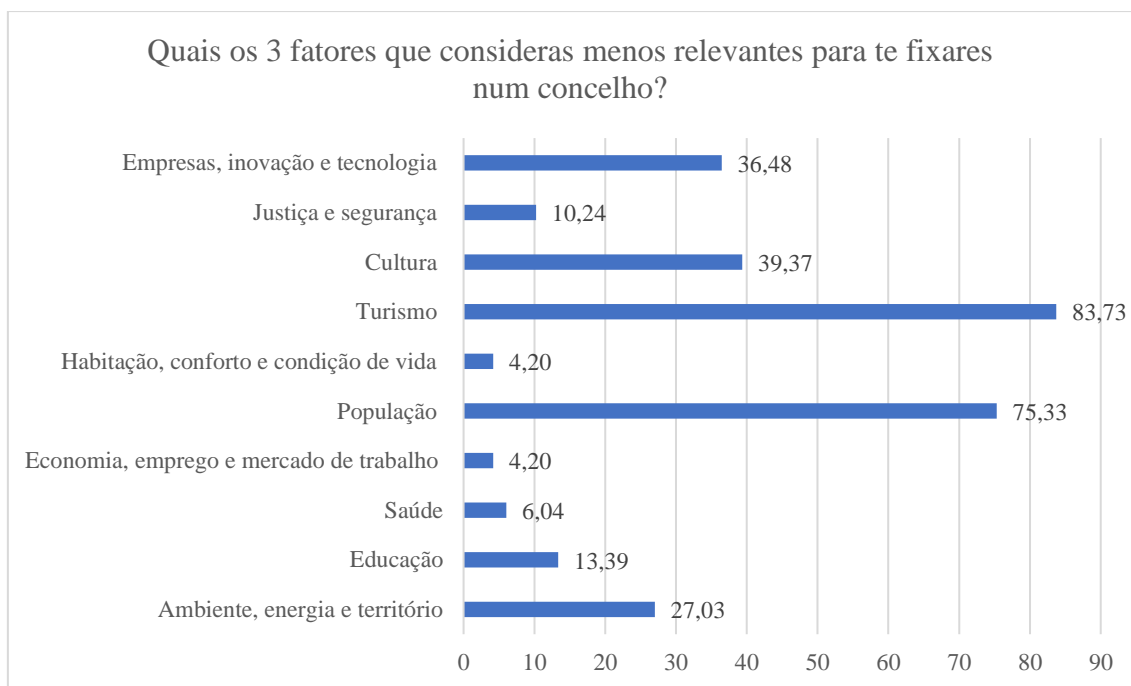


Gráfico 29-% de respostas à questão “Quais os 3 fatores que consideras menos relevantes para te fixares num concelho?”. Fonte: *Elaboração Própria (2021)*.

O gráfico¹² 30 apresenta a preferência dos inquiridos sobre o distrito para se fixarem. Numa análise detalhada, denota-se que Coimbra é o distrito com o maior resultado registado, tendo sido a escolha de 37,53% dos inquiridos. Quando comparamos com os distritos que apresentam os resultados mais expressivos depois de Coimbra, verifica-se que, Coimbra regista 1,59 vezes mais escolhas que o distrito do Porto (23,62%) e 2,34 vezes que o distrito de Lisboa (16,01%). Em relação aos restantes distritos, os menos selecionados, destacam-se Viseu (5,25%), Aveiro (3,94%), Leiria (3,15%), e Braga (2,89%).

Através dos resultados analisados, é possível identificar que o concelho de Coimbra passa de primeira opção quando os inquiridos são questionados sobre se o município oferece condições para se fixarem, para terceiro quando a questão incide sobre os concelhos com melhores condições para se fixarem. Verifica-se, portanto, que os inquiridos admitem que Coimbra tem condições para se fixar, no entanto, a opinião é alterada quanto ao facto de existirem concelhos com melhores condições, percebendo nesta análise a importância do conhecimento que cada indivíduo adquire de cada espaço (espaço vivido) e da construção dos mapas mentais.

¹² De destacar que, nesta questão os inquiridos apenas poderiam selecionar uma resposta, não sendo por isso, possível selecionar dois ou mais distritos.

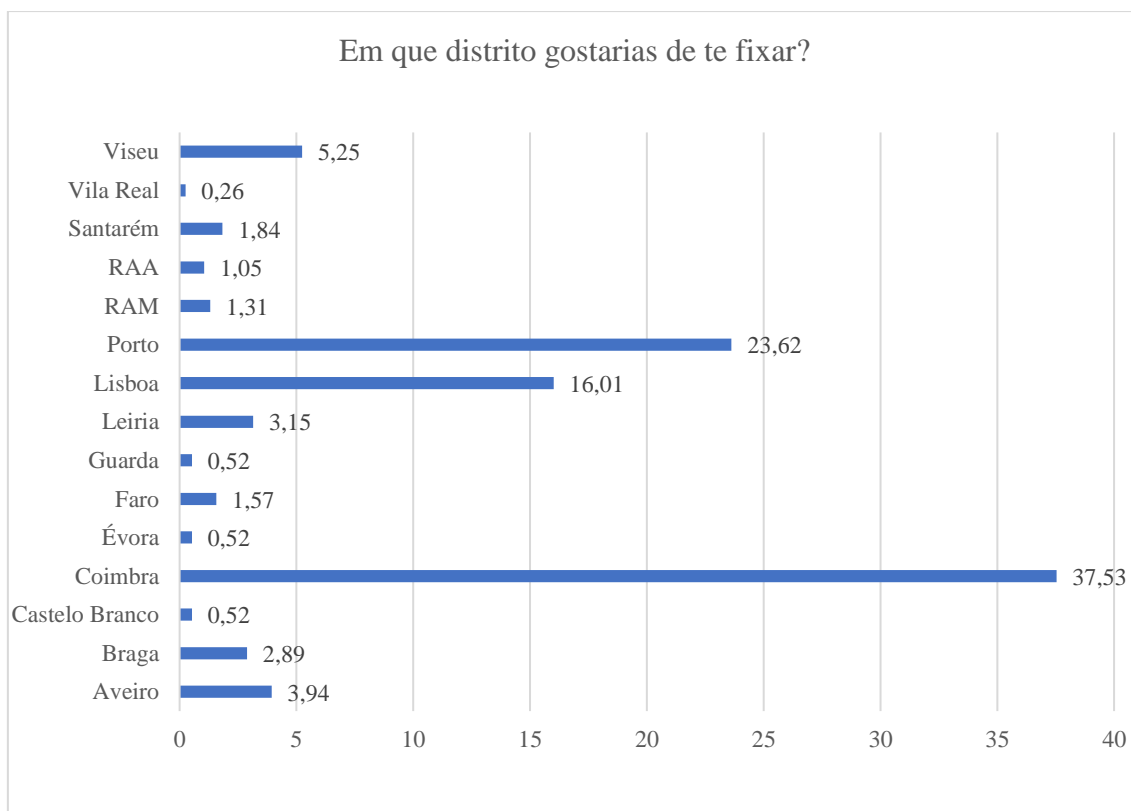


Gráfico 30- % de respostas à questão “Em que distrito gostarias de te fixares?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

No gráfico 31 está representada a opinião sobre o distrito que reúne as melhores condições de vida para que se possa fixar. Os resultados demonstram que, o distrito do Porto (25,20%) e Lisboa (24,67%), foram os que obtiveram maiores valores registados. Dentro dos distritos que obtiveram dados de maior relevância destaca-se distrito o Coimbra, que foi selecionado por 18,46% dos inquiridos, Viseu por 10,24%, Braga por 6,30%, Aveiro e Leiria por 4,46%.

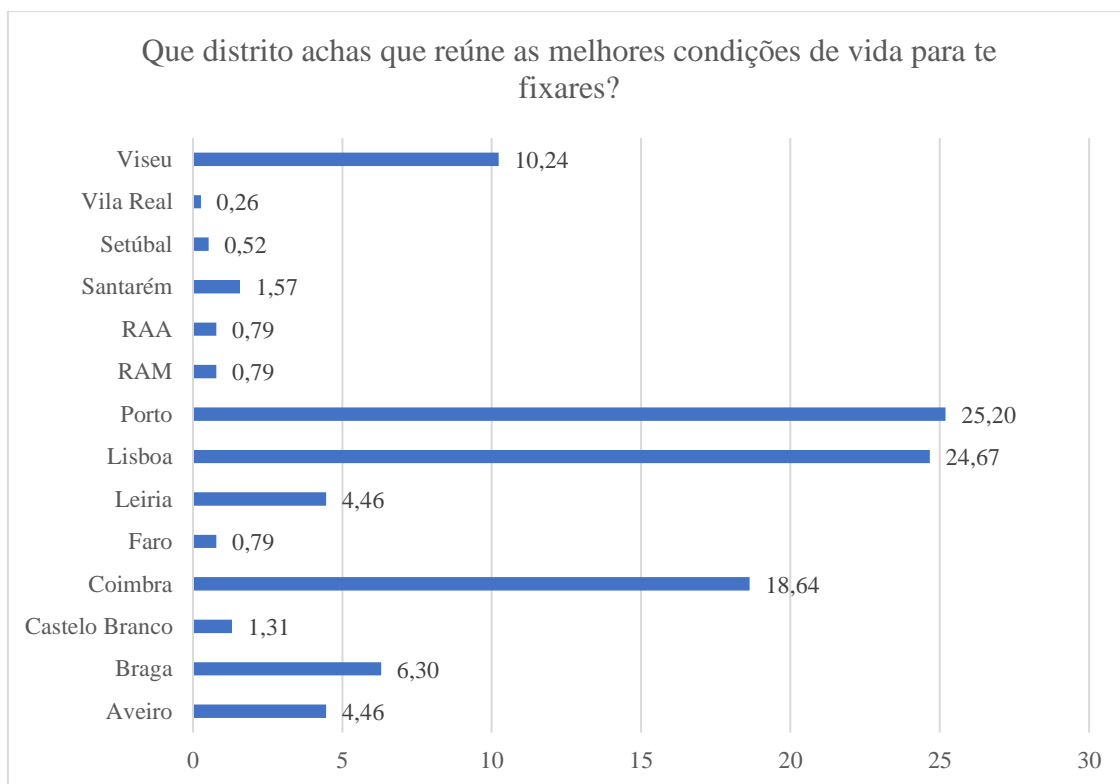


Gráfico 31-% de respostas à questão “Que distrito achas que reúne as melhores condições de vida para te fixares?”. Fonte: *Elaboração Própria (2021)*.

Numa análise de maior detalhe, entre os valores apresentado no gráfico 30, que representam o distrito que os inquiridos gostavam de se fixar e o gráfico 31, que apresenta a opinião dos inquiridos sobre o distrito que reúne as melhores condições para se fixarem, verifica-se que:

- O distrito de Coimbra, na primeira variável em análise apresenta-se em primeiro lugar, sendo a opção mais escolhida com 37,53%, enquanto na segunda variável regista-se na terceira opção, com 18,64%. Esta redução reflete uma diferença de 18,90%, o que significa que 59,44% dos inquiridos que admitem que gostariam de se fixar em Coimbra, admitem por outro lado que existe um outro distrito com melhores condições para se fixarem, como é visível no gráfico 32. Entre os principais distritos destaca-se, Lisboa (22,38%), Porto (16,08%), Braga (6,99%) e Viseu (4,90%).

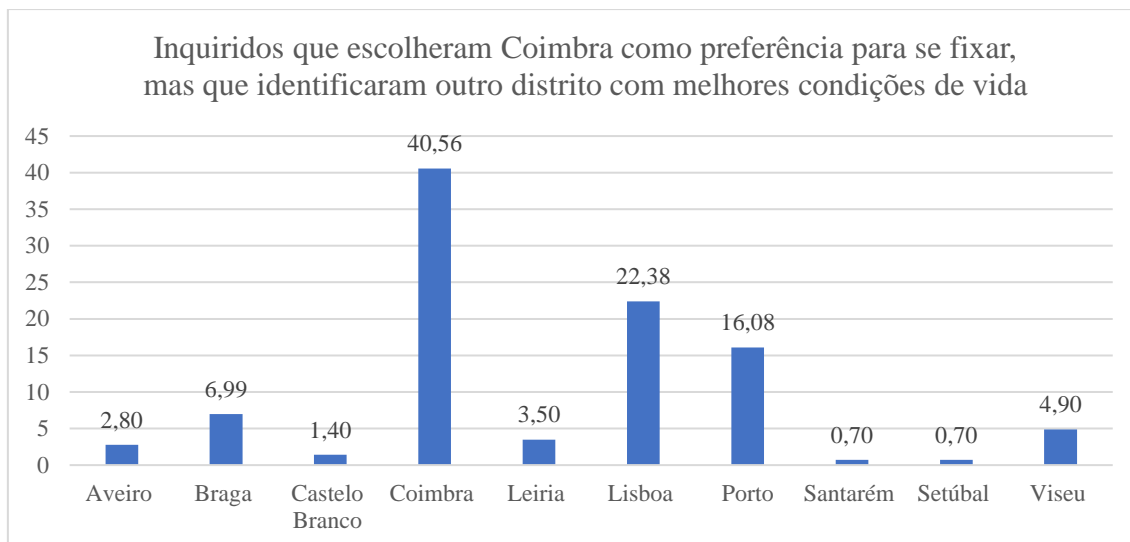


Gráfico 32-% de respostas à questão “Inquiridos que escolheram Coimbra como preferência para se fixar, mas que identificaram outro distrito com melhores condições de vida”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

- O distrito do Porto, na primeira questão é selecionado por 23,20% dos inquiridos, enquanto na segunda é selecionado por 25,20%, sendo por isso, o segundo distrito que mais inquiridos escolheram como o distrito em que gostavam de se fixar e o distrito que mais inquiridos selecionaram como distrito com melhores condições de vida para se fixarem.

De notar que, segundo o gráfico 33, 61,36% dos inquiridos que identificaram o distrito do Porto como área preferencial para se fixar, identificaram igualmente como o distrito que reúne as melhores condições para se fixar. Por outro lado, 38,64% admite que existem outros distritos que reúnem melhores condições de vida, destacando-se Lisboa, (15,91%), Coimbra (6,82%) e Viseu (6,82%).

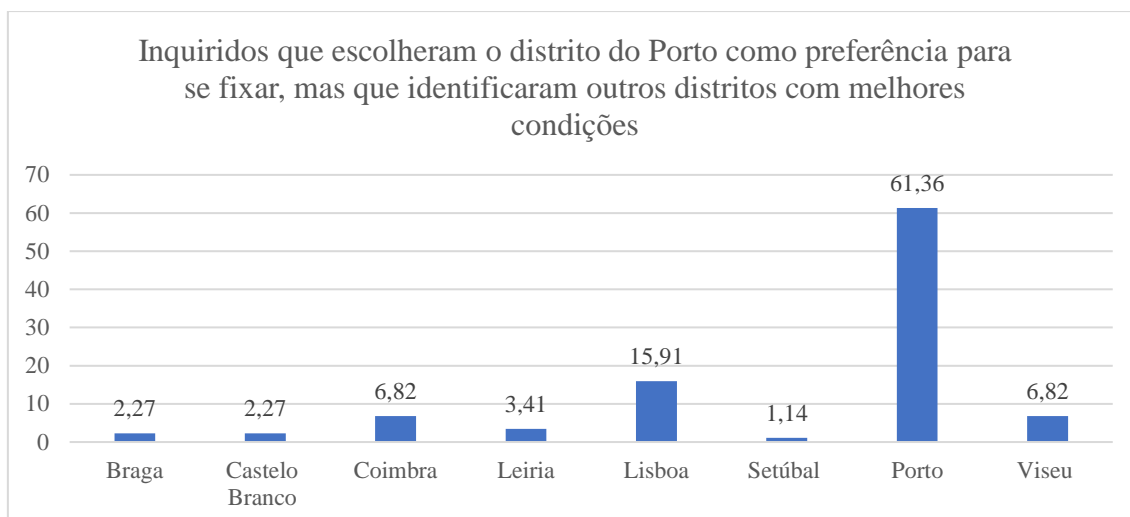


Gráfico 33- % de respostas à questão “Inquiridos que escolheram o distrito do Porto como preferência para se fixar, mas que identificaram outros distritos com melhores condições?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

- O distrito de Lisboa é para 16,01% dos inquiridos a primeira opção para se fixarem, no entanto, 24,67% admite que é o distrito que melhor condição reúne para se poderem fixar. Este indicador demonstra-nos, que o distrito de Lisboa é o que apresenta maior diferença entre as duas questões, demonstrando que há mais 8,66% dos inquiridos a identificar o distrito de Lisboa como uma área que reúne as melhores condições de vida para se fixarem, embora não seja a primeira escolha para se fixarem.

Como é visível no gráfico 34, 67,21% dos inquiridos que seleciona o distrito de Lisboa como distrito preferencial para se fixar, admite que é o distrito que melhor condição de vida reúne para que se possa fixar. Por outro lado, os restantes 32,79% admitem que existem outros distritos que reúnem melhores condições de vida, destacando-se Porto (14,75%), Viseu (6,56%) e Coimbra (4,92%).

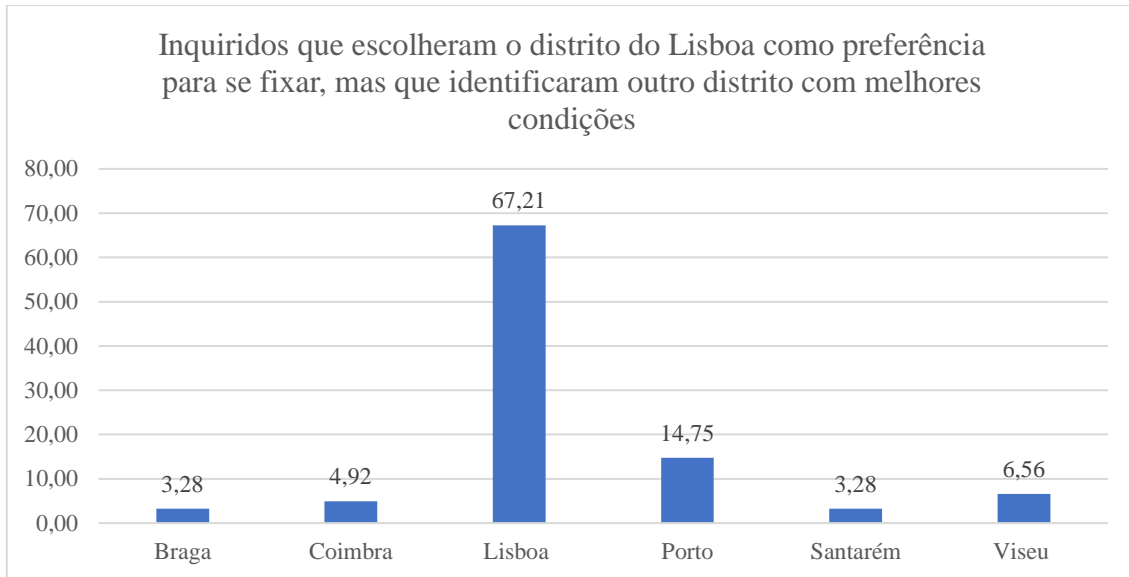


Gráfico 34-% de respostas à questão “Inquiridos que escolheram o distrito do Lisboa como preferência para se fixar, mas que identificaram outro distrito com melhores condições”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

- Em relação aos distritos que obtiveram resultados mais baixos, destacam-se, pela diferença de valores, Viseu, que obtém 5,25% das respostas como distrito preferencial para se fixarem e 10,24% como o distrito que reúne melhores condições de vida. O distrito de Braga, que é para 2,89% dos inquiridos o distrito preferencial para se fixar e para 6,30% o distrito que reúne melhores condições, como é visível no gráfico 30 e 31.
- Os gráficos analisados são representativos da importância dos mapas mentais, dos geossímbolos e da construção do espaço geográfico, deixando nítido que nem sempre o espaço que está associado às melhores condições é o espaço que a população escolhe para se fixar. Existem vários fatores capazes de explicar o motivo da escolha, sendo que um dos fatores mais importantes é a forma como caracterizamos o território com base nas vivências, na cultura e na relação com a sociedade. De ressaltar que, o espaço vivido é um conceito a ter em conta, na forma como os territórios fixam a população, uma vez que o espaço vivido surge da percepção que cada indivíduo tem sobre o território.

Em relação aos aspetos atrativos¹³ da cidade de Coimbra (gráfico 35), evidenciam-se três principais fatores, identificados por mais de 45% dos inquiridos, que são: o custo de vida adequado (52,49%), educação (50,39%) e os espaços verdes/ambiente (45,67%). Na

¹³ Nesta questão o inquirido teve a oportunidade de selecionar três opções, sendo que a ordem da sua seleção não tem qualquer influência para a análise dos dados.

perspetiva dos inquiridos, a sensação de segurança (35,70%), a oferta cultural e desportiva (30,45%) e a saúde (21,26%)¹⁴, são aspetos relevantes. Alguns valores razoáveis a destacar, a boa qualidade habitacional (17,32%), a mobilidade urbana (15,49%) e a qualidade de serviços (11,81%). Os indicadores menos selecionados como fatores atrativos foram, o emprego e o mercado de trabalho (10,24%), inovação e tecnologia (4,99%) e ruas limpas (3,15%). No inquérito esta questão dava a oportunidade aos inquiridos de responderem livremente na opção “*outros*”, que registou apenas 1,05% e onde foi destacado o espírito académico como fator atrativo.

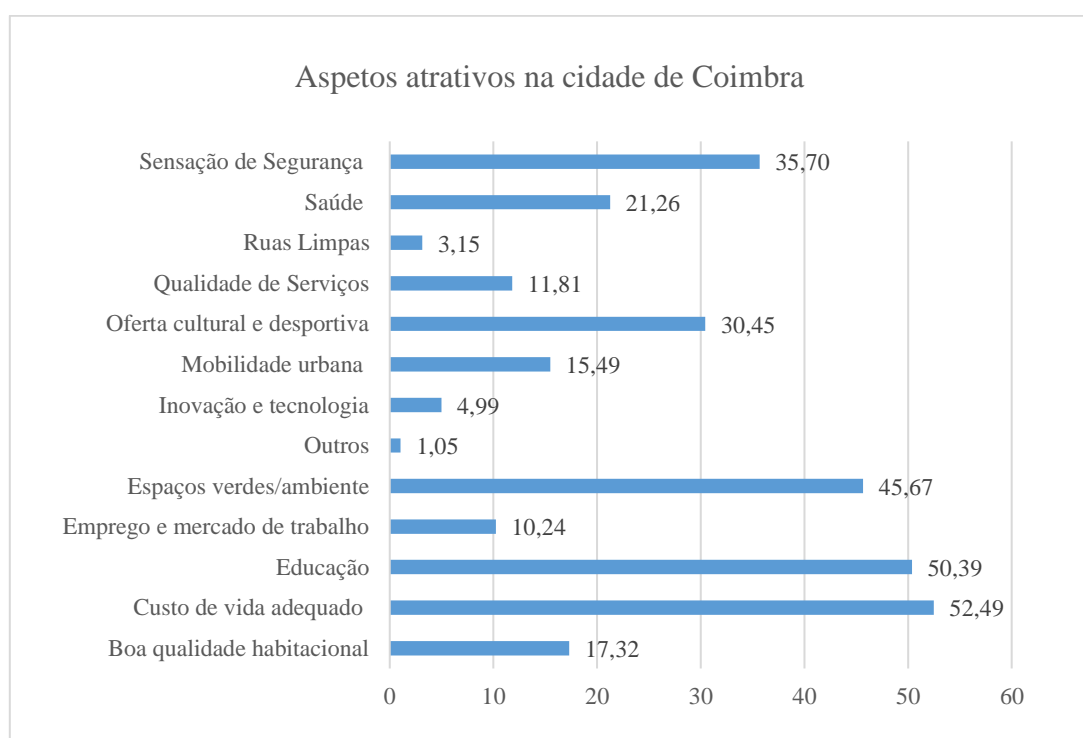


Gráfico 35-% de respostas à questão “Aspetos atrativos na cidade de Coimbra”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

Ao analisar o gráfico 36 que apresenta os valores, em percentagem, dos aspetos repulsivos¹⁵ na cidade de Coimbra, identificamos os dois principais fatores que são: a pouca oferta de emprego (55,91%), e o ruído (49,61%). Outros fatores que se evidenciaram, foram: a falta de serviços (39,90%), a falta de limpeza nas ruas (36,22%), a inovação e a tecnologia (30,45%) e a reduzida oferta de atividades culturais e

¹⁴ O Concelho de Coimbra é reconhecido a nível nacional pela qualidade dos serviços de saúde, no entanto este indicador apresenta um valor reduzido como fator atrativo na cidade de Coimbra. Este valor pode ser resultado de este inquérito ser destinado a uma faixa etária que, no geral, não necessita ou não recorre com alguma frequência aos serviços de saúde, não sendo por isso um fator preponderante na perspetiva dos inquiridos.

¹⁵ Nesta questão o inquirido teve a oportunidade de selecionar três opções, sendo que a ordem da sua seleção não tem qualquer influência para a análise dos dados.

desportivas (30,18%). Os fatores menos selecionados nesta questão foram as opções de falta de segurança (27,50%), o custo de vida adequado (12,86%) e a falta de espaços verdes (11,02%). Apenas o fator da segurança apresenta alguma discordância, sendo que na questão sobre os fatores atrativos, 35,70% dos inquiridos admite que é um dos três aspetos da cidade de Coimbra, enquanto na questão seguinte 27,30% dos inquiridos admite que é um dos três principais aspetos repulsivos.

A questão referente aos aspetos repulsivos, tinha a opção “*outros*” que permitia aos inquiridos livremente identificarem um aspeto repulsivo da cidade de Coimbra. Foram 6,56% os inquiridos que utilizaram esta opção, evidenciando aspetos como a falta de aproveitamento dos espaços verdes, o congestionamento do trânsito, a dificuldade na mobilidade urbana, edifícios degradados, a falta de recursos de apoio às pequenas e médias empresas para que se possam fixar, a “*má*” organização urbana, o aumento no número de turistas e o custo e os horários desadequados nos transportes públicos.

O facto de 55,91% dos inquiridos admitirem que o principal fator repulsivo de Coimbra é a “*falta de emprego*”, advém da necessidade principal de um jovem universitário- a entrada no mercado de trabalho. Este indicador é revelador da importância que tem a entrada no mercado de trabalho e a capacidade que tem, enquanto fator preponderante, para fixar jovens numa determinada área geográfica.

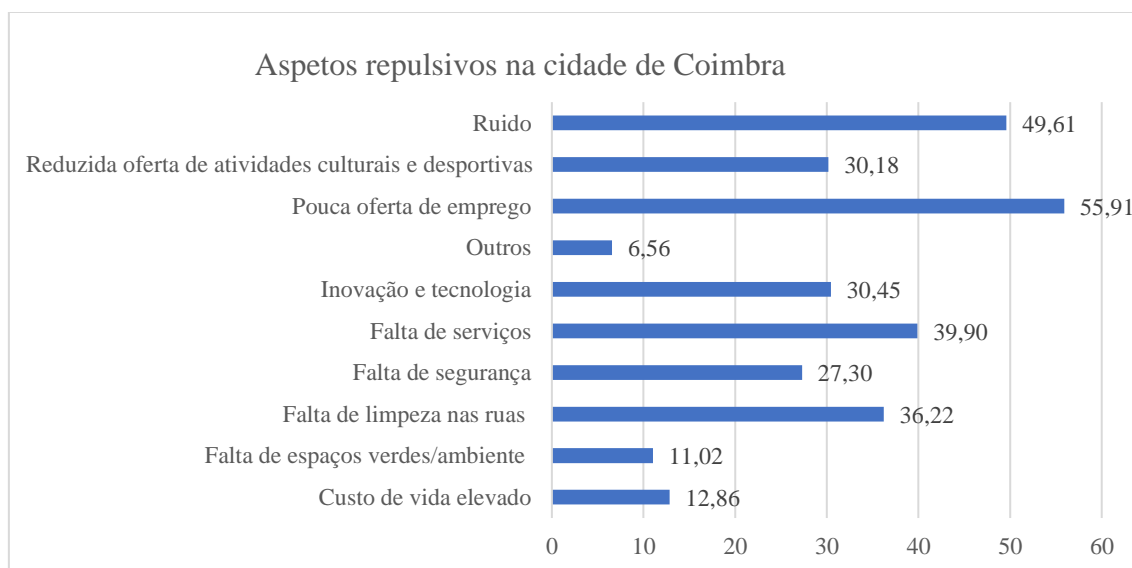


Gráfico 36-% de respostas à questão “Aspetos repulsivos na cidade de Coimbra?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

5.4 Análise das hipóteses

Este capítulo é composto pela análise entre variáveis e, conseqüentemente o estudo da relação entre respostas dadas pelos inquiridos. Através deste trabalho de análise da relação entre variáveis é possível esclarecer as incertezas em redor da temática da fixação dos jovens no concelho de Coimbra e estabelecer padrões da população em estudo.

- **Hipótese 1- Os alunos com idades inferiores a 22 anos são os que têm menos vontade de se fixar em Coimbra**

A análise desta hipótese é realizada através da relação entre resposta à questão “*No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra, caso entendessem que oferecia condições?*” e da idade dos inquiridos. Esta variável foi dividida em duas outras, sendo que uma tem o número de inquiridos com menos de 22 ou menos anos e a outra é composta pelo número de inquiridos que têm mais de 22 anos.

Tabela 16- % de estudantes inquiridos, por idade, que responderam à questão “No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra, caso entendessem que oferecia condições?”. Fonte: Elaboração Própria (2021).

	<i>Alunos com 22 ou menos anos que se querem fixar em Coimbra (%)</i>	<i>Alunos com mais de 22 anos que se querem fixar em Coimbra (%)</i>
<i>Sim</i>	69,09	75,78
<i>Não</i>	11,82	16,77
<i>Não sei</i>	19,09	7,45

Tendo em conta a tabela 16, é possível aferir que uma boa parte dos inquiridos admitem fixarem-se em Coimbra, uma vez que 69,09% dos inquiridos com 22 ou menos anos, responderam afirmativamente, enquanto os inquiridos com mais de 22 anos obtiveram 75,78% de respostas afirmativas. Em relação às respostas negativas a primeira variável regista 11,82% e na segunda 16,77%. Quanto à indecisão, os inquiridos que têm mais de 22 anos apresentam maior certeza na sua decisão, tendo registado apenas 7,45% na opção “*não sei*”, enquanto os que têm 22 ou menos anos apresentam uma taxa de resposta da opção “*não sei*” de 19,09%. É possível por isso apurar que os inquiridos com mais de 22 anos apresentam maior certeza sobre a intenção de se fixar ou não em Coimbra, uma vez que existe um registo no crescimento na percentagem das opções “*sim*” (+6,69%) e

“*não*” (+4,95) quando comparado a variável dos alunos que têm 22 ou menos anos e os que têm mais de 22 anos.

Dado à realidade analisada verifica-se que a hipótese em análise é verdadeira, tendo pouca influência, uma vez que, existe um crescimento percentual de +6,69% entre os alunos com 22 ou menos anos (69,09%) e os que têm mais de 22 anos (75,78%) que admitem fixar-se em Coimbra. No entanto, é possível verificar que a idade tem uma forte influência na certeza de os estudantes quererem ou não se fixar em Coimbra, uma vez que os estudantes com mais de 22 anos apresentam maior percentagem de certeza, ou seja na resposta “*sim*” e “*não*” e conseqüentemente uma menor percentagem na opção “*não sei*” (19,09%), enquanto os estudantes com menos de 22 anos apresentam maior percentagem na resposta “*não sei*” (19,09%).

Hipótese 2- Os alunos que vão duas ou menos vezes a casa, são os que têm menos vontade de se fixar em Coimbra

A análise hipótese, tem por base a relação entre o número de vezes que os alunos vão à sua residência oficial durante um mês e a resposta à questão “*No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra, caso entendesses que oferecia condições?* “. Através da análise destes indicadores procurou-se entender se a ida a casa com maior frequência poderia ter influência na decisão dos alunos em querer fixar-se em Coimbra.

Tabela 17- % da relação de estudantes inquiridos que responderam à questão “No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra?” e pelo número de vezes que vão a casa. Fonte: Elaboração Própria (2021).

<i>No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra?</i>	<i>% de alunos que vão 2 ou menos vezes a casa</i>	<i>% de alunos que vão mais de 2 vezes a casa</i>
<i>Sim</i>	65,52	69,81
<i>Não</i>	18,10	13,84
<i>Não sei</i>	16,38	16,35

De acordo com a tabela 17, ambas as variáveis apresentam uma forte possibilidade de os inquiridos quererem fixar-se em Coimbra, uma vez que na variável dos “*alunos que vão duas ou menos vezes a casa*”, 65,52% admitem ter essa vontade. Em relação à variável “*Alunos que vão mais de 2 vezes a casa*”, existe um ligeiro acréscimo percentual, em relação à anterior, uma vez que 69,81% dos inquiridos admitem ter vontade de se fixar e

por isso verifica-se que os alunos que vão mais de duas vezes a casa têm maior probabilidade de querer fixar-se em Coimbra. De notar que em ambas as variáveis os alunos apresentam percentagens idênticas na opção “não sei”, registando 16,38% para os alunos que vão duas ou menos vezes a casa e 16,35% para os alunos que vão mais de duas vezes a casa.

Com base nos indicadores analisados, a hipótese “*Os alunos que vão duas ou menos vezes a casa, são os que têm menos vontade de se fixar em Coimbra*” verifica-se que a hipótese não se confirma, uma vez que os alunos que vão mais de duas vezes a casa apresentam uma percentagem maior quando questionados sobre a vontade de se fixar em Coimbra, quando comparados com a variável “*Alunos que vão 2 ou menos vezes a casa*”, apresentando uma diferença percentual muito ligeira (+4,29%).

- **Hipótese 3¹⁶- Os alunos que tem morada fiscal na região centro são os que têm maior vontade de se fixar em Coimbra**

A observação desta hipótese é realizada com base na relação entre a localidade da residência oficial dos estudantes inquiridos, dividida em dois grupos, que são os alunos que residem na região centro e os que residem fora da região centro e a intenção de que demonstram para se fixar em Coimbra. Assim, através da análise da relação destas duas variáveis é possível perceber se o local de residência tem influência da vontade de se fixar em Coimbra.

Tabela 18- % da relação entre os estudantes inquiridos que responderam à questão “No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra, caso entendesses que oferecia condições?” e área de residência oficial. Fonte: Elaboração Própria (2021).

<i>No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra, caso entendesses que oferecia condições?</i>	<i>% de alunos que habitam na Região Centro</i>	<i>% de alunos que não habitam na Região Centro</i>
<i>Sim</i>	84,32	63,56
<i>Não</i>	14,41	16,10
<i>Não sei</i>	12,71	20,34

A tabela 18 apresenta a percentagem de alunos por local de residência oficial, que responderam à questão “*No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra,*

¹⁶ A Região Centro, entre outros, é constituída pelo concelho de Coimbra, Viseu, Aveiro, Caldas da Rainha, Leiria, Castelo Branco, Covilhã, Torres Vedras e Guarda.

caso entendesses que oferecia condições?”, tendo a opção “*sim*”, “*não*” e “*não sei*” como forma de resposta.

Ao analisar a tabela 18, verifica-se que 84,32% dos alunos que residem na região centro admitem a possibilidade se querem fixar em Coimbra, quanto 14,41% responderam de forma negativa à questão e 12,71% afirma não ter certeza. Em relação aos estudantes que não têm residência fiscal na região centro, 63,56% admite fixar-se em Coimbra, 16,10% respondeu negativamente e 20,34% não tem a certeza.

Tendo em conta a análise, a hipótese “*Os alunos que têm morada fiscal na região centro são os que têm mais vontade de se fixar em Coimbra*”, verifica-se que é verdadeira, uma vez que através dados apresentado, que mostram que quando comparamos as duas variáveis referentes à localidade da residência dos inquiridos, denota-se que existe uma maior certeza por parte dos inquiridos que residem na região centro sobre a possibilidade de se fixarem em Coimbra, tendo as duas variáveis uma diferença de 20,76%. Outro indicador que apresenta uma diferença considerável é o da incerteza sobre a decisão de se fixar, sendo maior nos alunos que não residem na região centro, registando uma diferença entre as variáveis de 7,63%.

- **Hipótese 4- Os alunos que têm a morada fiscal fora da região centro são os que mais procuram a Universidade de Coimbra pela garantia de crescimento pessoal.**

A análise desta hipótese é realizada com base na relação entre a localidade da residência fiscal de cada inquirido, transformado em duas variáveis, os que têm residência fiscal fora da região centro e os que têm residência fiscal na região centro e a razão pela qual os inquiridos escolheram a Universidade de Coimbra como instituição de ensino superior. Através do estudo da relação entre as variáveis acima enunciadas é possível identificar se o local de residência tem influência na opinião e nos fatores a ter em conta para a escolha da Instituição de Ensino Superior.

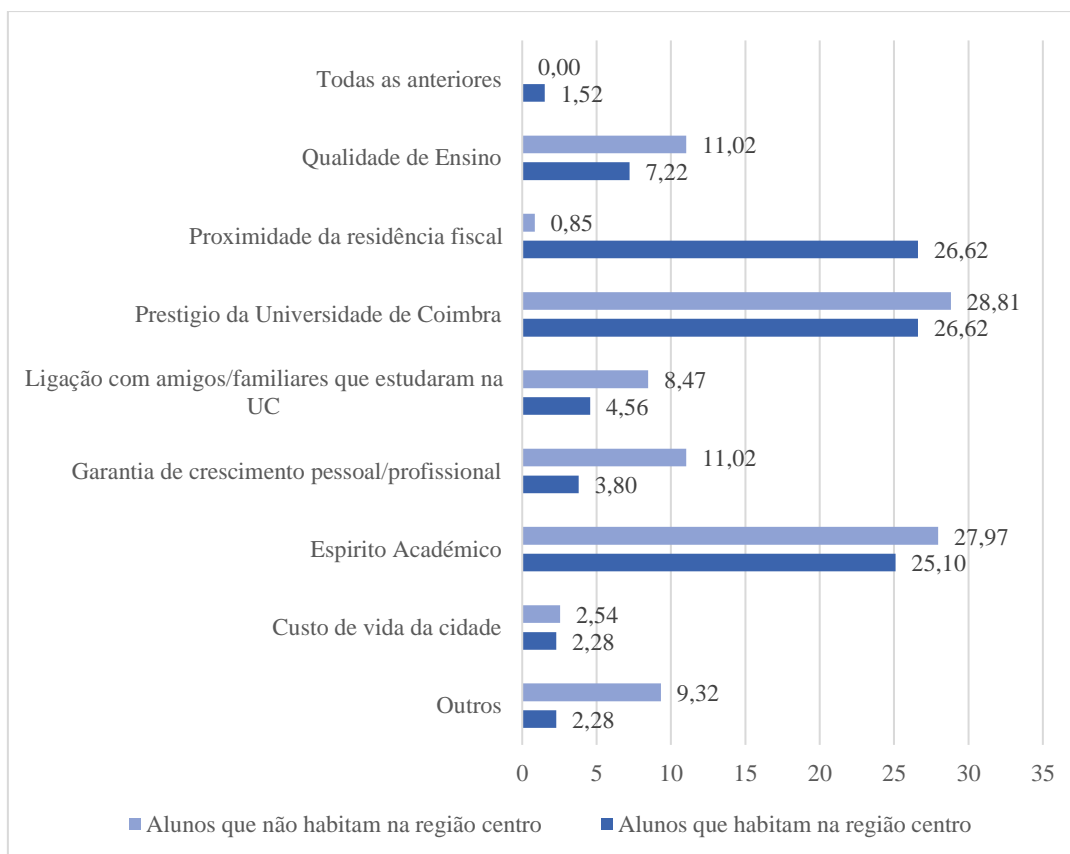


Gráfico 37- % da relação entre a morada oficial dos inquiridos e o motivo de escolha da Universidade de Coimbra. Fonte: Elaboração Própria (2021).

O gráfico 37 apresenta a percentagem dos inquiridos na escolha da Universidade de Coimbra, dividido em duas variáveis, os “*alunos que não habitam na região centro*” e os “*alunos que habitam na região centro*”. Verifica-se que os estudantes que não têm residência fiscal na região centro apresentam dois fatores concretos pela escolha da Universidade de Coimbra, sendo a primeira o prestígio da instituição (28,81%) e a segunda o espírito académico (27,97%). Alguns fatores que se distinguem para a escolha da instituição, são a qualidade de ensino e a garantia de crescimento pessoal/profissional (11,02%). A opção “*outros*” foi escolhida por 9,32% dos alunos inquiridos que não habitam na região centro. Dentro desta opção, em que os inquiridos tinham a possibilidade de apresentar os seus motivos, foram destacados fatores como a média conseguida no ensino secundário, o facto de não terem entrado na primeira opção e a possibilidade de conciliar o percurso académico e atividades extracurriculares.

Em relação aos estudantes que têm residência fiscal na região centro, a escolha da Universidade de Coimbra prendeu-se com o prestígio da instituição, proximidade da residência (26,62%) e pelo espírito académico (25,10%). Outros fatores que se destacam

são: a qualidade de ensino (7,22%) e a ligação com amigos /familiares que estudaram na Universidade de Coimbra.

Quando analisado o gráfico 37 para identificar a possibilidade da hipótese, verifica-se que para 11,02% dos inquiridos que não habitam na Região Centro o fator da garantia do crescimento pessoal/profissional foi um fator relevante para a escolha da instituição de ensino, enquanto para os inquiridos que habitam na região centro apenas 3,80% admite que é um fator que teve importância para a escolha da universidade de Coimbra. Assim é possível afirmar que a hipótese em estudo é verdadeira, uma vez que quando comparados os indicadores, os alunos que não habitam na região centro apresentam 2,9 vezes a possibilidade de escolha da Universidade de Coimbra pelo motivo “*garantia de crescimento pessoal/profissional*” do que os alunos que habitam na região centro.

Conclusão

O estudo do crescimento populacional, numa determinada região ou área geográfica, é um fenómeno de grande importância para o desenvolvimento económico e social. Assim, as perspetivas de desenvolvimento, pela capacidade de influência que gera nos processos organizacionais no crescimento territorial, deve estar assente num pensamento estratégico baseado em políticas sociais e económicas sólidas e capazes de responder às necessidades das populações, de forma equilibrada, garantindo qualidade de vida às populações e áreas urbanas sustentáveis.

Se o crescimento populacional é um fenómeno que deve ser acompanhado e estudado, a capacidade de fixação da população num determinado território é um tema igualmente importante, principalmente quando os territórios não apresentam essa competência. A capacidade de uma área urbana fixar população deve estar no centro das preocupações dos responsáveis políticos, uma vez que, sem população não existe atividade económica ou desenvolvimento social. As populações tendem a procurar áreas de residência que lhes ofereçam condições dignas, capazes de suprimir as suas necessidades, garantam qualidade de vida, estruturas que permitam o desenvolvimento profissional e segurança. Por isso, um determinado território que apresente sinais de incapacidade de atrair e fixar população, pode ser um primeiro diagnóstico de que essa área apresenta algum tipo de problema associado às necessidades da população, podendo ser, fracas ou reduzidas infraestruturas, altos níveis de poluição, acessibilidades e mobilidade reduzida, habitação degradada, índices de criminalidade altas ou poucos postos de trabalho.

A realização da dissertação no âmbito da construção do espaço geográfico, a valorização da conceção de espaço vivido, de mapas mentais e da perceção do espaço que os estudantes da Universidade de Coimbra criam sobre a cidade de Coimbra, enquanto área urbana com qualidade de vida, promotora de atividade económica, capaz de fixar jovens e enquanto principal centro de conhecimento em Portugal, permitiu retirar conclusões sobre a relação entre o Ser Humano e o espaço geográfico, a perceção geográfica e a construção do espaço através de mapas mentais, a construção do pensamento geográfico baseada nos geossímbolos e na imagem territorial, o impacto das instituições de Ensino Superior nas cidades de média dimensão e a qualidade de vida existente em sete concelhos com Instituições de Ensino Superior em Portugal e a perceção dos estudantes da Universidade de Coimbra sobre a cidade de Coimbra.

Assim foi possível concluir que:

1. A relação existente entre o Ser Humano e o espaço geográfico dita a capacidade que esse mesmo espaço tem para fixar população e a vontade que o indivíduo demonstra em se fixar nesse espaço, uma vez que, a ocupação do espaço resulta, por um lado, da interpretação, vivência, experiências culturais de cada indivíduo, sobretudo da forma como cada indivíduo se relaciona com o meio envolvente e com a comunidade e por outro das características físicas, económicas e sociais disponíveis no território. Esta interação é igualmente condicionada pela situação em que se encontra cada indivíduo e a condição social em que se insere, contribuindo como fatores fundamentais para condicionar o seu comportamento, a sua relação com o meio, as suas necessidades, a sua forma de pensar e as suas prioridades.
2. A garantia de qualidade de vida é um fator preponderante na construção equilibrada da área urbana, uma vez que, as condições de vida têm uma enorme influência na fixação de população. A evolução do conceito ao longo dos tempos prova que as condições sociais têm ganho uma forte relevância nos padrões de qualidade de vida, sendo cada vez mais uma exigência das populações no momento de se fixar. Por isso a garantia de um espaço geográfico que vá ao encontro dos padrões de qualidade de vida aceitáveis para as populações, com garantias sociais é essencial para atrair e fixar população.
3. O distrito de Coimbra apresenta-se como uma das principais áreas geográficas que mais concentra estudantes do Ensino Superior, sendo apenas ultrapassada pela Área Metropolitana de Lisboa e do Porto.
4. Com base no estudo apresentado, através das pontuações atribuídas, o concelho de Coimbra foi o segundo concelho que registou pontuação mais favorável na soma de todos os indicadores analisados. Para esta pontuação final positiva, contribuíram os indicadores no domínio da educação, da habitação, conforto e condição de vida e saúde, em que o município de Coimbra registou o resultado mais favorável no número de população matriculada, mais médicos e farmacêuticos por mil habitantes, e foi o concelho com o segundo resultado mais favorável no poder de compra e no número médio de alunos por computador com internet. Estes indicadores vão ao encontro da imagem territorial existente na maioria da população, devido ao reconhecimento do Centro Hospitalar e

Universitário de Coimbra e da Universidade de Coimbra. Esta duas estruturas, contribuem para que Coimbra seja um polo essencial em todo o território nacional, de saúde e educação.

5. Com base na análise dos indicadores de emprego, mercado de trabalho e empresas, inovação e tecnologia é de notar que, Coimbra apresenta uma taxa de desemprego abaixo da maioria dos concelhos em estudo e uma diferença salarial entre o salário mínimo nacional e o valor em média apresentado acima dos concelhos em estudo. No entanto, a confiança na durabilidade das empresas é afetada pela taxa de sobrevivência que as empresas não financeiras apresentam, sendo o concelho que regista a taxa mais baixa. Esta realidade é uma forte condicionante no desenvolvimento de novos postos de trabalho, que tem um efeito negativo na fixação de recém-formados que procuram ingressar no mercado de trabalho.

O concelho de Coimbra no domínio - emprego e mercado de trabalho - regista:

- A terceira posição na taxa de desemprego, em 2019, apresentado um valor de 28,41%;
- A quinta posição no número de trabalhadores por conta de outrem, por mil habitantes (274,89%);
- A segunda posição na diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal, apresentando um valor, em média, superior a 318€.

No indicador das empresas, inovação e tecnologia o concelho de Coimbra apresenta-se como:

- O segundo concelho com mais baixa taxa de natalidade das empresas não financeiras (13,5%);
 - O terceiro concelho com maior taxa de mortalidade das empresas não financeiras (12,3%);
 - O concelho que regista os valores menos favoráveis na taxa de sobrevivência das empresas não financeiras (68%).
6. A maioria dos estudantes inquiridos acham que Coimbra oferece condições para se fixarem (60,40%). No entanto, 19,95% admitem o contrário e 13,65% afirmam não saber.

7. A maioria dos estudantes inquiridos (71,92%), ficariam a viver em Coimbra, caso tivesse condições apenas 13,91% admitem que não ficariam a viver em Coimbra e 14,17% não sabe.
8. A maioria dos estudantes inquiridos (66,14%) admitem que a sua formação académica tem margem de progresso em Coimbra. Apenas, 18,11% admitem que a sua formação não tem margem de progresso em Coimbra e 15,75% não sabe.
9. Os três fatores que os estudantes inquiridos selecionaram como razão de escolha da Universidade de Coimbra, foram: prestígio da Universidade de Coimbra (27,30%), espírito académico (25,98%) e proximidade da residência fiscal (18,64%). Denota-se que as razões de escolha estão associadas, à imagem territorial que a população em geral tem sobre o município de Coimbra, nomeadamente devido ao reconhecimento nacional e internacional da Universidade de Coimbra, pelas tradições académicas e pela quantidade de estudantes da região centro que ingressam na UC.
10. Os fatores mais relevantes para os estudantes inquiridos se fixem, foram: Habitação, conforto e condição de vida (81,10%) e Economia, emprego e mercado de trabalho (77,69%). A apresentação destes resultados, provam que a condição e o momento de vida em que cada individuo se encontra é fundamental para que tenha a ambição de se fixar numa determinada área geográfica. Ou seja, no caso dos estudantes universitários, é fundamental a entrar no mercado de trabalho, que possibilite alcançar habitação digna, conforto e qualidade de vida, tornando-se fator essencial na procura de uma área para se fixar.
11. Os fatores menos relevantes para os estudantes inquiridos se fixarem, foram: Turismo (83,73%) e a População (75,33%).
12. O município de Coimbra obteve a maior percentagem de escolhas (37,53%) dos estudantes inquiridos, quando questionados sobre a preferência da área para se fixarem. Demonstrando que, caso haja a criação de uma estratégia capaz de inserir os recém-formados no mercado de trabalho e a garantia de alojamento com qualidade e preços acessíveis, é possível fixar jovens universitários no município de Coimbra.
13. Os estudantes inquiridos assumem que Porto (25,20%) e Lisboa (24,67) são os distritos que reúnem as melhores condições de vida para se fixarem.

-
14. Os estudantes inquiridos identificaram três principais aspetos atrativos de Coimbra, que foram: Custo de vida adequado (52,39%), educação (50,39%) e espaços verdes e ambiente (45,67%).
 15. Os estudantes inquiridos identificaram dois principais aspetos repulsivos de Coimbra, que foram: Pouca oferta de emprego (55,91%), ruído (49,61%). Esta visão detida por mais de metade dos inqueridos, representa a imagem que é partilhada por uma boa parte da comunidade académica, que apresenta como forte indicador de querer procurar outro município para se fixar, a falta de emprego disponível em Coimbra.
 16. A idade não representa um fator decisivo na fixação, apenas consolida a certeza de os estudantes quererem ou não se fixar em Coimbra. É denotar, quando analisados os resultados dos inquéritos que os estudantes com menos de 22 anos (69,09%) e mais de 22 anos (75,78%) têm percentagens idênticas em relação à sua vontade de se fixar. No entanto, os estudantes com mais de 22 anos (16,77%) apresentam uma maior certeza do que os com menos de 22 anos (11,82%), na opção de não se querer fixar em Coimbra. Em relação à incerteza apresentada pelos inquiridos, verifica-se que a idade neste campo tem influência, uma vez que os estudantes com menos de 22 anos (19,09%) apresentam maior incerteza do que os que têm mais de 22 anos (7,45%).
 17. A frequência com que os estudantes inquiridos vão à sua residência oficial não tem influência direta na vontade de se fixar em Coimbra, uma vez que através dos dados recolhidos foi possível verificar que, a percentagem dos “alunos que vão duas vezes ou menos a casa” (65,52%) e dos “*alunos que vão mais de duas vezes a casa*” (69,81%) e que admitem querer fixar-se em Coimbra são idênticas, apresentando inclusive uma percentagem maior na segunda variável, contrariando a possibilidade de que os alunos que vão mais vezes a casa são os que tendem a não se querer fixar em Coimbra. Por outro lado, 18,10% dos estudantes que vão menos de duas vezes a casa admitem que não querem fixar-se em Coimbra, enquanto apenas 13,84% dos estudantes que vão a casa mais de duas vezes têm a mesma opinião.
 18. Os alunos que têm morada fiscal na Região Centro são os que têm maior vontade de se fixar em Coimbra, uma vez que através da comparação entre as duas variáveis referentes à localidade da residência dos inquiridos, denota-se que existe

uma maior certeza por parte dos inquiridos que residem na Região Centro sobre a possibilidade de se fixarem em Coimbra (84,32%) do que os que não residem na Região Centro (63,56%), tendo as duas variáveis uma diferença de 20,76%. Outro indicador que apresenta uma diferença considerável é o da incerteza sobre a decisão de se fixar, sendo maior nos alunos que não residem na região centro (20,34%) do que nos alunos que residem na região centro (12,71%), registando uma diferença entre as variáveis de 7,63%.

19. Os alunos que têm a morada fiscal fora da Região Centro são os que mais procuram a Universidade de Coimbra pela garantia de crescimento pessoal, uma vez que quando comparados os indicadores, os alunos que não habitam na Região Centro apresentam (11,02%) 2,9 vezes a possibilidade de escolha da Universidade de Coimbra pelo motivo “*garantia de crescimento pessoal/profissional*” do que os alunos que habitam na Região Centro (3,80%).

O Ensino Universitários está associado ao final do percurso de aprendizagem escolar e ao início do percurso profissional, resultando na importância que os jovens dão ao início da carreira profissional. Esta fator é fundamental como forma de garantir capacidade financeira para alcançar uma vida digna.

Com base neste estudo é possível identificar, através das respostas da amostra considerada, que a qualidade de vida existente em Coimbra é uma realidade partilhada pela grande maioria dos estudantes. No entanto, é visível que a vontade de se fixarem não alcança correspondência na satisfação das suas necessidades, principalmente na população recém-formada. Para estes, que se encontram no momento de decisão de escolha da sua residência futura e do iniciar da sua vida, priorizam nas suas preocupações a empregabilidade, a habitação e a qualidade de vida. Ao analisarmos em particular o fator decisivo (emprego), surge a ideia de que Coimbra não consegue alocar os “cérebros” que terminam o seu percurso académico na Universidade de Coimbra para a vida laboral, fazendo por isso, com que recursos humanos qualificados tenham a necessidade de procurar outros espaços para se fixarem.

Neste sentido, Coimbra apresenta indicadores positivos que nos permitem afirmar que existe qualidade de vida, mas a grande importância dada à necessidade de entrar no mercado de trabalho embate na reduzida oferta de emprego qualificado existente em Coimbra e a difícil tarefa em obter a primeira habitação, com preços acessíveis e de

qualidade, resulta por isso, na procura de outros municípios, por parte dos recém-formados, para se fixarem.

Referências Bibliográficas

- Ahrendt, D., Anderson, R., Dubois, H., Jungblut, J.-M., Leončikas, T., Pöntinen, L., & Sandor., E. (2016). European Quality of Life Surveys and quality of society. *Quality of life, quality of public services*. Obtido de <https://www.eurofound.europa.eu/pt:https://www.eurofound.europa.eu/pt/surveys/european-quality-of-life-surveys/european-quality-of-life-survey-2016>
- Bonnemaison, J. (2002). *Viagem em Torno do Território*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Braga, R. M. (2007). GEOUSP - Espaço e Tempo. *O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO*, pp. 65-72.
- Cabral, M. (1998). Atitudes Sociais dos Portugueses – Orientações perante o Trabalho. p. 4.
- Callai, H. (1986). *Espaço de poder ou o poder do espaço?* (Vol. nº 3). UNIJUÍ.
- Callai, H. (1999). O espaço e a pesquisa em educação. *Os conceitos de espaço e tempo na pesquisa em educação*.
- Callai, H. (2001). O lugar na Geografia e as monografias municipais. São Paulo, Brasil: UNIJUI.
- Cavalcanti, L. d. (1998). Geografia, escola e construção de conhecimento. 19. Campinas, São Paulo.
- Claval, P. (2001). *A Geografia cultural*. Florianópolis : UFSC.
- Corrêa, A. (2007). Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *9(7-17)*, 17.
- Corrêa, R. L. (1982). Novos rumos da Geografia brasileira. *O espaço geográfico: algumas considerações*. São Paulo.
- Corrêa, R. L. (2008). Região cultural: um tema fundamental. *Espaço e cultura: pluralidade temática.*, p. 12.
- Cosgreve, D. A. (1998). *Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Cosgrove, D. (1993). *Spectacle and Text. Landscape Metaphors in Cultural Geography*. Routledge, Londres.
- Fahey, T. (2003). *Monitoring quality of life in Europe*. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.

- Fonseca, M. P., & Encarnação, S. (2012). *O Sistema de Ensino Superior em Portugal em mapas e números*. Lisboa: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.
- Frémont, A. (1980). *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Almedina .
- Garcia, J. (2010). Marketing para ciudades: las ciudades también se venden, las ciudades también son productos.
- Gaspar, J. (2001). O retorno da paisagem à geografia: apontamentos místicos.
- Gouveia, L., & Gaio, S. (2007). O Branding Territorial: uma abordagem mercadológica à Cidade. 27-36. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Isnard, H. (1978). *L'espace géographique*. Paris: PUF.
- Kavaratzis, M., & G.Ashworth. (2009). Beyond the logo: Brand management for cities.
- Kozel, S. T. (2004). *As representações no geográfico*. Curitiba, Brasil:: UFPR.
- Kozel, S. T. (2007). Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. *Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas*, p. 117.
- Kozel, S. T. (2007). *Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas*. São Paulo, Brasil: EDUFRO.
- Kozel, S. T. (2007). Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. São Paulo, Brasil:: EDUFRO.
- Lambert, C. H., & Giménez, G. (2007). *El desierto como territorio, paisaje y referente de identidad* (Vol. 3). Culturales. Obtido em 18 de Janeiro de 2021, de www.redalyc.org/articulo.oa?id=69430502
- Leal, C. (2008). Reavaliar o Conceito de Qualidade de Vida. p. 23.
- Lencioni, S. (2003). *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP.
- Malanski, L. M. (2013). Representação do espaço escolar a partir de mapeamento coletivo: uma abordagem da geografia humanista. Universidade Federal do Paraná, Brasil.
- Meinig, D. W. (1979). *The interpretation of ordinary landscapes – Geographical essays*. University Press.
- Mendez, R., Estebanez, J., & Puyol, R. (1997). *Geografía Humana*. Madrid: Cátedra.
- Motta, M. F. (2003). Espaço vivido/ Espaço pensado: o lugar e o caminho . p. 37.
- Nuere, S. (2000). ¿Qué es la cartografía mental? *Arte, Individuo y Sociedad*. 229-239.

- Peixoto, P. (2006). O passado ainda não começou. Funções e estatuto dos centros históricos. 103. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Remoaldo, P. C. (Janeiro de 2008). Técnicas de Investigação em Geografia Humana. *GeoWorking Papers*; N° 16. <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/geoworkingp/article/view/446>
- Ruas, J. (2005). *A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica*. Obtido em 18 de Janeiro de 2021, de www.anpege.org.br/downloads/revista2/resignificacao.pdf
- Salgueiro, T. B. (2001). *Paisagem e geografia*. Universidade de Lisboa: Finisterra; XXXVI (72).
- Santos, L. D., & Martins, I. (2002). A qualidade de vida urbana- O caso de cidade do Porto. Universidade do Porto, Porto.
- Sarmento, J. (2004). Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Seemann, J. (2003). Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. OLAM: Ciência e Tecnologia.
- Setién, M. (1993). *Indicadores Sociales de Calidad de Vida*. Madrid: Centro de Investigaciones, sociológicas.
- Simielli, M. (1999). Cartografia no ensino fundamental e médio. São Paulo, Brasil.
- Simões, P. (Dezembro de 2014). Paisagem Cultural e o Elétrico na Cidade de Coimbra: Proposta para a sua reintrodução turística. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Strachulski, J. (Janeiro-Junho de 2015). A relação entre pessoas, paisagem e geossímbolos na comunidade rural linha cricumal.
- Suertegaray, D. (2000). Ambiente e lugar no urbano- a grande Porto Alegre . *Espaço geográfico uno e múltiplo* . Porto Alegre , Brasil: UFRGS.
- Teixeira, I. (2008). Conceito de Território e o seu Emprego no Estudo sobre migrações. Ribeirão Preto,.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* . São Paulo, Brasil: Difel.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* . Brasil: Difel.
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

Webgrafia

PORDATA (2021), disponível em: <https://www.pordata.pt/> (acedido a 14-7-2021)

DGES (2021), disponível em: <https://www.dges.gov.pt> (acedido a 05-02-2021).

INE (2021), disponível em: <https://www.ine.pt/> (acedido a 07-02-2021).

UC (2021), disponível em: <https://www.uc.pt/> (acedido a 28/06/2021).

Eurofound (2021), disponível em: <https://www.eurofound.europa.eu/> (acedido a 15-03-2021).

Anexo 1

Domínios		Braga	Vila Real	Aveiro	Coimbra	Covilhã	Évora	Faro
População	Índice de dependência de idosos	12	7	10	2	1	3	6
	Índice de dependência de jovens	6	2	7	3	1	10	12
	Índice de envelhecimento	12	3	7	2	1	6	10
Ambiente, Energia e	Despesas dos municípios em ambiente	2	3	10	7	1	12	6
Educação	Número médio de alunos por computador com ligação à Internet no ensino básico e secundário	7	1	2	10	12	3	6
	População matriculada por nível de ensino em 2020	1	3	10	12	2	7	6
Habituação, Conforto	Poder de compra em 2017	3	2	7	10	1	6	12

	Valor médio dos prédios transacionados	7	10	3	6	12	2	1
Saúde	Habitantes por Médico em 2019	6	3	2	12	1	7	10
	Habitantes por Farmacêutico em 2019	1	6	2	12	10	3	7
	Habitantes por Farmácia em 2019	1	6	2	7	12	10	3
Justiça e Segurança	Crimes registados por mil habitantes	10	12	2	7	3	6	1
Economia, emprego e mercado de trabalho	Desempregados por mil habitantes em 2019	2	1	6	7	3	10	12
	Trabalhadores por conta de outrem por mil habitantes	6	1	12	3	2	7	10
	Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal	7	2	12	10	1	3	6
Empresas,	Taxa de natalidade das	10	7	6	2	1	3	12

	empresas não financeiras							
	Taxa de mortalidade das empresas não financeiras	12	10	2	3	7	7	1
	Taxa de sobrevivência das empresas não financeiras em 2018	12	6	3	1	7	10	2
Cultura	Despesa das Câmaras Municipais na cultura e desporto por mil habitantes em euros (€)	1	2	12	6	10	7	3
	Receitas das Câmaras Municipais na cultura e desporto por mil habitantes em euros (€)	1	2	10	6	3	12	7
Turismo	Proveitos totais dos alojamentos turísticos em 2019 por mil habitantes	2	1	3	6	7	12	10
	Alojamentos turísticos em	2	1	3	6	7	12	10

	2019 por mil habitantes							
	Dormidas em 2019 por mil habitantes	2	1	3	6	7	12	10

Anexo 2

Inquérito- Coimbra, uma cidade capaz de fixar jovens?

O presente inquérito por questionário enquadrar-se numa tese de mestrado no âmbito do Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis lecionada na FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O presente estudo tem como objetivo analisar a perceção dos estudantes da Universidade de Coimbra sobre a capacidade da cidade de Coimbra em fixar jovens, percebendo se existe vontade dos jovens em se fixarem na cidade. Este inquérito é anónimo. O registo guardado das suas respostas ao inquérito não contém nenhuma informação identificativa a seu respeito.

1. Idade

2. Sexo

Feminino	
Masculino	
Outros	
Prefiro não responder	

3. Faculdade

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	
Faculdade de Ciência do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra	
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra	
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra	
Faculdade de Farmácia de Universidade de Coimbra	
Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra	

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra	
---	--

4. Ano letivo da 1º matrícula

2010/2011	
2011/2012	
2012/2013	
2013/2014	
2014/2015	
2015/2016	
2016/2017	
2017/2018	
2018/2019	
2019/2020	
2020/2021	

5. Local de Residência

Viana do Castelo	
Braga	
Vila Real	
Bragança	
Porto	
Aveiro	
Viseu	
Guarda	
Coimbra	
Castelo Branco	
Leiria	
Santarém	
Lisboa	
Portalegre	
Setúbal	
Évora	
Beja	

Faro	
Região Autónoma dos Açores	
Região Autónoma da Madeira	
Outros (País de residência no estrangeiro)	

6. Achas que Coimbra oferece condições para te fixares?

Sim	
Não	
Não sei	

7. No final do teu percurso académico ficarias a viver em Coimbra, caso entendesses que oferecia condições?

Sim	
Não	
Não sei	

8. Quais os 3 fatores que consideras mais relevantes para te fixares num concelho?

Ambiente, energia e território	
Educação	
Saúde	
Economia, emprego e mercado de trabalho	
População	
Habitação, conforto e condição de vida	
Turismo	
Cultura	
Justiça e segurança	
Empresas, inovação e tecnologia	

9. Quais os 3 fatores que consideras menos relevante para te fixares num concelho?

Ambiente, energia e território	
Educação	
Saúde	
Economia, emprego e mercado de trabalho	
População	

Habitação, conforto e condição de vida	
Turismo	
Cultura	
Justiça e segurança	
Empresas, inovação e tecnologia	

10. Em que distrito gostarias de te fixar?

Viana do Castelo	
Braga	
Vila Real	
Bragança	
Porto	
Aveiro	
Viseu	
Guarda	
Coimbra	
Castelo Branco	
Leiria	
Santarém	
Lisboa	
Portalegre	
Setúbal	
Évora	
Beja	
Faro	
Região Autónoma dos Açores	
Região Autónoma da Madeira	

11. Que distrito achas que reúne as melhores condições de vida para te fixares?

Viana do Castelo	
Braga	
Vila Real	
Bragança	

Porto	
Aveiro	
Viseu	
Guarda	
Coimbra	
Castelo Branco	
Leiria	
Santarém	
Lisboa	
Portalegre	
Setúbal	
Évora	
Beja	
Faro	
Região Autónoma dos Açores	
Região Autónoma da Madeira	

12. Achas que a tua formação académica tem margem de progresso em Coimbra?

Sim	
Não	
Não sei	

13. Com que frequência vais a casa por mês?

Sou de Coimbra	
0	
1	
2	
3	
4	
5	
6 ou mais	

14. Qual foi a razão pela qual escolheste a Universidade de Coimbra?

Prestígio da Universidade de Coimbra	
--------------------------------------	--

Qualidade de Ensino	
Custo de vida da cidade	
Espírito Académico	
Garantia de crescimento pessoal/profissional	
Proximidade da residência fiscal	
Ligação com amigos/familiares que estudaram na UC	
Outra: _____	

15. Enumera 3 aspetos atrativos na cidade de Coimbra

Sensação de segurança	
Mobilidade urbana	
Espaços verdes/ambiente	
Ruas limpas	
Boa qualidade habitacional	
Custo de vida adequado	
Qualidade de serviços	
Educação	
Saúde	
Emprego e mercado de trabalho	
Inovação e tecnologia	
Oferta cultural e desportiva	
Outras: _____	

16. Enumera 3 aspetos repulsivos na cidade de Coimbra

Falta de segurança	
Ruído	
Falta de espaços verdes/ambiente	
Falta de serviços	
Falta de limpeza nas ruas	
Custo de vida elevado	
Pouca oferta de emprego	
Reduzida oferta de atividades culturais e desportivas	
Outra: _____	